PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO

IL.32.2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CAMPEONATO DE JIU-JITSU.

PROCESSO 9177/2026

BA91F61C5398482D

TIPO DE PROCESSO: Compras - Serviços

ASSUNTO: Novo Processo Licitatório - Serviços

ABERTURA: 01 de outubro de 2026 às 08:24

SIGNATÁRIO Gerência de Contratações Públicas

Acesse o link abaixo para consultar o processo

https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/processos/BA91F61C5398482D

De: Sec. de Cultura, Esporte e Turismo
Enviado por: Erica Ribeiro da Silva (erica.silva)
Para: Secretaria de Administração (Organograma)
Data: 17 de setembro de 2026 às 09:59

Venho, por meio desta, solicitar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de evento esportivo de Jiu-Jitsu

Anexo(s)
C.I 95 - contratação de empresa especializada para prestação de serviços Tecnicos e execução de evento esportivo Jiu-Jtsu.pdf

COMUNICAÇÃO INTERNA - C.I

Da: Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.	**CI Nº. 95/2026**	**Data: 17/09/2026**
Para: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO **SECRETÁRIO DELOIR JOSÉ DE MORAIS**		
Assunto: Processo para contratação de empresa especializada para prestação de serviços Tecnicos e execução de evento esportivo Jiu-Jtsu.		

Venho, por meio desta, solicitar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de evento esportivo de Jiu-Jitsu.

JUSTIFICATIVA

A contratação justifica-se pela necessidade de viabilizar a realização de campeonato de Jiu-Jitsu no Município de Campos de Júlio – MT, como parte das ações da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo voltadas ao incentivo e fortalecimento das atividades esportivas, considerando a necessidade de estrutura específica, organização das categorias, inscrições e chaves de competição, equipe de arbitragem qualificada, coordenação das áreas de luta, controle de resultados, apoio operacional, recursos que não estão integralmente disponíveis na estrutura própria da Administração Municipal, tornando necessária a contratação de empresa especializada, com experiência e capacidade técnica para assegurar a adequada organização, segurança e regularidade das competições.

Atenciosamente,

Assinatura:

Milton Borges Peixoto
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

Protocolo/Recebimento: **Assinatura**	**Data: ____/____/____** Horas: _____

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: MILTON BORGES PEIXOTO e DELOIR JOSE MORAIS
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/771F7652B7D946C89A535C58815521C7

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: C.I 95 - contratação de empresa especializada para prestação de serviços

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
771F7652B7D946C89A535C58815521C7

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: MILTON BORGES PEIXOTO em 17/09/2026 10:00:02
  CPF:***.***-.150-72
  Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT
- Assinante: DELOIR JOSE MORAIS em 18/09/2026 08:26:58
  CPF:***.***-.289-72
  Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/771F7652B7D946C89A535C58815521C7

De: Secretaria de Administração

Enviado por: Deloir José Morais (deloir.morais)

Deferido

Para: Gerência central de Aquisições (Organograma), Thais Silva Maciel (Interno)

Data: 21 de setembro de 2026 às 07:31

Deferido, segue para sequência do processo.

De: Sec. de Cultura, Esporte e Turismo
Enviado por: Thais Silva Maciel (thais.maciel)
Para: Gerência de Contratações Públicas (Organograma)
Data: 21 de setembro de 2026 às 09:14

Segue para dar andamento ao processo de Inexigibilidade para Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de evento esportivo de Jiu-Jitsu, promovido pela Administração Municipal através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Campos de Júlio – MT.

Anexo(s)
SOLICITAÇÃO 524 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAMPEONATO JIU-JITSU.pdf
ETP CONTRATAÇÃO JIU JITSU.pdf
TERMO DE REFERENCIA CONTRATAÇÃO JIU-JITSU.pdf
JUSTIFICATIVA - CONTRATAÇÃO ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTÃO LTDA.pdf
RESULTADO DA COTAÇÃO 524 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAMPEONATO JIU-JITSU.pdf
ORÇAMENTO ALVO SOCIAL.pdf
NOTA FISCAL 17 - ALVO SOCIAL.pdf
NOTA FISCAL 19 - ALVO SOCIAL.pdf
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA - ALVO SOCIAL.pdf
ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO - ALVO SOCIAL.pdf
CONTRATO SOCIAL ALVO SOCIAL.pdf
CERTIDÃO MUNICIPAL - ALVO SOCIAL.pdf
CERTIDÃO ESTADUAL - ALVO SOCIAL.pdf
CERTIDÃO FEDERAL - ALVO SOCIAL.pdf
CERTIDÃO TRABALHISTA - ALVO SOCIAL.pdf
CERTIDÃO FGTS - ALVO SOCIAL.pdf
CNH EBERSON.pdf
CARTÃO CNPJ - ALVO SOCIAL.pdf
CONSULTA CONSOLIDADA TCE - ALVO SOCIAL.pdf
CADASTRO DE EMPRESAS INIDÔNEAS - ALVO SOCIAL.pdf
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES TCE - ALVO SOCIAL.pdf
FOTO 01.pdf
FOTO 02.pdf
FOTO 03.pdf
FOTO 04.pdf

Solicitação de Materiais / Serviços

Requisição	Responsável	Data
00524/26	MILTON BORGES PEIXOTO	21/09/2026

Descrição

Inexigibilidade de Licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de evento esportivo de Jiu-Jitsu.

Poder	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO
Órgão	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo
Setor Solicitante	SECRET MUN DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO
Centro de Custo	532 SECRET MUN DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO
Placa	

Observação

A presente contratação justifica-se pela necessidade de viabilizar a realização de campeonato de Jiu-Jitsu no Município de Campos de Júlio – MT, como parte das ações da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo voltadas ao incentivo, desenvolvimento e fortalecimento das atividades esportivas no Município.
A realização de uma competição de Jiu-Jitsu dessa dimensão exige estrutura específica, planejamento técnico, organização das categorias, gerenciamento das inscrições e chaves de competição, equipe de arbitragem qualificada, coordenação das áreas de luta, controle dos resultados, premiação e apoio operacional durante os dois dias de evento.

Item	Cód. Produto	Descrição do Produto	Unidade	Qtde	Qtde Rec.	C. Custo	Centro de Custo
	Descrição Detalhada do Produto				Observação		
1	048.006.001	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZ/	SERV	1	0	532	SECRET MUN DE CULTURA,
	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de competição esportiva de Jiu-Jitsu, compreendendo solução integrada para realização do campeonato, incluindo gestão operacional da competição, sistema de inscrições e chaves, coordenação técnica, arbitragem, estrutura das áreas de luta, premiação e demais serviços indispensáveis à realização do evento.						

MILTON BORGES PEIXOTO
RESPONSAVEL

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/34F5A1CA466B44818E20F77A471C940B

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
34F5A1CA466B44818E20F77A471C940B

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: MILTON BORGES PEIXOTO em 21/09/2026 10:58:21
CPF:***.***-.150-72 Assinou como: SECRETARIO
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/34F5A1CA466B44818E20F77A471C940B

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. OBJETO

1.1. Elaboração de Estudo Técnico Preliminar – ETP, com a finalidade de analisar e demonstrar a viabilidade técnica e econômica para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de competição esportiva de Jiu-Jitsu, compreendendo solução integrada para realização do campeonato, incluindo gestão operacional da competição, sistema de inscrições e chaves, coordenação técnica, arbitragem, estrutura das áreas de luta, premiação e demais serviços indispensáveis à realização do evento, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do Município de Campos de Júlio – MT.

1.2 O evento está previsto para ocorrer nos dias 21 e 22 de novembro de 2026, no Município de Campos de Júlio – MT, com estimativa de participação de aproximadamente 400 (quatrocentos) atletas, envolvendo diferentes categorias e faixas etárias da modalidade de Jiu-Jitsu.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de o Município de Campos de Júlio – MT promover e fomentar atividades esportivas, proporcionando à população e aos atletas condições adequadas para a prática esportiva, participação em competições e integração entre praticantes da modalidade de Jiu-Jitsu.

2.2 A realização de campeonato de Jiu-Jitsu contribui diretamente para o incentivo ao esporte, à disciplina, à formação de crianças, adolescentes e adultos, à promoção da saúde, à inclusão social e ao fortalecimento das políticas públicas municipais voltadas ao esporte e à qualidade de vida.

2.3 Para a realização de um evento dessa natureza, faz-se necessária uma estrutura especializada, que envolva não apenas o espaço físico, mas também áreas de luta adequadas, tatames oficiais, equipamentos, sistema de inscrições e gerenciamento das lutas, equipe de organização, arbitragem, apoio técnico, premiação, montagem, desmontagem e demais serviços indispensáveis ao regular desenvolvimento das competições.

2.4 A Administração Municipal não dispõe, em sua estrutura própria, de todos os equipamentos, materiais, profissionais especializados e recursos técnicos necessários para a organização e execução integral de um campeonato de Jiu-Jitsu com a dimensão pretendida.

2.5 A contratação de empresa especializada possibilitará a concentração da responsabilidade pela organização e execução do evento em equipe com experiência específica na modalidade, reduzindo riscos operacionais e garantindo maior eficiência, segurança, organização e qualidade na realização das competições.

2.6 Ressalta-se que a empresa a ser contratada deverá disponibilizar toda a estrutura necessária à realização do evento, observando rigorosamente as especificações estabelecidas no Termo de Referência, inclusive quanto às áreas de luta, tatames, equipamentos, pessoal técnico, organização, arbitragem, premiação e demais elementos necessários.

2.7 A realização do evento também possui relevância para a divulgação do Município de Campos de Júlio – MT como local de incentivo às práticas esportivas e de realização de eventos, podendo atrair atletas, equipes, familiares e visitantes de outros municípios e regiões.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/B05E74A1384C404BB7CE68FA452E85A5

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: ETP CONTRATAÇÃO JIU JITSU.pdf (1/11) 9/179

2.8 Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária para assegurar a realização de evento esportivo de qualidade, com estrutura adequada ao número estimado de participantes, garantindo condições apropriadas para atletas, árbitros, equipes técnicas, organizadores e público.

3. NECESSIDADE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

3.1. Após realização deste estudo verificou-se que não há necessidade de contratação de terceiros para auxiliar os responsáveis pela fiscalização e gestão do futuro contrato, bem como não há necessidade de formação profissional específica dos mesmos, porém ressalta-se que no momento da designação, é importante verificar se os atores possuem conhecimento técnico compatível e suficiente para atestar o cumprimento das exigências estabelecidas.

4. ALINHAMENTO COM PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS

4.1. A presente contratação não está prevista no Plano Anual de Contratações que foi realizado para exercício de 2026", conforme Decreto Municipal nº 21 de 18 de janeiro 2024 (inciso I do § 1º do art. 4), em razão de:

- identificação da demanda em momento posterior à elaboração do planejamento inicial;
- ampliação das ações esportivas promovidas pelo Município;
- necessidade de fortalecimento das atividades esportivas e de competição;
- definição posterior da realização do campeonato de Jiu-Jitsu;
- necessidade de contratação de empresa especializada para organização e execução integral do evento.

4.2 A ausência de previsão inicial no Plano Anual de Contratações não inviabiliza a contratação, devendo ser observados os procedimentos administrativos aplicáveis para inclusão ou adequação do planejamento, quando cabível.

4.3 A contratação é considerada relevante para a execução das políticas públicas municipais de esporte, especialmente por possibilitar a realização de competição de alcance regional, promovendo a participação de atletas e incentivando a prática esportiva.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1. Considerando a estimativa das quantidades os resultados da pesquisa de preços de mercado, o custo total da contratação foi estimado da seguinte forma:

ITEM	COD. SCPI COD. TCE	DESCRIÇÃO COMPLETA	UNID	QUANT.	VALOR R$
01	048.006.001 316020-3	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de	Serv.	1	99.800,00

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/B05E74A1384C404BB7CE68FA452E85A5

		competição esportiva de Jiu-Jitsu, compreendendo solução integrada para realização do campeonato, incluindo gestão operacional da competição, sistema de inscrições e chaves, coordenação técnica, arbitragem, estrutura das áreas de luta, premiação e demais serviços indispensáveis à realização do evento.			

5.2. Assim, o valor estimado para a contratação é de **R$ 99.800,00 (Noventa e Nove Mil e Oitocentos Reais).**

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DAS SOLUÇÕES POSSÍVEIS

6.1. Para atendimento da necessidade identificada, foram consideradas alternativas disponíveis no mercado para a realização do evento esportivo de Jiu-Jitsu.

6.2. A primeira alternativa seria a realização do evento diretamente pela Administração Municipal, mediante aquisição ou locação individual dos equipamentos, contratação separada de arbitragem, contratação de sistemas de inscrição e gerenciamento, aquisição de premiação e contratação de mão de obra para montagem, organização e desmontagem.

6.3. Embora essa alternativa seja teoricamente possível, apresenta maior complexidade operacional, uma vez que exigiria da Administração a coordenação simultânea de diversos fornecedores, profissionais e serviços, aumentando o risco de incompatibilidade entre as etapas e de falhas na execução.

6.4. A segunda alternativa consiste na contratação de empresa especializada para prestação integral dos serviços necessários à realização do evento, reunindo em uma única contratação a estrutura, equipamentos, equipe especializada, organização, arbitragem, gerenciamento das competições, premiação e demais serviços.

6.5. Essa alternativa apresenta-se como a mais adequada, considerando que a empresa especializada possui conhecimento técnico e experiência na organização de competições esportivas, permitindo maior integração entre as diferentes etapas do evento.

6.6. A contratação de empresa especializada também possibilita que a Administração concentre seus esforços na fiscalização e acompanhamento do contrato, enquanto a execução operacional fica sob responsabilidade da contratada.

6.7. Nesse contexto, considerando a natureza do objeto, sua complexidade operacional e a necessidade de integração entre os serviços, entende-se que a contratação de empresa especializada para organização e execução integral do evento constitui a solução mais eficiente para atendimento da necessidade pública.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para organização, produção, estruturação e execução integral do campeonato de Jiu-Jitsu, previsto para os dias 21 e 22 de novembro de 2026, no Município de Campos de Júlio – MT.

7.2. A contratada deverá fornecer todos os equipamentos, materiais, profissionais, serviços e demais recursos necessários à execução do evento, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/B05E74A1384C404BB7CE68FA452E85A5

7.3. A solução deverá compreender, entre outros serviços e obrigações:

a) planejamento e organização geral do evento;

b) montagem, disponibilização e desmontagem das estruturas;

c) disponibilização de 03 (três) áreas de luta completas;

d) fornecimento dos tatames e demais equipamentos necessários;

e) disponibilização de equipe técnica e operacional;

f) organização das categorias e chaves de competição;

g) disponibilização de sistema adequado para inscrições e gerenciamento das lutas;

h) contratação e disponibilização de arbitragem qualificada;

i) organização da programação e condução das competições;

j) fornecimento da premiação integral do evento;

k) disponibilização de medalhas, troféus e demais itens previstos;

l) suporte técnico durante toda a realização do evento;

m) desmontagem e retirada dos equipamentos e estruturas ao término das atividades;

n) cumprimento das normas de segurança e demais exigências aplicáveis.

7.4. A empresa contratada será integralmente responsável pelos custos necessários à execução do objeto, incluindo transporte, deslocamento, montagem, desmontagem, mão de obra, equipamentos, materiais, premiação e demais despesas diretamente relacionadas à realização do evento.

7.5. A contratação deverá assegurar que toda a estrutura esteja disponível e devidamente montada antes do início das competições, permitindo a realização do evento dentro do cronograma estabelecido pela Administração.

7.6. A solução deverá proporcionar estrutura compatível com a estimativa de aproximadamente 400 atletas, garantindo condições adequadas de organização, segurança e funcionamento das competições.

8. CONTRATAÇOES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

8.1. Em razão da natureza do objeto, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à execução da solução proposta, uma vez que a contratação deverá contemplar de forma integrada os serviços, equipamentos, materiais e profissionais necessários à realização do evento.

8.2. Eventuais contratações complementares que venham a ser identificadas durante o planejamento do evento deverão ser avaliadas individualmente pela Administração, observando-se a legislação aplicável e a necessidade de evitar duplicidade de despesas ou sobreposição de objetos.

8.3. A contratação pretendida deverá ser estruturada de modo que a empresa contratada assuma a responsabilidade pelos elementos necessários à execução integral do evento que estejam expressamente previstos no Termo de Referência.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/B05E74A1384C404BB7CE68FA452E85A5

9. NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL

9.1. A realização do evento poderá demandar adequações temporárias no espaço físico disponibilizado pelo Município para sua execução, especialmente para instalação das áreas de luta, equipamentos, estrutura de apoio, organização das equipes e demais elementos necessários à competição.

9.2. As adequações serão de caráter temporário e deverão ser realizadas pela empresa contratada, quando relacionadas aos serviços e estruturas integrantes do objeto.

9.3. A contratada deverá observar as condições do local definido pela Administração, realizando previamente as verificações necessárias para garantir a compatibilidade da estrutura a ser instalada.

9.4. Caberá à contratada adotar todas as medidas necessárias para preservar o espaço utilizado, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes da montagem, utilização ou desmontagem de suas estruturas e equipamentos.

9.5. Após o encerramento do evento, a contratada deverá realizar a desmontagem e retirada de todos os equipamentos, materiais e estruturas de sua responsabilidade, entregando o local em condições adequadas de utilização.

10. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Com a presente contratação, pretende-se viabilizar a realização de campeonato de Jiu-Jitsu de forma organizada, segura e tecnicamente adequada, proporcionando aos atletas condições apropriadas para participação nas competições.

10.2. Busca-se incentivar a prática esportiva no Município, promovendo o esporte como instrumento de formação, disciplina, integração social, saúde e qualidade de vida.

10.3. Pretende-se proporcionar aos atletas locais e visitantes a oportunidade de participação em competição estruturada, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento da modalidade.

10.4. Almeja-se também promover a integração entre atletas, equipes, professores, familiares e comunidade, fortalecendo os vínculos esportivos e sociais.

10.5. A realização do evento poderá contribuir para a movimentação econômica local, especialmente em razão da presença de atletas, acompanhantes e visitantes provenientes de outros municípios.

10.6. Busca-se ainda divulgar Campos de Júlio – MT como Município que incentiva a realização de eventos esportivos e promove políticas públicas voltadas ao esporte.

10.7. Espera-se, como resultado final, a realização de evento de qualidade, com estrutura compatível com o número estimado de participantes e com adequada organização das competições.

11. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

11.1. A realização de evento esportivo dessa natureza apresenta impactos ambientais reduzidos e predominantemente temporários, relacionados principalmente à geração de resíduos sólidos, utilização de

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/B05E74A1384C404BB7CE68FA452E85A5

materiais descartáveis, consumo de energia elétrica, deslocamento de pessoas e montagem e desmontagem das estruturas.

11.2. Como medidas mitigadoras, deverão ser observadas, sempre que aplicáveis:

a) utilização racional de materiais e recursos durante a montagem e realização do evento;
b) redução do uso desnecessário de materiais descartáveis;
c) disponibilização e utilização adequada de recipientes para descarte de resíduos;
d) recolhimento dos resíduos gerados durante e após o evento;
e) destinação adequada dos resíduos, observando-se a legislação ambiental aplicável;
f) reutilização de materiais e estruturas sempre que possível;
g) utilização responsável de energia elétrica e demais recursos;
h) desmontagem organizada das estruturas, evitando danos ao local do evento;
i) manutenção da limpeza e organização do espaço durante e após a realização das atividades.

11.3. A empresa contratada deverá responsabilizar-se pela correta retirada dos materiais, equipamentos e estruturas utilizados na execução do objeto, deixando o local em condições adequadas após o encerramento do evento.

11.4. Dessa forma, entende-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são reduzidos, temporários e passíveis de mitigação mediante adoção de práticas adequadas de organização, utilização, recolhimento e descarte de materiais.

12. DOS REQUISITOS E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica compatível com o objeto, demonstrando experiência na organização e/ou realização de competições esportivas de Jiu-Jitsu, mediante documentação comprobatória, conforme exigências estabelecidas no Termo de Referência e na legislação aplicável.

12.2. A contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, materiais, estruturas e profissionais necessários à execução integral do objeto.

12.3. As 03 (três) áreas de luta deverão ser completas, devidamente estruturadas e adequadas à realização das competições.

12.4. Cada área de luta deverá contar com tatame adequado e compatível com a modalidade, observando-se as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

12.5. A contratada deverá disponibilizar equipe de arbitragem e demais profissionais necessários ao adequado desenvolvimento das competições.

12.6. Deverá ser disponibilizado sistema adequado para realização das inscrições, organização das categorias, montagem das chaves, gerenciamento das lutas e demais procedimentos necessários ao controle da competição.

12.7. A contratada deverá providenciar a organização dos atletas de acordo com categorias, pesos, faixas e demais critérios definidos para a competição.

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/B05E74A1384C404BB7CE68FA452E85A5

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: ETP CONTRATAÇÃO JIU JITSU.pdf (6/11) 14/179

12.8. Todos os equipamentos deverão ser entregues, montados e disponibilizados em perfeitas condições de utilização, sendo de responsabilidade da contratada o transporte, carga, descarga, montagem, manutenção durante o evento e desmontagem.

12.9. A empresa contratada deverá realizar a montagem da estrutura em prazo suficiente para que sejam efetuadas as conferências e testes necessários antes do início das competições.

12.10. A premiação do evento será integralmente fornecida pela contratada, incluindo os itens definidos no Termo de Referência, não podendo ser repassado ao Município qualquer custo adicional referente à premiação prevista na contratação.

12.11. A contratada deverá manter equipe técnica e operacional disponível durante todo o período de realização do evento, inclusive para solucionar eventuais problemas relacionados à estrutura ou aos equipamentos.

12.12. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas, de segurança e demais disposições legais aplicáveis.

12.13. A contratada deverá zelar pela segurança e integridade dos equipamentos, estruturas e materiais sob sua responsabilidade.

12.14. A execução ocorrerá nos dias 21 e 22 de novembro de 2026, conforme programação estabelecida pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

12.15. A empresa deverá responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução dos serviços.

12.16. Os serviços executados em desconformidade com as especificações estabelecidas poderão ser recusados pela Administração, devendo a contratada realizar imediatamente as correções necessárias, sem ônus adicional para o Município.

13. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

13.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso

13.2. No presente caso, entretanto, considerando as características do objeto, verifica-se que o parcelamento da solução não se mostra tecnicamente adequado, uma vez que os serviços necessários à realização do campeonato possuem elevada interdependência entre si.

13.3. A organização do evento envolve estrutura física, áreas de luta, equipamentos, arbitragem, sistema de gerenciamento, equipe operacional, montagem, desmontagem e premiação, sendo necessária a integração entre todas essas etapas.

13.4. A contratação de fornecedores distintos poderia ocasionar dificuldades de coordenação, incompatibilidade entre equipamentos e serviços, sobreposição de responsabilidades e aumento dos riscos de falhas durante a realização do evento.

13.5. A contratação de empresa única permite estabelecer uma responsabilidade centralizada pela execução do evento, facilitando o gerenciamento, a fiscalização e a responsabilização por eventuais falhas.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/B05E74A1384C404BB7CE68FA452E85A5

13.6. Além disso, a empresa especializada poderá organizar de forma integrada todas as etapas do evento, permitindo maior eficiência operacional e melhor aproveitamento dos recursos.

13.7. Dessa forma, considerando a natureza integrada do objeto, conclui-se que a contratação em solução única mostra-se tecnicamente adequada e economicamente justificável, considerando a necessidade de integração e coordenação dos serviços indispensáveis à realização do campeonato.

14. ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

14.1. Neste ponto mapearemos os riscos envolvidos na contratação, bem como em caso de sua inexecução, conforme previsão do art. 18 inciso X da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O mapeamento permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e a realização do evento.

14.3. Para cada risco identificado, são definidas a probabilidade de ocorrência, o impacto potencial, as ações preventivas e as medidas de contingência.

14.4. Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos. A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato. A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão da contratação identificados e classificados neste documento.

Identificação do Risco	Probabilidade	Impacto	Ação Preventiva	Ação de Contingência
Atraso na montagem da estrutura do evento	Média	Alto	Estabelecer cronograma e prazo mínimo para montagem no Termo de Referência	Exigir correção imediata, aplicar sanções cabíveis e adotar medidas para garantir a montagem antes do início das competições
Fornecimento de equipamentos em desconformidade	Média	Alto	Definir especificações técnicas detalhadas e realizar conferência prévia	Substituição imediata dos equipamentos inadequados
Falha ou indisponibilidade das áreas de luta	Baixa	Alto	Exigir estrutura completa e realizar vistoria/testes antes do evento	Substituição imediata ou disponibilização de estrutura reserva
Falha no sistema de inscrições e gerenciamento	Média	Alto	Exigir sistema adequado e realização de testes prévios	Utilização de sistema alternativo e/ou procedimentos manuais de contingência

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/B05E74A1384C404BB7CE68FA452E85A5

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: ETP CONTRATAÇÃO JIU JITSU.pdf (8/11) 16/179

Número insuficiente de profissionais para organização e arbitragem	Baixa	Alto	Estabelecer quantitativo mínimo de profissionais no Termo de Referência	Exigir substituição ou complementação imediata da equipe
Atraso ou ausência da premiação	Baixa	Alto	Estabelecer expressamente que a premiação é responsabilidade da contratada	Exigir fornecimento imediato e aplicar penalidades cabíveis
Baixa adesão de atletas	Baixa	Médio	Divulgação e organização antecipada das inscrições	Ajustes na programação e categorias, quando tecnicamente possível
Acidentes ou incidentes durante o evento	Baixa	Alto	Estrutura adequada, organização e observância das normas de segurança	Acionamento dos serviços de emergência e adoção do protocolo de atendimento
Danos ao espaço utilizado	Baixa	Alto	Orientar montagem e utilização adequada das estruturas	Reparação dos danos pela contratada, quando decorrentes de sua responsabilidade
Cancelamento ou impossibilidade de realização do evento	Baixa	Alto	Planejamento prévio e acompanhamento das condições para realização	Reprogramação, quando cabível, ou aplicação das medidas contratuais pertinentes
Descumprimento de obrigações contratuais	Média	Alto	Fiscalização contínua e definição clara das obrigações	Aplicação das sanções previstas e adoção das medidas administrativas cabíveis

14.5. A gestão dos riscos deverá ocorrer durante todas as etapas da contratação, especialmente durante a preparação, montagem, realização e desmontagem do evento.

14.6. A fiscalização deverá registrar eventuais ocorrências e adotar as providências necessárias para evitar prejuízos à Administração e assegurar o cumprimento do objeto.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Após a análise da necessidade apresentada, dos requisitos técnicos e operacionais, das características do objeto, das condições de execução e dos resultados pretendidos, conclui-se pela viabilidade da contratação de empresa especializada para a organização, produção e execução do evento de Jiu-Jitsu, a ser realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2026, no Município de Campos de Júlio – MT.

15.2. A solução apresentada mostra-se adequada e necessária para assegurar a realização do evento com estrutura, segurança, organização técnica e operacional compatíveis com uma competição de Jiu-Jitsu, considerando a previsão de participação de aproximadamente 400 atletas, bem como a necessidade de disponibilização de áreas de luta completas, equipamentos específicos, sistema de gerenciamento de inscrições e competições, equipe técnica e de arbitragem, montagem e desmontagem da estrutura, premiação e demais serviços indispensáveis à execução integral do evento.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/B05E74A1384C404BB7CE68FA452E85A5

15.3. A análise realizada demonstra que o objeto possui características predominantemente técnicas e especializadas, não se tratando de simples contratação de serviços comuns de organização de eventos. Sua execução exige conhecimento específico da modalidade esportiva, experiência na realização de competições de Jiu-Jitsu, domínio dos procedimentos técnicos e regulamentares da modalidade, capacidade de coordenação das áreas de luta, arbitragem, inscrições, organização das categorias, gerenciamento dos resultados, premiação e demais atividades necessárias à realização do campeonato.

15.4. Diante dessas características, verifica-se que a contratação pretendida não se mostra adequadamente atendida por uma simples disputa entre fornecedores de serviços genéricos de eventos, uma vez que a solução demanda expertise específica e capacidade técnica diretamente relacionada à organização e execução de competições de Jiu-Jitsu, circunstância que deverá ser demonstrada e comprovada durante a instrução do processo.

15.5. Assim, considerando a natureza especializada do objeto e a necessidade de contratação de profissional ou empresa cuja atuação seja compatível com as características específicas da solução pretendida, conclui-se pela existência de elementos que caracterizam a inviabilidade de competição, mostrando-se adequada, em princípio, a adoção da contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.6. A adoção da inexigibilidade deverá ser devidamente instruída no processo administrativo, mediante a comprovação dos requisitos legais pertinentes, especialmente quanto à caracterização da inviabilidade de competição, à demonstração da qualificação e especialização do futuro contratado, à justificativa da escolha e à compatibilidade do preço com os valores praticados no mercado, além dos demais documentos exigidos pela legislação.

15.7. Dessa forma, declara-se viável a contratação pretendida, entendendo-se adequada a adoção da inexigibilidade de licitação para a realização do evento, considerando as características e a necessidade de serviços especializados para sua execução.

Campos de Júlio – MT, 14 de Setembro de 2026.

Milton Borges Peixoto
Secretário Municipal de Cultura, Esportes e Turismo.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/B05E74A1384C404BB7CE68FA452E85A5

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
B05E74A1384C404BB7CE68FA452E85A5

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: MILTON BORGES PEIXOTO em 21/09/2026 10:58:24
CPF:***.***-.150-72 Assinou como: SECRETARIO
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/B05E74A1384C404BB7CE68FA452E85A5

TERMO DE REFERÊNCIA

Solicitação: 524/2026
Cotação: 524/2026

1. DO OBJETO

1.1. Inexigibilidade de Licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de evento esportivo de Jiu-Jitsu, compreendendo solução integrada para realização de campeonato, incluindo estrutura, equipamentos, equipe técnica e de arbitragem, sistema de inscrições e gerenciamento das competições, organização das categorias, premiação, montagem e desmontagem e demais serviços necessários à adequada realização do evento, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do Município de Campos de Júlio – MT.

1.2. O evento será realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2026, no Município de Campos de Júlio – MT, com previsão de participação de aproximadamente 400 (quatrocentos) atletas.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de viabilizar a realização de campeonato de Jiu-Jitsu no Município de Campos de Júlio – MT, como parte das ações da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo voltadas ao incentivo, desenvolvimento e fortalecimento das atividades esportivas no Município.

2.2. A realização de uma competição de Jiu-Jitsu dessa dimensão exige estrutura específica, planejamento técnico, organização das categorias, gerenciamento das inscrições e chaves de competição, equipe de arbitragem qualificada, coordenação das áreas de luta, controle dos resultados, premiação e apoio operacional durante os dois dias de evento.

2.3. A Administração Municipal não dispõe, em sua estrutura própria, de todos os equipamentos específicos, sistema de gerenciamento de competições, equipe técnica e de arbitragem e demais recursos necessários para a realização integral do campeonato, sendo necessária a contratação de empresa especializada que disponha da estrutura, experiência e capacidade operacional compatíveis com o objeto.

2.4. A contratação em solução integrada mostra-se adequada diante da interdependência entre as diversas atividades necessárias à realização da competição, uma vez que a organização das inscrições, categorias, chaves, arbitragem, áreas de luta, resultados, premiação e demais atividades precisam ser coordenadas de forma conjunta e contínua.

2.5. O objeto possui características específicas que ultrapassam a simples contratação de serviços comuns de organização de eventos, demandando conhecimento técnico próprio da modalidade e experiência na realização de competições de Jiu-Jitsu.

2.6. A contratação tem por finalidade assegurar a realização do campeonato com estrutura adequada, segurança aos atletas e participantes, regularidade das disputas, organização técnica e operacional e

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: THAIS SILVA MACIEL e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/6C8DDCEE5EE54DD691FF2E86544364B2

adequado desenvolvimento das competições.

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. Será adotada a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, especialmente o art. 74, inciso III, alínea "c", § 3º, que prevê a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, considerando-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, experiência, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO E QUANTITATIVO

4.1. Na tabela a seguir consta a especificação do Serviço:

ITEM	UN	CÓDIGO SCPI CÓDIGO TCE/MT	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
1.	Serv.	048.006.001 316020-3	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de competição esportiva de Jiu-Jitsu, compreendendo solução integrada para realização do campeonato, incluindo gestão operacional da competição, sistema de inscrições e chaves, coordenação técnica, arbitragem, estrutura das áreas de luta, premiação e demais serviços indispensáveis à realização do evento.	**R$ 99.800,00**

4.2. A contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, materiais, profissionais e demais recursos necessários à execução integral do objeto, observadas as especificações constantes deste Termo de Referência.

4.3. A solução deverá compreender, no mínimo:

a) planejamento e coordenação geral do campeonato;

b) organização e gerenciamento técnico das competições;

c) disponibilização de 03 (três) áreas de luta completas;

d) fornecimento e instalação dos tatames e demais equipamentos específicos necessários às áreas de luta;

e) equipe técnica e operacional necessária à realização do evento;

f) equipe de arbitragem qualificada e compatível com a quantidade e características das disputas;

g) sistema de inscrições e gerenciamento das competições;

h) organização das categorias, divisões, pesos, faixas e demais critérios aplicáveis à modalidade;

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: THAIS SILVA MACIEL e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/6C8DDCEE5EE54DD691FF2E86544364B2

i) elaboração e gerenciamento das chaves de competição;

j) controle, apuração e divulgação dos resultados;

k) organização e coordenação das atividades durante os dois dias do campeonato;

l) montagem, instalação e desmontagem de toda a estrutura disponibilizada pela contratada;

m) fornecimento integral da premiação prevista para o campeonato;

n) medalhas, troféus, cinturões e demais itens de premiação previstos na proposta da contratada;

o) apoio técnico e operacional durante a realização das competições;

p) demais serviços, materiais, equipamentos e recursos necessários à plena execução do objeto.

5. DA PROPOSTA

5.1. A proposta, que compreende a descrição do serviço ofertado, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com este Termo de Referência e seus anexos, bem como atender às seguintes exigências:

a) conter as especificações do serviço de forma clara, descrevendo detalhadamente as características e condições de execução;

b) apresentar o valor global para execução integral do objeto;

c) no preço ofertado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos relacionados à execução do serviço, incluindo transporte, deslocamento, hospedagem, alimentação, montagem, desmontagem, equipamentos, materiais, profissionais, arbitragem, premiação, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto;

d) não será admitida cobrança adicional ao Município referente a despesas necessárias à execução integral do objeto.

5.2. O valor global da proposta deverá corresponder à execução completa do campeonato, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais para os serviços, materiais, equipamentos ou estrutura necessários ao cumprimento das especificações deste Termo de Referência.

6. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA de acordo com o planejamento e cronograma estabelecidos em conjunto com a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, observando-se a data prevista para realização do campeonato, nos dias 21 e 22 de novembro de 2026.

6.2. A CONTRATADA deverá realizar previamente todo o planejamento necessário à adequada execução do evento, mantendo comunicação com a CONTRATANTE para alinhamento das informações, programação e demais providências necessárias.

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: THAIS SILVA MACIEL e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/6C8DDCEE5EE54DD691FF2E86544364B2

6.3. A execução do objeto compreenderá, entre outras, as seguintes etapas:

I – Planejamento e organização: definição da programação, categorias, organização das inscrições, estrutura das competições e demais providências preparatórias;

II – Gerenciamento das inscrições e competições: recebimento e gerenciamento das inscrições, organização das categorias, elaboração das chaves e demais procedimentos necessários ao desenvolvimento das disputas;

III – Montagem e preparação: transporte, montagem, instalação e organização das três áreas de luta e demais equipamentos e materiais necessários;

IV – Execução do campeonato: coordenação das atividades, arbitragem, gerenciamento das áreas de luta, acompanhamento das disputas, apuração e divulgação dos resultados;

V – Premiação: organização e entrega da premiação prevista, integralmente às expensas da CONTRATADA;

VI – Desmontagem: retirada dos equipamentos, materiais e estruturas utilizados após o encerramento do evento.

6.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar, durante todo o período de realização do campeonato, equipe técnica e operacional suficiente para garantir o adequado desenvolvimento das atividades.

6.5. A montagem da estrutura deverá ser concluída em prazo suficiente para que todas as áreas de luta e equipamentos estejam devidamente instalados e em condições de utilização antes do início das competições.

6.6. A CONTRATADA deverá observar as regras e procedimentos aplicáveis à modalidade de Jiu-Jitsu, bem como as orientações da CONTRATANTE relacionadas à programação e organização do evento.

6.7. A CONTRATADA deverá garantir a manutenção da estrutura e dos equipamentos durante todo o período de realização do campeonato, providenciando imediatamente a substituição ou correção de qualquer equipamento ou estrutura que apresente falha e comprometa a execução do evento.

6.8. A CONTRATADA será integralmente responsável pela premiação do campeonato, a qual deverá estar incluída no valor global contratado, não gerando qualquer custo adicional para o Município.

7. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

7.1. A fiscalização da execução do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por Fiscal de Contrato, representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, especialmente

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: THAIS SILVA MACIEL e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/6C8DDCEE5EE54DD691FF2E86544364B2

designado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo com informações pertinentes a essa atribuição.

7.2. Compete ao fiscal acompanhar a execução do objeto, verificar o cumprimento das especificações estabelecidas neste Termo de Referência e registrar as ocorrências relacionadas à execução contratual.

7.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto e pelos danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Indicar um preposto responsável pelo atendimento às demandas da CONTRATANTE.

8.2. Executar os serviços conforme as especificações constantes deste Termo de Referência, observando integralmente as condições, prazos e demais requisitos estabelecidos.

8.3. Disponibilizar todos os profissionais, equipamentos, materiais e recursos necessários à execução integral do objeto.

8.4. Responsabilizar-se pela qualidade técnica dos serviços prestados, garantindo que as atividades sejam executadas por profissionais devidamente qualificados e com experiência compatível com o objeto contratado.

8.5. Disponibilizar equipe de arbitragem e demais profissionais necessários ao adequado desenvolvimento das competições.

8.6. Providenciar a montagem, instalação, manutenção e desmontagem de toda a estrutura necessária à realização do evento.

8.7. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT durante a execução dos serviços.

8.8. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços, observadas as disposições legais aplicáveis.

8.9. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a documentação de habilitação e qualificação cujas validades se encontrem vencidas.

8.10. Ressarcir eventuais prejuízos causados à Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT e/ou a terceiros, decorrentes de ineficiência, negligência ou irregularidades praticadas durante a execução contratual.

8.11. Arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo despesas com deslocamento, hospedagem, alimentação, transporte, montagem, desmontagem, equipamentos, materiais, premiação, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos envolvidos, não sendo admitida qualquer cobrança adicional à CONTRATANTE.

8.12. Comunicar à Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa comprometer o cumprimento do cronograma ou a adequada execução dos serviços, apresentando as devidas justificativas, ressalvadas situações emergenciais.

8.13. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação relacionada ao objeto deste Termo de Referência sem prévia autorização da Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT.

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: THAIS SILVA MACIEL e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/6C8DDCEE5EE54DD691FF2E86544364B2

8.14. Prestar esclarecimentos à Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT sobre quaisquer fatos ou ocorrências relacionadas à execução dos serviços, sempre que solicitado.

8.15. Emitir Nota Fiscal discriminada, legível e sem rasuras, de acordo com os serviços efetivamente executados.

8.16. Manter durante toda a execução contratual a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, apresentando, quando solicitado, as certidões de regularidade pertinentes.

8.17. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pela Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT.

8.18. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio da Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT durante a execução das atividades contratadas.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

9.2. Informar à CONTRATADA sobre as orientações e procedimentos necessários à realização do evento, bem como comunicar eventuais alterações que possam impactar a execução dos serviços.

9.3. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à execução do objeto contratado, sempre que solicitados pela CONTRATADA.

9.4. Comunicar por escrito à CONTRATADA quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando as correções necessárias quando os serviços prestados não estiverem de acordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

9.5. Efetuar o pagamento nas condições, valores e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, desde que os serviços tenham sido executados satisfatoriamente e a respectiva Nota Fiscal/Fatura esteja devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

9.6. Acompanhar o cronograma de execução dos serviços, exigindo da CONTRATADA a adoção das providências necessárias para a regularização de eventuais atrasos ou inconsistências, sob pena da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, neste Termo de Referência e demais disposições legais aplicáveis.

9.7. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA o não aceite dos serviços executados, indicando as razões e as não conformidades verificadas em relação às condições contratuais estabelecidas.

9.8. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir adequadamente as obrigações assumidas, disponibilizando, quando necessário, espaço físico, equipamentos e apoio institucional para a realização das atividades previstas.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: THAIS SILVA MACIEL e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/6C8DDCEE5EE54DD691FF2E86544364B2

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A sanção prevista na letra “a” do item 10.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 10.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.5. A sanção prevista na letra “b” do item 10.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 deste Termo de Referência, nos seguintes termos:

a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: THAIS SILVA MACIEL e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/6C8DDCEE5EE54DD691FF2E86544364B2

funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

10.6. A sanção prevista na "d" do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras "h", "i", "j", "k" e "l" do item 10.1 deste Termo de Referência, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 10.1 deste Termo de Referência que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra "c" do item 10.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.7. A sanção estabelecida na letra "d" do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste Termo de Referência será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

10.8. As sanções previstas nas letras "a", "c" e "d" do item 10.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra "b" do item 10.2 (multa) deste Termo de Referência.

10.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.10. A aplicação das sanções previstas no item 10.2 deste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.11. Na aplicação da sanção prevista na letra "b" do item 10.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.12. A aplicação das sanções previstas nas letras "c" e "d" do item 10.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.13. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.14. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.15. As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: THAIS SILVA MACIEL e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/6C8DDCEE5EE54DD691FF2E86544364B2

Administração Municipal.

10.16. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento pelos serviços será realizado em parcela única, após a conclusão do evento e o cumprimento integral das obrigações previstas neste Termo de Referência, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

11.2. O pagamento será efetuado pela Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT, até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e após a regular liquidação da despesa, por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pela CONTRATADA, devendo constar obrigatoriamente na Nota Fiscal o nome do banco, agência, localidade e número da conta para crédito.

11.3. Caso o fornecedor seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

11.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao fornecedor, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT.

11.5. Previamente à data do pagamento, o Departamento de Tesouraria verificará as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor.

11.6. Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à entrega dos serviços são de responsabilidade do fornecedor, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

11.7. Havendo atraso no pagamento de suas obrigações a Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT procederá à atualização financeira diária de seus débitos, por meio da média de índices de preços de abrangência nacional, na forma da regulamentação baixada pelo Poder Executivo (Decreto n.º 1.544, de 30.06.95) “pró rata”, tendo como base o dia limite para pagamento e como data final o dia anterior ao da emissão da ordem bancária, ou pelo índice que venha a substituí-lo.

11.8. Para fins de cálculos de utilização de correção, por atraso, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

R= V x I

Onde:

R = valor da correção procurada;

V = valor inicial do contrato;

I = média aritmética simples do INPC (IBGE) dos últimos 12 (doze) meses.

11.9. Havendo erro na Nota Fiscal, esta será restituída à empresa.

11.10. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao fornecedor,

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: THAIS SILVA MACIEL e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/6C8DDCEE5EE54DD691FF2E86544364B2

ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Campos de Júlio - MT.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Campos de Júlio - MT, e serão indicadas quando as adjudicações forem realizadas.

Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo
Unidade: 1 - Departamento de Cultura
Centro de Custo: 532 – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo
Ficha: 1141/2026; Compl. do Elemento: 3.3.90.39.33.00.00

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos e despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução dos serviços, sem qualquer ônus adicional à Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT.

13.2. A execução do objeto deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta apresentada pela CONTRATADA e no instrumento contratual.

13.3. A CONTRATADA será responsável pela execução integral do objeto, incluindo todos os equipamentos, materiais, profissionais, estrutura, arbitragem, premiação, montagem, desmontagem e demais recursos necessários à realização do campeonato.

13.4. A premiação do campeonato ficará integralmente sob responsabilidade da CONTRATADA e estará incluída no valor global da contratação, não representando custo adicional para o Município.

13.5. Os casos omissos serão solucionados com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à contratação**.**

Campos de Júlio – MT, 21 de Setembro de 2026.

Milton Borges Peixoto
Secretária Municipal de Cultura,
Esporte e Turismo

Thais Silva Maciel
Port. 011/2007, Mat. 613

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: THAIS SILVA MACIEL e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/6C8DDCEE5EE54DD691FF2E86544364B2

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: TERMO DE REFERENCIA CONTRATAÇÃO JIU-JITSU.pdf (10/11) 29/

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
6C8DDCEE5EE54DD691FF2E86544364B2

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: THAIS SILVA MACIEL em 21/09/2026 09:12:58
  CPF:***.***-.551-08
  Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT
- Assinante: MILTON BORGES PEIXOTO em 21/09/2026 10:58:27
  CPF:***.***-.150-72 Assinou como: SECRETARIO
  Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/6C8DDCEE5EE54DD691FF2E86544364B2

TERMO DE JUSTIFICATIVA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação, nos termos do art. 74, inciso III, alínea "c", § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, para contratação de empresa especializada na organização, produção e execução de evento esportivo de Jiu-Jitsu, compreendendo toda a estrutura, serviços técnicos, operacionais e demais elementos necessários à realização do campeonato.

I – Objeto: Contratação de empresa especializada para organização, produção e execução de evento esportivo de Jiu-Jitsu, a ser realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2026, no Município de Campos de Júlio – MT, com previsão de participação de aproximadamente 400 atletas.

A contratação compreenderá, de forma integrada, o fornecimento e a execução de toda a estrutura necessária para a realização do evento, incluindo 03 (três) áreas de luta completas, tatames e demais equipamentos específicos, equipe técnica e de arbitragem, sistema de inscrições e gerenciamento das competições, organização das categorias, premiação, montagem e desmontagem da estrutura, bem como os demais serviços necessários à adequada realização do campeonato.

II – Empresa a ser contratada: Alvo Social Eventos e Gestão LTDA, inscrita no CNPJ nº 53.220.791/0001-21.

III – Valor da contratação: R$ 99.800,00 (noventa e nove mil e oitocentos reais).

IV – Caracterização da situação que justifica a inexigibilidade de licitação: A Lei Federal nº 14.133/2021 prevê, em seu art. 74, a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade quando houver inviabilidade de competição, inclusive na hipótese de contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, nos termos do inciso III, alínea "c", observados os requisitos estabelecidos na legislação.

No presente caso, o objeto possui características específicas que ultrapassam a simples contratação de serviços comuns de organização de eventos. A realização de um campeonato de Jiu-Jitsu exige conhecimento técnico próprio da modalidade, experiência na organização de competições esportivas, domínio dos procedimentos de inscrição e gerenciamento dos atletas, organização das categorias, arbitragem, condução das áreas de luta, apuração e divulgação dos resultados, premiação e coordenação de toda a estrutura necessária ao evento.

Além disso, a contratação envolve a execução integrada de diversos serviços e atividades de natureza técnica que precisam funcionar de maneira coordenada durante os dois dias de competição, de modo a garantir a segurança dos atletas, a regularidade das disputas, o cumprimento da programação e o adequado desenvolvimento do campeonato.

Trata-se, portanto, de solução que demanda conhecimento específico e experiência comprovada na organização e execução de competições de Jiu-Jitsu, não se limitando ao simples fornecimento de estrutura ou à prestação de serviços genéricos de organização de eventos.

Dessa forma, considerando a natureza especializada do objeto, a necessidade de experiência específica na realização de competições de Jiu-Jitsu a complexidade das atividades técnicas envolvidas e a necessidade de uma solução integrada para a execução do evento, entende-se que a contratação apresenta características que justificam a adoção da inexigibilidade de licitação, considerando a experiência e a especialização necessárias para a adequada realização do evento desde que devidamente comprovados nos autos os requisitos legais pertinentes, especialmente a notória especialização da empresa e a inviabilidade de competição..

V – Razão da escolha da empresa: A escolha da empresa Alvo Social Eventos e Gestão Ltda. decorre de sua experiência na organização e execução de eventos esportivos, especialmente competições de Jiu-Jitsu, apresentando capacidade técnica e operacional compatíveis com as características e a dimensão do campeonato que se pretende realizar no Município de Campos de Júlio – MT.

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/7ED46ADFDF0348158D2FA27947DFD47A

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: JUSTIFICATIVA - CONTRATAÇÃO ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTÃO

A empresa possui experiência na realização de eventos dessa natureza na região, incluindo a execução de campeonatos de Jiu-Jitsu realizados no Município de Sapezal – MT, conforme documentação e registros fotográficos que serão juntados ao processo.

A experiência anteriormente demonstrada, aliada à estrutura e aos serviços oferecidos, permite verificar que a empresa possui conhecimento específico sobre a dinâmica de competições de Jiu-Jitsu e condições para executar de forma integrada as atividades necessárias à realização do evento.

A experiência específica da empresa deverá ser demonstrada mediante a documentação pertinente a ser juntada aos autos, incluindo, conforme disponível, atestados de capacidade técnica, notas fiscais, registros dos eventos realizados e demais documentos aptos a comprovar sua atuação na organização e execução de competições de Jiu-Jitsu.

Assim, a escolha está fundamentada na experiência específica, capacidade técnica e adequação da empresa ao objeto pretendido, características consideradas essenciais para garantir a qualidade e a segurança da competição.

VI – Justificativa do preço: O valor apresentado para a contratação está compatível com os preços praticados pela empresa em contratações similares para a realização de eventos esportivos, conforme documentação comprobatória anexada aos autos.

Ressalta-se que o serviço contratado envolve a organização e execução completa do campeonato de Jiu-Jitsu, incluindo a disponibilização de estrutura, equipamentos, áreas de luta, equipe técnica e de arbitragem, sistema de gerenciamento das inscrições e competições, montagem e desmontagem, organização do evento, premiação e demais serviços necessários para sua realização.

O valor global da contratação contempla todos os custos necessários para a execução do objeto, considerando a realização do evento nos dias 21 e 22 de novembro de 2026, com previsão de aproximadamente 400 atletas, incluindo as despesas relacionadas à estrutura e aos serviços necessários para o adequado desenvolvimento da competição.

A premiação ficará integralmente sob responsabilidade da contratada, estando incluída no valor global da contratação, não representando custo adicional para o Município.

MUNICIPIO	Valor	Fonte
Município de Sapezal	R$ 122.340,00	Nota Fiscal nº 17
Município de Sapezal	R$ 93.000,00	Nota Fiscal nº 19

Os documentos fiscais apresentados constituem elementos de referência para a análise da compatibilidade do preço, considerando a natureza e as características dos serviços anteriormente executados pela empresa, devendo a Administração verificar a similaridade dos objetos, as condições de execução e demais elementos pertinentes à formação do preço.

Diante do exposto, considerando a natureza especializada do objeto, a necessidade de experiência específica na organização e execução de competições de Jiu-Jitsu, a complexidade da estrutura necessária e a necessidade de execução integrada dos serviços, entende-se adequada a contratação por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “c”, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação mostra-se necessária e conveniente para garantir a realização do campeonato de Jiu-Jitsu previsto para os dias 21 e 22 de novembro de 2026, com estrutura adequada para aproximadamente 400 atletas, assegurando organização, segurança, qualidade técnica e adequado desenvolvimento das competições.

Dessa forma, resta justificada a contratação direta por inexigibilidade de licitação, condicionada à comprovação, no processo administrativo, da documentação necessária à demonstração da notória especialização, experiência e

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/7ED46ADFDF0348158D2FA27947DFD47A

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: JUSTIFICATIVA - CONTRATAÇÃO ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTÃO

capacidade técnica da empresa, da razão da escolha da contratada, da inviabilidade de competição, da compatibilidade do preço e dos demais requisitos previstos na legislação vigente.

Campos de Júlio – MT, 21 de Setembro de 2026.

Milton Borges Peixoto
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/7ED46ADFDF0348158D2FA27947DFD47A

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: JUSTIFICATIVA - CONTRATAÇÃO ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTÃO

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
7ED46ADFDF0348158D2FA27947DFD47A

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: MILTON BORGES PEIXOTO em 21/09/2026 10:58:30
CPF:***.***-.150-72 Assinou como: SECRETARIO
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/7ED46ADFDF0348158D2FA27947DFD47A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO
AV VALDIR MASUTTI, 779 W
CNPJ : 01.614.516/0001-99

Resultado da Cotação

Número da Cotação: 00524/26 Data: 21/09/2026 Abertura: 21/09/2026 Encerramento: 21/09/2026

Item	Código	Descrição	Qtd.	Valor Médio	Valor Total Médio
1	048.006.001	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO E EXEC	1	99.800,00	99.800,00
		TOTAL	1	99.800,00	99.800,00

Assinado por 1 pessoa: THAIS SILVA MACIEL
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/69062D474E7443FFBF9F8A5A5E833529

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
69062D474E7443FFBF9F8A5A5E833529

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: THAIS SILVA MACIEL em 21/09/2026 09:13:01
CPF:***.***-.551-08
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/69062D474E7443FFBF9F8A5A5E833529

ORÇAMENTO

Alvo Social Eventos e Gestão Ltda.

CNPJ: 53.220.791/0001-21

Telefone: (65) 99209-9685

alvo.social@gmail.com

Endereço: Rua dos Girassóis, 1320 - Sapezal - MT

Evento de Jiu-Jitsu – Prefeitura Municipal de Campos de Júlio/MT

CNPJ. 01.614.516/0001-99
Número de atletas: 400 atletas máximo (com tabela de peso própria do evento.)
Estrutura: 3 áreas de luta com estruturas esportivas completas

Duração do evento: 02 dias

Data prevista para o serviço: 21 e 22 de novembro de 2026

---

1. ÁREAS DE LUTA COMPLETAS (03)

Cada área de luta completa deve conter:

- Tatames oficiais olímpicos 2x1 40mm
- Área de segurança 1x1
- Mesa de arbitragem por área
- 01 placar eletrônico integrado por área (tv65”)
- 01 Pedestal metálico p/tvs
- 01 notebook para controlador de placar por área
- 01 software de pontuação integrado por area
- 02 cadeiras mesários
- Cabeamento hdmi e extensão
- Swift para distribuição de sinal de vídeo e audio

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: ORÇAMENTO ALVO SOCIAL.pdf (1/5) 37/179

- Fiação elétrica completa

---

2. ÁREA DE CIRCULAÇÃO, AQUECIMENTO E PESAGEM

Para evento de 400 atletas:

Descrição	Qtde
Tatames EVA 30mm	60
Grades plásticas de isolamento 2x1m	25
Pedestais metálicos divisórios com fita	18
Pedestais plásticos cônicos	10
Correntes plásticas	60m
Carpete para evento (vermelho e grafite)	1000m²
Mesa de autoridades completa	5
Toalhas personalizadas todo evento	30
Tampão em MDF para mesas	12
Balanças profissionais para pesagem	03

---

3. EQUIPE / STAFF COMPLETO

Para evento de 400 atletas:

Função	Qtde
Coordenador geral	1
Diretor de arbitragem	1
Árbitros de área	4
Mesários	4
Chamadores	4
Equipe montagem/desmontagem	10
Total equipe de trabalho	24

4.UNIFORMES A MATERIAIS DE ARBITRAGEM

Vestimentas e utensílios para equipes de trabalho:

Item	Qtde
Uniformes de árbitros	12
Uniforme de apoio	15
Bracelete de árbitros	6
Faixas de diferenciação	4
Pranchetas de chamadores	4
Uniformes de chamadores	6
Uniformes de mesários	6

5.ÁREA DE PREMIAÇÃO

Item	Qtde
Mesa de medalhas	3
Banner personalizado impresso em lona 3x4	1
Estrutura podium (caixotes de madeira)	3
Estrutura metálica p/banner	1

6.PREMIAÇÃO

Item	Qtde
Medalhas em metal fundido 6mm (banhos: dourado, prata bronze) fita impressa com 2,5mm x 60cm	270
Troféus de premiação em acrílico/mdf por equipes 1°, 2°, 3° colocadas 15x15.	3
Cinturões - desafios e GP.	3

E-mail: alvo.social@gmail.com – Fone:(65) 99324 5092 – Ruas dos Girassóis 1320 – bairro Cidezal II – CEP 78366092 – Sapezal/MT

7.LOGISTICA

Item	Qtde
Transporte de equipamentos (km rodado).	130
Transporte de equipe de trabalho e árbitros (km rodado).	130
Alimentação equipe de trabalho por dois dias (refeições).	75
Hospedagem da equipe de arbitragem (diárias de hotel para 10 pessoas).	2
Água mineral e gelo para equipe de trabalho, por dois dias de evento (garrafas 500ml)	250

8.RESUMO GERAL DO ORÇAMENTO

Item	Valor 1 dia evento	Valor 2 dias de evento
Arbitragem e staff.	R$ 6.000,00	R$ 12.000,00
Materiais em geral.	R$ 8.000,00	R$ 9.000,00
Materiais de áreas de circulação.	R$ 5.000,00	R$ 6.000,00
Áreas de luta completas.	R$ 35.000,00	R$ 40.000,00
Área de premiação.	R$ 6.500,00	R$ 7.000,00
Premiação medalhas + troféus + cinturões.	R$ 3.000,00	R$ 6.500,00
Despesas operacionais e logística.	R$ 13.000,00	R$ 19.300,00
VALOR	**R$ 76.500,00**	**R$ 99.800,00**

VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO: 99.800,00

E-mail: alvo.social@gmail.com – Fone:(65) 99324 5092 – Ruas dos Girassóis 1320 – bairro Cidezal II – CEP 78366092 – Sapezal/MT

ALVO SOCIAL

Obs. DESPESAS POR CONTA DO CONTRATANTE:

- Som completo, iluminação e painel de led, para 02 dias.
- Equipe de atendimento médico e ambulância, 2 dias.

Sapezal/MT - 28 de agosto de 2026

ÉBERSON GODOFREDO

Responsável legal - CNPJ 532207910001-21

E-mail: alvo.social@gmail.com - Fone:(65) 99324 5092 - Ruas dos Girassóis 1320 - bairro Cidezal II - CEP 78366092 - Sapezal/MT

NFSe Nota Fiscal de Serviço Eletrônica

DANFSe v1.0
Documento Auxiliar da NFS-e

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
NFS-e - Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

(65) 3383-4533
fiscal4@sapezal.mt.gov.br

Chave de Acesso da NFS-e
null

Número da NFS-e	Competência da NFS-e	Data e Hora da emissão da NFS-e
17	28/07/2025	28/07/2025 16:26:47
Número da DPS	**Série da DPS**	**Data e Hora da emissão da DPS**
-	-	28/07/2025 16:26:47

EMITENTE DA NFS-e

	CNPJ / CPF / NIF	Inscrição Municipal	Telefone
Prestador do Serviço	53.220.791/0001-21	111443	(65) 9209-9686

Nome / Nome Empresarial
ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA

E-mail
EBERSONZZN@GMAIL.COM

Endereço
R DOS GIRASSOIS, 1310 SW, Q 163 LO 09, Cidezal II

Município
Sapezal - MT

CEP
78366-092

Simples Nacional na Data de Competência
Optante - Microempresa (ME)

Regime de Apuração Tributária pelo SN
-

TOMADOR DO SERVIÇO

	CNPJ / CPF / NIF	Inscrição Municipal	Telefone
	31.628.911/0001-91	0	-

Nome / Nome Empresarial
ASSOCIACAO DE ARTES MARCIAIS ESPORTIVA PENIEL (AAMEP)

E-mail
aamep.org@gmail.com

Endereço
R JUNDIA, 1320, BOSQUE

Município
Sapezal - MT

CEP
78365-007

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO

Código de Tributação Nacional	Código de Tributação Municipal	Local da Prestação	País da Prestação
12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual,...	-	Sapezal - MT	-

Descrição do Serviço
Execução completa de 2 (dois) eventos esportivos de competição, a serem realizados respectivamente no município de Sapezal/MT e Cuiabá/MT: organização, logística, planejamento

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

Tributação do ISSQN	País Resultado da Prestação do Serviço	Município de Incidência do ISSQN	Regime Especial de Tributação
Operação Tributável	-	-	-
Tipo de Imunidade	**Suspensão da Exigibilidade do ISSQN**	**Número Processo Suspensão**	**Beneficio Municipal**
-	Não	-	-
Valor do Serviço	**Desconto Incondicionado**	**Total Deduções/Reduções**	**Cálculo do BM**
R$ 61.170,00	R$ 0,00	R$ 0,00	-
BC ISSQN	**Alíquota Aplicada**	**Retenção do ISSQN**	**ISSQN Apurado**
R$ 122.340,00	2,01%	-	R$ 0,00

TRIBUTAÇÃO FEDERAL

IRRF	CP	CSLL	
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	
PIS	**COFINS**	**Retenção do PIS/COFINS**	**TOTAL TRIBUTAÇÃO FEDERAL**
R$ 0,00	R$ 0,00	-	R$ 0,00

VALOR TOTAL DA NFS-e

Valor do Serviço	Desconto Condicionado	Desconto Incondicionado	ISSQN Retido
R$ 122.340,00	R$ 0,00	R$ 0,00	-
IRRF, CP, CSLL - Retidos	**PIS/COFINS**		**Valor Líquido da NFS-e**
R$ 0,00	0,00		R$ 122.340,00

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

Federais	Estaduais	Municipais
R$ 16.454,73	R$ 0,00	R$ 6.117,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NFSe Nota Fiscal de Serviço Eletrônica

DANFSe v1.0
Documento Auxiliar da NFS-e

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
NFS-e - Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

(65) 3383-4533
fiscal4@sapezal.mt.gov.br

Chave de Acesso da NFS-e
51078751253220791000121000000000001926065469544779

Número da NFS-e	Competência da NFS-e	Data e Hora da emissão da NFS-e
19	02/06/2026	02/06/2026 10:32:07
Número da DPS	**Série da DPS**	**Data e Hora da emissão da DPS**
321555605	00001	02/06/2026 10:32:07

A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

EMITENTE DA NFS-e

	CNPJ / CPF / NIF	Inscrição Municipal	Telefone
Prestador do Serviço	53.220.791/0001-21	111443	(65) 9209-9686

Nome / Nome Empresarial
ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA

E-mail
EBERSONZZN@GMAIL.COM

Endereço
DOS GIRASSÓIS, 1310 SW, QUADRA 163, LOTE 09, CIDEZAL II

Município
Sapezal - MT

CEP
78366-092

Simples Nacional na Data de Competência
Optante - Microempresa (ME)

Regime de Apuração Tributária pelo SN
-

TOMADOR DO SERVIÇO

CNPJ / CPF / NIF	Inscrição Municipal	Telefone
31.628.911/0001-91	0	(65) 99209-9686

Nome / Nome Empresarial
ASSOCIACAO DE ARTES MARCIAIS ESPORTIVA PENIEL (AAMEP)

E-mail
aamep.org@gmail.com

Endereço
Rua Pirambé, sn, BOSQUE

Município
Sapezal - MT

CEP
78365-000

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO

Código de Tributação Nacional	Código de Tributação Municipal	Local da Prestação	País da Prestação
12.11.01 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectu...	121101	Sapezal - MT	Brasil

Descrição do Serviço
SERVIÇO DE LOCAÇÃO ESTRUTURA ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE JIU-JITSU
Serviços referente as três edições do campeonato, com 2 dias de duração cada
Referente ao Convênio 0398-2026 SECEL/MT

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

Tributação do ISSQN	País Resultado da Prestação do Serviço	Município de Incidência do ISSQN	Regime Especial de Tributação
Operação Tributável	Brasil	Sapezal - MT	Nenhum
Tipo de Imunidade	**Suspensão da Exigibilidade do ISSQN**	**Número Processo Suspensão**	**Beneficio Municipal**
-	Não	-	-
Valor do Serviço	**Desconto Incondicionado**	**Total Deduções/Reduções**	**Cálculo do BM**
R$ 93.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	-
BC ISSQN	**Alíquota Aplicada**	**Retenção do ISSQN**	**ISSQN Apurado**
R$ 93.000,00	2,01%	Não Retido	R$ 1.869,30

TRIBUTAÇÃO FEDERAL

IRRF	CP	CSLL	
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	
PIS	**COFINS**	**Retenção do PIS/COFINS**	**TOTAL TRIBUTAÇÃO FEDERAL**
R$ 0,00	R$ 0,00	-	R$ 0,00

VALOR TOTAL DA NFS-e

Valor do Serviço	Desconto Condicionado	Desconto Incondicionado	ISSQN Retido
R$ 93.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	-
IRRF, CP, CSLL - Retidos	**PIS/COFINS**		**Valor Líquido da NFS-e**
R$ 0,00	0,00		R$ 93.000,00

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

Federais	Estaduais	Municipais
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NBS: 125051000 | **Inf Cont:** Locação de Tatame profissional olímpico Espuma OVS 40mm (2x1m): 350 UNT Tatame em espuma de alta densidade em grânulos de poliuretano de 8MM com compressão de 600 a 400KG/CM² e com densidade de 250KG/M³ alta densidade, isento de EVA, com revestimento em lona PU, efeito palha, espessura de 40mm, superfície antiderrapante, alta absorção de impacto, indicado para competições oficiais de alto rendimento; Locação de Placar profissional TV 65” com sistema integrado: 8 UNT Sistema composto por displa...

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 01.614.225/0001-09
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos, para os devidos fins, que a **ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 53.220.791/0001-21, executou com êxito o **Campeonato Mato-grossense de Jiu-jitsu** no município de Sapezal Estado de Mato Grosso, nas edições dos anos de 2023, 2024 e 2025.

Os eventos realizados contaram com participação expressiva de atletas, público e equipes de vários municípios do estado, envolvendo estrutura de múltiplas áreas de luta, arbitragem especializada, logística operacional e organização geral compatível com eventos de médio a grande porte.

A entidade demonstrou **capacidade técnica, organizacional e operacional, cumprindo adequadamente as obrigações pactuadas**, com qualidade na execução, respeito às normas esportivas e atendimento ao interesse público.

Dessa forma, atestamos que a referida organização possui experiência e aptidão técnica compatível com a execução de projetos esportivos de Jiu-jitsu.

Sapezal, 25 de agosto de 2026

Nada mais havendo, renovamos votos de apreço.

Atenciosamente,

gov.br
Documento assinado digitalmente
GUILHERME CEZAR LOPES DOS SANTOS
Data: 25/08/2026 16:27:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

GUILHERME CEZAR LOPES DOS SANTOS
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER
PORTARIA Nº 0115/2025

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E/OU FUNCIONAMENTO

N° 1904/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL, concede o presente Alvará para Localização e Funcionamento em conformidade com a Legislação em vigor:

NOME / RAZÃO SOCIAL

111443 *ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA*
Nome Fantasia: ALVO SOCIAL - EVENTOS E GESTAO
Nome Fantasia (Pref.):
Inscrição Municipal: 111443 *CNPJ:* 53.220.791/0001-21

ENDEREÇO

Logradouro: *Rua DOS GIRASSÓIS* *Número:* *1310 SW*
Complemento: *QUADRA 163, LOTE 09* *CEP:* *78366-092*
Bairro: *CIDEZAL II*
Cidade: *Sapezal* *UF:* *MT*

ATIVIDADE

Atividade:	*7721700*	*Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos*
Atividade:	*8219999*	*Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados*
Atividade:	*8299799*	*Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente*
Atividade:	*8591100*	*Ensino de esportes*
Atividade:	*9319101*	*Produção e promoção de eventos esportivos*

ALVARÁ CONFORME LEI MUNICIPAL 050/1997 e LEI 1.633/2022 - DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO BOMBEIRO MTP2500274534 CONFORME INFORMAÇÕES DECLARADAS NA REDESIM, DE ACORDO COM A PRESUNÇÃO DE BOA-FÉ DO USUÁRIO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO LANÇAMENTO DAS INFORMAÇÕES VERÍDICAS E, SOB PENA DE INCORRER NA PRÁTICA DO ART. 299 DO CÓDIGO PENAL. DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE ALVARÁ SANITÁRIO 0071/2026-VISA. ENDEREÇO SOMENTE PARA ESCRITÓRIO.

Emitido em: *26/05/2026* ***VÁLIDO ATÉ: 31/12/2026***

ASSINADO DIGITALMENTE
EDIMARA SAMPAIO SERAPIAO DE SOUZA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

Edimara S. Serapião de Souza

Obs.: Em caso de encerramento, paralisação, mudança de endereço, de ramo ou qualquer outra alteração, procurar com urgência ao setor competente. Este Alvará deverá ficar em Local visível, sem dobras e rasuras.

Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
51202927433	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

MTP2500274534

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL

SAPEZAL
Local

1 Dezembro 2025
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3621328 em 01/12/2025 da Empresa ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA, CNPJ 53220791000121 e protocolo 252120639 - 01/12/2025. Autenticação: 309CDBA53F6C11B336EF534EED39B23CAABD2E. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/212.063-9 e o código de segurança SUVo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/212.063-9	MTP2500274534	01/12/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
006.743.411-80	EBERSON GODOFREDO AMARO DA SILVA	01/12/2025 11:54:04
Assinado utilizando assinatura qualificada		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3621328 em 01/12/2025 da Empresa ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA, CNPJ 53220791000121 e protocolo 252120639 - 01/12/2025. Autenticação: 309CDBA53F6C11B336EF534EED39B23CAABD2E. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/212.063-9 e o código de segurança SUVo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTÃO LTDA

CNPJ 53.220.791/0001-21

EBERSON GODOFREDO AMARO DA SILVA, BRASILEIRO, Casado(a) em Regime de Comunhão Parcial, EMPRESARIO, nascida em 08/04/1982, portador(a) do documento de Identidade nº 16138007 SSP MT, inscrito no CPF sob o número 006.743.411-80, residente e domiciliado, na RUA DOS GIRASSOIS, Nº 1310 SW, QUADRA 163 LOTE 09, bairro CIDEZAL II, município SAPEZAL – MATO GROSSO, CEP 783.66-092;

Único Sócio da Sociedade Limitada de nome empresarial ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, sob NIRE nº 51202927433, com sede RUA DOS GIRASSOIS, Nº 1310 SW, QUADRA 163 LOTE 09, bairro CIDEZAL II, município SAPEZAL – MATO GROSSO, CEP 783.66-092, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 53.220.791/0001-21, delibera de pleno e comum acordo ajustar a presente alteração contratual, nos termos da Lei n° 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade passa a ter o seguinte objeto:

ALUGUEL DE MATERIAL E EQUIPAMENTO ESPORTIVO, TAIS COMO: BARCOS DE LAZER, CANOAS, BARCO A VELA, BICICLETAS, CADEIRAS E GUARDA-SOIS DE PRAIA, MESAS DE SINUCA E BILHAR, BRINQUEDOS NAOELETRONICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E RECREATIVOSATIVIDADES DE PRODUTORES OU PROMOTORES DE EVENTOS E COMPETICOES ESPORTIVAS COM OU SEM INFRA-ESTRUTURA, TAIS COMO: AS ATIVIDADES LIGADAS A ORGANIZACAO DE CAMPEONATOS DE FUTEBOL, BASQUETE, VOLEIBOL, TENIS,ATLETISMO. AS ATIVIDADES LIGADAS A ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMPETICOES DE ESPORTES MOTORIZADOS, COMO CORRIDA DE AUTOMOVEIS, KARTS, MOTOS. AS ATIVIDADES LIGADAS A ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMPETICOES HIPICAS E KENNELS CLUBES.INSTITUICOES QUE OFERECEM CURSOS DE EDUCACAO PROFISSIONAL DE NIVEL BASICO, DE DURACAO VARIAVEL, DESTINADOS A QUALIFICAR E REQUALIFICAR OS TRABALHADORES, INDEPENDENTEMENTE DA ESCOLARIDADE PREVIA, NAO ESTANDO SUJEITOS A REGULAMENTACAO CURRICULAR. AS ATIVIDADES DOS CURSOS DE DATILOGRAFIA. AS ATIVIDADES DE PROFESSORES AUTONOMOS OU CONSTITUIDOS COMO EMPRESAS INDIVIDUAIS, EXCETO DE ESPORTES, DE ARTE E CULTURA E DE IDIOMAS. OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO .SERVICO DE PREPARO DE DOCUMENTOS. O SERVICO DE DIGITACAO DE TEXTOS .OS SERVICOS DE PREENCHIMENTO DE FORMULARIOS, COLOCACAO DE SELOS E DESPACHO DE CORRESPONDENCIA, INCLUSIVE DE MATERIAL DE PUBLICIDADE. OS SERVICOS DE APOIO A SECRETARIA. A REDACAO DE CARTAS E RESUMOS.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3621328 em 01/12/2025 da Empresa ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA, CNPJ 53220791000121 e protocolo 252120639 - 01/12/2025. Autenticação: 309CDBA53F6C11B336EF534EED39B23CAABD2E. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/212.063-9 e o código de segurança SUVo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

O SERVICO DE TRANSCRICAO DE DOCUMENTOS.AS ATIVIDADES DE REGISTRO E DE CADASTRAMENTO DE USUARIOS, EXCETO PARA FINS DE CERTIFICACAO DIGITAL.ATIVIDADES DE ENSINO DE ESPORTES EM ESCOLAS ESPORTIVAS OU POR PROFESSORES INDEPENDENTES, TAIS COMO FUTEBOL, BASQUETE, VOLEI, TENIS, NATACAO, ARTES MARCIAIS, EQUITACAO, MERGULHO.OS SERVICOS DE CAPTACAO DE IMAGENS DE REUNIOES E CONFERENCIAS AO VIVO PARA SEREM TRANSMITIDAS POR CIRCUITO INTERNO DE TELEVISAO OU TELEVISAO ABERTA.OS SERVICOS DE AVALIADORES, EXCETO DE SEGUROS E IMOVEIS: AS ATIVIDADES DOS DESPACHANTES, EXCETO ADUANEIROS. OS SERVICOS DE CARATER PRIVADO DE PREVENCAO DE INCENDIOS (MANUTENCAO DE EXTINTORES DE INCENDIO). AS OUTRAS ATIVIDADES DE APOIO AS EMPRESAS.

CNAE FISCAL

7721-7/00: Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos

9319-1/01: Produção e promoção de eventos esportivos

8599-6/99 Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

8219-9/99 Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

8591-1/00 - Ensino de Esportes

8299-7/99 Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente

CLÁUSULA SEGUNDA A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) EBERSON GODOFREDO AMARO DA SILVA , com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

CLÁUSULA TERCEIRA : O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA QUARTA . O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece SAPEZAL - MT.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3621328 em 01/12/2025 da Empresa ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA, CNPJ 53220791000121 e protocolo 252120639 - 01/12/2025. Autenticação: 309CDBA53F6C11B336EF534EED39B23CAABD2E. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/212.063-9 e o código de segurança SUVo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

CLÁUSULA QUINTA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA

ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA

CNPJ nº 53.220.791/0001-21

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato Social:

EBERSON GODOFREDO AMARO DA SILVA, BRASILEIRO, Casado(a) em Regime de Comunhão Parcial, EMPRESARIO, nascida em 08/04/1982, portador(a) do documento de Identidade nº 16138007 SSP MT, inscrito no CPF sob o número 006.743.411-80, residente e domiciliado, na RUA DOS GIRASSOIS, Nº 1310 SW, QUADRA 163 LOTE 09, bairro CIDEZAL II, município SAPEZAL – MATO GROSSO, CEP 783.66-092;

Constitue uma sociedade limitada mediante as seguintes cláusulas.

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade gira sob o nome empresarial ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA e nome fantasia ALVO SOCIAL - EVENTOS E GESTÃO

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade tem sede: RUA DOS GIRASSOIS, Nº 1310 SW, QUADRA 163 LOTE 09, bairro CIDEZAL II, município SAPEZAL – MATO GROSSO, CEP 783.66-092 .

CLÁUSULA TERCEIRA. A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovado pelos votos correspondentes dos sócios, no mínimo, a três quartos do capital social, nos termos do art. 1.076 da Lei nº 10.406/2002.

DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA. A sociedade tem por objeto(s) social(ais):

ALUGUEL DE MATERIAL E EQUIPAMENTO ESPORTIVO, TAIS COMO: BARCOS DE LAZER, CANOAS, BARCO A VELA, BICICLETAS, CADEIRAS E GUARDA-SOIS DE PRAIA, MESAS DE SINUCA E BILHAR, BRINQUEDOS NAOELETRONICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E RECREATIVOSATIVIDADES DE PRODUTORES OU PROMOTORES DE EVENTOS E COMPETICOES ESPORTIVAS COM OU SEM INFRA-ESTRUTURA, TAIS COMO: AS ATIVIDADES LIGADAS A ORGANIZACAO DE

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3621328 em 01/12/2025 da Empresa ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA, CNPJ 53220791000121 e protocolo 252120639 - 01/12/2025. Autenticação: 309CDBA53F6C11B336EF534EED39B23CAABD2E. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/212.063-9 e o código de segurança SUVo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

CAMPEONATOS DE FUTEBOL, BASQUETE, VOLEIBOL, TENIS,ATLETISMO. AS ATIVIDADES LIGADAS A ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMPETICOES DE ESPORTES MOTORIZADOS, COMO CORRIDA DE AUTOMOVEIS, KARTS, MOTOS. AS ATIVIDADES LIGADAS A ORGANIZACAO DE EVENTOS E COMPETICOES HIPICAS E KENNELS CLUBES.INSTITUICOES QUE OFERECEM CURSOS DE EDUCACAO PROFISSIONAL DE NIVEL BASICO, DE DURACAO VARIAVEL, DESTINADOS A QUALIFICAR E REQUALIFICAR OS TRABALHADORES, INDEPENDENTEMENTE DA ESCOLARIDADE PREVIA, NAO ESTANDO SUJEITOS A REGULAMENTACAO CURRICULAR. AS ATIVIDADES DOS CURSOS DE DATILOGRAFIA. AS ATIVIDADES DE PROFESSORES AUTONOMOS OU CONSTITUIDOS COMO EMPRESAS INDIVIDUAIS, EXCETO DE ESPORTES, DE ARTE E CULTURA E DE IDIOMAS. OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO .SERVICO DE PREPARO DE DOCUMENTOS. O SERVICO DE DIGITACAO DE TEXTOS .OS SERVICOS DE PREENCHIMENTO DE FORMULARIOS, COLOCACAO DE SELOS E DESPACHO DE CORRESPONDENCIA, INCLUSIVE DE MATERIAL DE PUBLICIDADE. OS SERVICOS DE APOIO A SECRETARIA. A REDACAO DE CARTAS E RESUMOS. O SERVICO DE TRANSCRICAO DE DOCUMENTOS.AS ATIVIDADES DE REGISTRO E DE CADASTRAMENTO DE USUARIOS, EXCETO PARA FINS DE CERTIFICACAO DIGITAL.ATIVIDADES DE ENSINO DE ESPORTES EM ESCOLAS ESPORTIVAS OU POR PROFESSORES INDEPENDENTES, TAIS COMO FUTEBOL, BASQUETE, VOLEI, TENIS, NATACAO, ARTES MARCIAIS, EQUITACAO, MERGULHO.OS SERVICOS DE CAPTACAO DE IMAGENS DE REUNIOES E CONFERENCIAS AO VIVO PARA SEREM TRANSMITIDAS POR CIRCUITO INTERNO DE TELEVISAO OU TELEVISAO ABERTA.OS SERVICOS DE AVALIADORES, EXCETO DE SEGUROS E IMOVEIS: AS ATIVIDADES DOS DESPACHANTES, EXCETO ADUANEIROS. OS SERVICOS DE CARATER PRIVADO DE PREVENCAO DE INCENDIOS (MANUTENCAO DE EXTINTORES DE INCENDIO). AS OUTRAS ATIVIDADES DE APOIO AS EMPRESAS.

CNAE FISCAL

7721-7/00: Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos

9319-1/01: Produção e promoção de eventos esportivos

8599-6/99 Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

8219-9/99 Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

8591-1/00 - Ensino de Esportes

8299-7/99 Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente

CLÁUSULA QUINTA. A empresa iniciou suas atividades em 17/12/2023 e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3621328 em 01/12/2025 da Empresa ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA, CNPJ 53220791000121 e protocolo 252120639 - 01/12/2025. Autenticação: 309CDBA53F6C11B336EF534EED39B23CAABD2E. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/212.063-9 e o código de segurança SUVo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

CLÁUSULA SEXTA: O capital social subscrito é de R$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) dividido em 60.000 (sessenta mil) quotas de valor nominal R$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país.

Parágrafo Único: O capital social fica assim distribuído:

EBERSON GODOFREDO AMARO DA SILVA com 60.000 (sessenta mil) quotas, perfazendo um total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) integralizado.

CLÁUSULA SÉTIMA. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE

CLÁUSULA NONA. A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) EBERSON GODOFREDO AMARO DA SILVA com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Parágrafo único. No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de pro labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA DÉCIMA. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

§ 1º Por deliberação dos sócios a distribuição de lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir de resultado do período apurado.

§ 2º A distribuição dos lucros poderá não obedecer a participação do sócio desde que aprovada pelos sócios cotistas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es),

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3621328 em 01/12/2025 da Empresa ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA, CNPJ 53220791000121 e protocolo 252120639 - 01/12/2025. Autenticação: 309CDBA53F6C11B336EF534EED39B23CAABD2E. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/212.063-9 e o código de segurança SUVo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

quando for o caso.

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.

FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Fica eleito o foro de SAPEZAL-MT para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

SAPEZAL - MT, 28 de Novembro de 2025.

EBERSON GODOFREDO AMARO DA SILVA
CPF: 006.743.411-80

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3621328 em 01/12/2025 da Empresa ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA, CNPJ 53220791000121 e protocolo 252120639 - 01/12/2025. Autenticação: 309CDBA53F6C11B336EF534EED39B23CAABD2E. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/212.063-9 e o código de segurança SUVo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/212.063-9	MTP2500274534	01/12/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
006.743.411-80	EBERSON GODOFREDO AMARO DA SILVA	01/12/2025 11:54:04
Assinado utilizando assinatura qualificada		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3621328 em 01/12/2025 da Empresa ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA, CNPJ 53220791000121 e protocolo 252120639 - 01/12/2025. Autenticação: 309CDBA53F6C11B336EF534EED39B23CAABD2E. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/212.063-9 e o código de segurança SUVo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA, de CNPJ 53.220.791/0001-21 e protocolado sob o número 25/212.063-9 em 01/12/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 3621328, em 01/12/2025. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Joelma Aparecida Rondon.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Kenner Langner da Silva. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
006.743.411-80	EBERSON GODOFREDO AMARO DA SILVA	01/12/2025 10:54:04
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC CNDL RFB v3	

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
006.743.411-80	EBERSON GODOFREDO AMARO DA SILVA	01/12/2025 10:54:04
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC CNDL RFB v3	

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 28/11/2025

Documento assinado eletronicamente por Joelma Aparecida Rondon, Servidor(a) Público(a), em 01/12/2025, às 17:34.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemat informando o número do protocolo 25/212.063-9.

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
735.399.371-53	KENNER LANGNER DA SILVA

Cuiabá. segunda-feira, 01 de dezembro de 2025

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 3621328 em 01/12/2025 da Empresa ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA, CNPJ 53220791000121 e protocolo 252120639 - 01/12/2025. Autenticação: 309CDBA53F6C11B336EF534EED39B23CAABD2E. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 25/212.063-9 e o código de segurança SUVo Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
SECRETARIA DE FINANÇAS

Data: 21/09/2026 09h18min

Número	Validade
11802	21/10/2026

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA CNPJ: 53220791000121

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à | **Finalidade**

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrição

Contribuinte: 6060 - ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA
Endereço: Rua DOS GIRASSÓIS, 1310 SW - Bairro CIDEZAL II - Compl. QUADRA 163, LOTE 09 - CEP 78.366-092

Código de Controle

CWAFKLDTFHHIIEC1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
http://www.sapezal.mt.gov.br

Sapezal (MT), 21 de Setembro de 2026

Avenida Antônio André Maggi, 1400 - Cidezal I
Sapezal (MT) - CEP: 78365054 - Fone:6533834500

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CND Nº 0064562030

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **28/08/2026** Hora da emissão: **11:02:32**

Nome/denominação do sujeito passivo: **ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA**
CNPJ: **53.220.791/0001-21**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **26/10/2026.**
Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **TUB2AL922TL2A299**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA
CNPJ: 53.220.791/0001-21

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:09:18 do dia 28/08/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 24/02/2027.
Código de controle da certidão: **2153.27F4.28F8.0B5B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 53.220.791/0001-21
Certidão nº: 72991743/2026
Expedição: 28/08/2026, às 12:11:35
Validade: 24/02/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **53.220.791/0001-21**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: CERTIDÃO TRABALHISTA - ALVO SOCIAL.pdf (1/1) 60/179

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 53.220.791/0001-21

Razão social: ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA

Endereço: R DOS GIRASSOIS 1310SW QUADRA 163;LOTE 09/ CIDEZAL II / SAPEZAL / MT / 78366-092

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 31/08/2026 a 29/09/2026

Certificação Número: 2026083114416587737808

Informação obtida em 31/08/2026 14:41:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**





QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
53.220.791/0001-21 MATRIZ		17/12/2023

NOME EMPRESARIAL
ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
ALVO SOCIAL - EVENTOS E GESTAO	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
77.21-7-00 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente
85.91-1-00 - Ensino de esportes
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente
93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R DOS GIRASSOIS	1310SW	QUADRA 163;LOTE 09

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.366-092	CIDEZAL II	SAPEZAL	MT

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ALVOSOCIAL.EGA@GMAIL.COM	(65) 9324-5092

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	17/12/2023

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **28/08/2026** às **11:58:36** (data e hora de Brasília).

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 03/09/2026 15:38:07

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA**
CNPJ: **53.220.791/0001-21**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Tribunal de Contas
Mato Grosso

Cadastro de Empresas Inidôneas e de Pessoas Suspensas de Contratar com a Admistração Pública do TCE-MT

* DATA DE ATUALIZAÇÃO: 03/09/2026 14:41

- Declaração de Inidoneidade
- Inabilitação para o exercício de cargo em comissão e função de confiança
- Declaração de inadimplência

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	UF	Data Inicial	Data Final	Prazo	Nº Decisão
26722006000166	D3 COMERCIO E SERVICO LTDA	MT	27/04/2026	27/10/2026	6 MES(ES)	345/2026
26722006000166	D3 COMERCIO E SERVICO LTDA	MT	29/05/2026	29/11/2026	6 MES(ES)	227/2026
34857667000127	LIFE MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA	TO	13/11/2024	13/11/2026	2 ANO(S)	787/2024
51659341000104	ROCHA BORGES ENGENHARIA CIVIL LTDA	MT	02/06/2025	02/06/2030	5 ANO(S)	210/2025

TOTAL DE REGISTROS: 4

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	UF	Data Inicial	Data Final	Prazo	Nº Decisão
56865350197	DOMILSON DE OLIVEIRA SOUZA	MT	02/05/2019	02/05/2027	8 ANO(S)	40/2019
51771802120	ISABELA CRISTINA PENEDO DE FREITAS GUIMARAES	MT	01/11/2018	01/11/2026	8 ANO(S)	482/2018

TOTAL DE REGISTROS: 2

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	UF	Data Inicial	Data Final	Prazo	Nº Decisão

TOTAL DE REGISTROS: 0



Certidão Negativa

Certifico que nesta data (03/09/2026 às 15:39) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 53.220.791/0001-21.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6A99.BEF8.BF82.6792 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php




CAMPEONATO
MATO-GROSSENSE
AAMEP


5


ASAPH DA LUZ
PONTOS
VANTAGEM
PUNIÇÃO
9
0
0
9
01:07
HERON PIETRO
PONTOS
VANTAGEM
PUNIÇÃO
0
0
0

De: Gerência de Contratações Públicas
Enviado por: Nadia Talal Nejem (nadia.nejem)
Para: Gerência de Contratações Públicas (Organograma)
Data: 21 de setembro de 2026 às 16:47

O título do processo foi alterado por Nadia Talal Nejem (nadia.nejem) de 'Processo para contratação de empresa especializada para prestação de serviços Tecnicos e execução de evento esportivo Jiu-Jtsu' para 'IL.32.2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CAMPEONATO DE JIU-JITSU.'

De: Gerência de Contratações Públicas
Enviado por: Nadia Talal Nejem (nadia.nejem)
Para: Gerência de Contratações Públicas (Organograma)
Data: 22 de setembro de 2026 às 15:11

Segue documentos para dar continuidade ao processo de Inexigibilidade de Licitação nº 32/2026

- Autuação
- Parecer Contábil
- Autorização para abertura do processo
- Portaria nº 95/2026

Anexo(s)
01 Autuação.pdf
2 Parecer Contabil.pdf
3 Autorização para abertura de processo.pdf
4 Portaria nº 95.2026 - Agentes de contratação.pdf

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2026

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

IDENTIFICAÇÃO: IL nº 032/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021; Art. 1º, § 2º, I, e art. 2º a 5º do Decreto Municipal nº 25/2024.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

OBJETO: Inexigibilidade de Licitação para Contratação de empresa para organização e execução de campeonato de Jiu-Jitsu nos dias 21 e 22 de novembro 2026.

VALOR GLOBAL: R$ 99.800,00

DATA DA AUTUAÇÃO: 22/09/2026

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

CNPJ:01.614.516/0001-99
AVENIDA VALDIR MASUTTI 779-W
C.E.P.: 78319-000 - Campos de Júlio - MT

PARECER CONTÁBIL

Em atenção a solicitação do setor de compras e licitações para verificar a existência de recursos orçamentários, para assegurar o pagamento das obrigações decorrente do objeto especifico abaixo, certifico que:

[x] - HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotação (ões) especificada (s) abaixo;

[ ] - NÃO HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações;

[ ] – Despesas Extra Orçamentárias.

[ ] – Sistema de Registro de Preços com indicação de dotação no momento da aquisição.

DADOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO:

Nº.Processo Adm./Ano: 000104/26
Data do Processo Adm.: 21/09/2026
Modalidade: INEXIGIBILIDADE 0032/2026

Objeto do Processo Adm.: Inexigibilidade de Licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de evento esportivo de Jiu-Jitsu.

Recursos orçamentários

Ficha	Exer. Fic.	Unid. Exec.	Funcional	Categoria	Fonte Recurso	Valor	Saldo	Saldo Com Reserva
1141	2026	020901	04.122.0002.1181.0000	3.3.90.39.33.00	1.1.500	99.800,00	99.800,00	0,00

Total Previsto : 99.800,00

Campos de Júlio, 21 de setembro de 2026

Assinatura do Responsável

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: DELONEI VALMORBIDA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/93799704B49943AB9A7E18DD308D6D37

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
93799704B49943AB9A7E18DD308D6D37

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: DELONEI VALMORBIDA em 23/09/2026 07:50:00
CPF:***.***-.821-49
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/93799704B49943AB9A7E18DD308D6D37

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 032/2026

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Autorizo a abertura de processo para contratação direta, por meio de inexigibilidade de licitação, empresa para organização e execução de campeonato de Jiu-Jitsu nos dias 21 e 22 de novembro 2026, no valor de R$ 99.800,00, em atendimento à demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

Campos de Júlio - MT, 22/09/2026

_____

Irineu Marcos Parmeggiani

Prefeito

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/95387C87757E476BA23E874798752D23

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
95387C87757E476BA23E874798752D23

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI em 22/09/2026 15:49:47
  CPF:***.***-.780-34
  Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT
- Assinante: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI em 23/09/2026 07:10:06
  CPF:***.***-.780-34
  Certificadora: ICP-BRASIL - AC SOLUTI MULTIPLA V5

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/95387C87757E476BA23E874798752D23

PORTARIA Nº 95, DE 23 DE ABRIL DE 2026.

DESIGNA SERVIDORES PARA ATUAREM COMO AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PARA COMPOR A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E A EQUIPE DE APOIO E PARA ATUAREM COMO AGENTES PÚBLICOS NOS PROCEDIMENTOS REGIDOS PELA LEI Nº 14.133/2021, E REVOGA PORTARIA Nº. 26, DE 24 DE JANEIRO DE 2024.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 148, inciso II, alínea "f" e "h", da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no arts. 7º e 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores efetivos para atuarem como agentes de contratação nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I - Eric Rodrigo Pettenan;

II - Marcelo José Batista dos Santos Lino;

III - Nadia Talal Nejem;

§ 1º Nas licitações na modalidade pregão, os agentes de contratação indicados nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão designados pregoeiros, nos termos do art. 8º, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º Compete aos agentes de contratação tomar decisões, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, bem como e especialmente o desempenho das atribuições previstas no art. 14 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024, sem prejuízo das demais normas aplicáveis.

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: 4 Portaria nº 95.2026 - Agentes de contratação.pdf (1/5) 79/179

§ 3º Compete aos agentes de contratação indicados no **caput** a condução dos processos de contratação direta realizados pelo ritos comum e eletrônico, previstos no art. 1º, § 2º, incisos I e II do Decreto Municipal nº 25, de 19 de janeiro de 2024.

§ 4º Os servidores indicados no **caput** poderão atuar como membros da equipe de apoio, desde que não estejam exercendo outras funções no respectivo processo licitatório.

§ 5º Compete ao Secretário Municipal de Administração a distribuição dos processos de licitação e de contratação direta a cada um dos agentes indicados no **caput** deste artigo, bem como designar seus substitutos nas hipóteses de afastamento, impedimento legal ou regulamentar.

Art. 2º Designar os servidores efetivos abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão de contratação, em caráter permanente:

I - Eric Rodrigo Pettenan;

II - Nadia Talal Nejem;

III - Marcelo José Batista dos Santos Lino;

IV - Wilma da Guia Ferreira; e

V - Darci Rodrigo Teixeira.

§ 1º Compete à comissão de contratação o desempenho das atribuições previstas no art. 18 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024, sem prejuízo das demais normas aplicáveis.

§ 2º Em suas ausências ou impedimentos, o presidente da comissão de contratação será substituído por um dos demais membros, na ordem indicada no art. 2º desta Portaria.

§ 3º A comissão de contratação não poderá se reunir com número de membros inferior a 3 (três), nos termos do art. 8º, §2º, da Lei nº 14.133/2021, sempre em número ímpar, cabendo ao servidor que atuar como presidente da comissão, se for o caso, solicitar a designação de servidor para substituir membros afastados ou impedidos.

§ 4º A designação de comissão de contratação em caráter permanente não impede eventual designação de comissão de contratação em caráter especial, quando as circunstâncias de contratação específica assim exigir.

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: 4 Portaria nº 95.2026 - Agentes de contratação.pdf (2/5) 80/179

§ 5º Os servidores arrolados no **caput** poderão, quando for o caso, atuar como membros da equipe de apoio aos agentes de contratação, desde que não estejam exercendo outras funções no respectivo processo licitatório.

Art. 3º Designar os servidores abaixo relacionados para, na qualidade de agentes públicos, conduzirem os processos de contratação direta realizados pelo rito simplificado, previsto no art. 1º, § 2º, inciso III, do Decreto Municipal nº 25, de 19 de janeiro de 2024:

I - Jéssica Amann Froehlich;

II - Thais Silva Maciel;

III - Cácia Aparecida de Vargas Schreiner;

IV - Lharen Brandalize Pazinatto;

V - Marcia Soares de Freitas; e

VI - Francieli Beatriz Ceccon.

Art. 4º Os agentes de contratação, a comissão de contratação, a equipe de apoio e os agentes públicos poderão solicitar auxílio técnico complementar para análises relativas às qualificações técnica, econômico-financeira e jurídica, inclusive de servidores não listados nesta Portaria, e contarão com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do Poder Executivo do Município de Campos de Júlio - MT, nos termos do disposto no art. 15 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024.

Art. 5º. Revoga dispositivo da Portaria nº 26, de 24 de janeiro de 2024.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Prefeito de Campos de Júlio/MT

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: 4 Portaria nº 95.2026 - Agentes de contratação.pdf (3/5) 81/179

Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, MT.

INEGIXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2023

CREDENCIAMENTO Nº 08/2023

12º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, com sede na Av. Valdir Masutti, 779W, Loteamento Bom Jardim, Campos de Júlio – MT, CEP 78.319-000, torna público a relação de Credenciados no Processo de Credenciamento nº 08/2023, Chamamento Público para Credenciamento de **pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços profissionais de psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia e assistência social, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades** nas condições estabelecidas no Edital, sendo credenciados:

RELAÇÃO ATUALIZADA DE CREDENCIADOS

Assistente Social	
Credenciados.	**CNPJ/MF/ CPF**
RICARDO WASTOWSKI PIRES	**CPF/MF 026.XXX.XXX-09**
MARIA LIRES SCARMUCIN	**CPF/MF 340.XXX.XXX-91**
VALDINEI DE SOUZA OLIVEIRA	**CPF/MF 529.XXX.XXX-34**

PSICOLOGA	
Credenciados.	**CNPJ/MF/ CPF**
STEFANY DE ALENCAR COUTINHO DA SILVA	**CPF 063.XXX.XXX-05**

FISIOTERAPEUTA	
Credenciados.	**CNPJ/MF/ CPF**
STUDIO RENAN LEONIR FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	**CNPJ Nº 38.906.267.0001-15**
AMANDA RAISSA ALVES CARDOSO	**CNPJ Nº 50.160.198/0001-49**
PABLO LUAN DA SILVA LIMA	**CPF Nº 010.XXX.XXX-37**
PABLO LUAN DA SILVA LIMA	**CNPJ Nº 58.496.504/0001- 24**
LYV SAUDE E EDUCAÇÃO	**CNPJ Nº 52.908.682/0001-39**

FONOAUDIOLOGO	
Credenciados.	**CNPJ/MF/**
S C SOARES CARMIN	**CNPJ Nº 54.224.934/0001-36**
PAMELA MOTA ATENDIMENTO FONOAUDIOLOGICOS LTDA	**CNPJ Nº 53.943.805/0001-35**
INB FONOAUDIOLOGIA LTDA	**CNPJ Nº 45.406.789/0001-13**

Campos de Júlio, 23 de abril de 2026

Nadia T. Nejem

Agente de Contratação

Portaria nº 26/2024

PORTARIA Nº 95, DE 23 DE ABRIL DE 2026.

DESIGNA SERVIDORES PARA ATUAREM COMO AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PARA COMPOR A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E A EQUIPE DE APOIO E PARA ATUAREM COMO AGENTES PÚBLICOS NOS PROCEDIMENTOS REGIDOS PELA LEI Nº 14.133/2021, E REVOGA PORTARIA Nº. 26, DE 24 DE JANEIRO DE 2024.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 148, inciso II, alínea “f” e “h”, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no arts. 7º e 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores efetivos para atuarem como agentes de contratação nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I - Eric Rodrigo Pettenan;

II - Marcelo José Batista dos Santos Lino;

III - Nadia Talal Nejem;

§ 1º Nas licitações na modalidade pregão, os agentes de contratação indicados nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão designados pregoeiros, nos termos do art. 8º, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º Compete aos agentes de contratação tomar decisões, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, bem como e especialmente o desempenho das atribuições previstas no art. 14 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024, sem prejuízo das demais normas aplicáveis.

§ 3º Compete aos agentes de contratação indicados no **caput** a condução dos processos de contratação direta realizados pelo ritos comum e eletrônico, previstos no art. 1º, § 2º, incisos I e II do Decreto Municipal nº 25, de 19 de janeiro de 2024.

§ 4º Os servidores indicados no **caput** poderão atuar como membros da equipe de apoio, desde que não estejam exercendo outras funções no respectivo processo licitatório.

§ 5º Compete ao Secretário Municipal de Administração a distribuição dos processos de licitação e de contratação direta a cada um dos agentes indicados no **caput** deste artigo, bem como designar seus substitutos nas hipóteses de afastamento, impedi-

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: 4 Portaria nº 95.2026 - Agentes de contratação.pdf (4/5) 82/179

mento legal ou regulamentar.

Art. 2º Designar os servidores efetivos abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão de contratação, em caráter permanente:

I - Eric Rodrigo Pettenan;

II - Nadia Talal Nejem;

III - Marcelo José Batista dos Santos Lino;

IV - Wilma da Guia Ferreira; e

V - Darci Rodrigo Teixeira.

§ 1º Compete à comissão de contratação o desempenho das atribuições previstas no art. 18 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024, sem prejuízo das demais normas aplicáveis.

§ 2º Em suas ausências ou impedimentos, o presidente da comissão de contratação será substituído por um dos demais membros, na ordem indicada no art. 2º desta Portaria.

§ 3º A comissão de contratação não poderá se reunir com número de membros inferior a 3 (três), nos termos do art. 8º, §2º, da Lei nº 14.133/2021, sempre em número ímpar, cabendo ao servidor que atuar como presidente da comissão, se for o caso, solicitar a designação de servidor para substituir membros afastados ou impedidos.

§ 4º A designação de comissão de contratação em caráter permanente não impede eventual designação de comissão de contratação em caráter especial, quando as circunstâncias de contratação específica assim exigir.

§ 5º Os servidores arrolados no **caput** poderão, quando for o caso, atuar como membros da equipe de apoio aos agentes de contratação, desde que não estejam exercendo outras funções no respectivo processo licitatório.

Art. 3º Designar os servidores abaixo relacionados para, na qualidade de agentes públicos, conduzirem os processos de contratação direta realizados pelo rito simplificado, previsto no art. 1º, § 2º, inciso III, do Decreto Municipal nº 25, de 19 de janeiro de 2024:

I - Jéssica Amann Froehlich;

II - Thais Silva Maciel;

III - Cácia Aparecida de Vargas Schreiner;

IV - Lharen Brandalize Pazinatto;

V - Marcia Soares de Freitas; e

VI - **Francieli Beatriz Ceccon**.

Art. 4º Os agentes de contratação, a comissão de contratação, a equipe de apoio e os agentes públicos poderão solicitar auxílio técnico complementar para análises relativas às qualificações técnica, econômico-financeira e jurídica, inclusive de servidores não listados nesta Portaria, e contarão com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do Poder Executivo do Município de Campos de Júlio - MT, nos termos do disposto no art. 15 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024.

Art. 5º. Revoga dispositivo da Portaria nº 26, de 24 de janeiro de 2024.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 32 - PSS/001/2025, DE 23 DE ABRIL DE 2026.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo Simplificado regido pelo edital nº01/2025 e em conformidade com a Lei n.º 1.945, de 05 de março de 2024, Lei n.º 2.254, de 13 de maio de 2025.

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado regido pelo edital nº 01/2025 por meio do Decreto Municipal nº 195, de 13 de agosto de 2025;

CONSIDERANDO *a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no* Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, destinado à contratação para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, para suprimento das vagas aos cargos da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO o Memorando nº. 25/2026/SMSCJ/GS subscrito pela Ilustríssima Secretária Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2025, regido pelo edital nº 01/2025, abaixo nominado (s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme Edital do certame para a efetiva contratação temporária ao(s) seguinte(s) cargo(s):

ENFERMEIRO

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Jenifer Souza de Almeida	10º

Art. 2º. Para serem contratados o (s) candidato(s) deverá (ão) apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório prevista no item 2.1 do edital nº. 001/2025, a seguir elencados:

Habilitação se exigir o cargo.

I. Ter Nacionalidade brasileira ou estrangeira na forma da lei;

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: 4 Portaria nº 95.2026 - Agentes de contratação.pdf (5/5) 83/179

De: Nadia Talal Nejem
Para: Nadia Talal Nejem (Interno)
Data: 23 de setembro de 2026 às 07:42

Autorização de abertura assinada pelo prefeito

Anexo(s)

3.1Assinada pelo Prefeito- 3 Autorização para abertura de processo.pdf

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 032/2026

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Autorizo a abertura de processo para contratação direta, por meio de inexigibilidade de licitação, empresa para organização e execução de campeonato de Jiu-Jitsu nos dias 21 e 22 de novembro 2026, no valor de R$ 99.800,00, em atendimento à demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

Campos de Júlio - MT, 22/09/2026

_____

Irineu Marcos Parmeggiani

Prefeito

CAMPOS DE JÚLIO

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/95387C87757E476BA23E874798752D23

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: 3.1Assinada pelo Prefeito- 3 Autorização para abertura de processo.pdf (1

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
95387C87757E476BA23E874798752D23

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI em 22/09/2026 15:49:47
  CPF:***.***-.780-34
  Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT
- Assinante: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI em 23/09/2026 07:10:06
  CPF:***.***-.780-34
  Certificadora: ICP-BRASIL - AC SOLUTI MULTIPLA V5

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/95387C87757E476BA23E874798752D23

De: Gerência de Contratações Públicas
Enviado por: Nadia Talal Nejem (nadia.nejem)
Para: Ass. Central de Aquisições (Organograma), Procuradoria Geral (Organograma)
Data: 28 de setembro de 2026 às 14:01

Segue:
Relatório.
Minuto do contrato para análise e emissão de parecer jurídico.

Anexo(s)
5 Relatório AC.pdf
6 Minuta do contrato e Parecer juridico.pdf

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 032/2026

RELATÓRIO

O presente processo trata de contratação direta, por meio de inexigibilidade de licitação, processada pelo rito comum, objetivando à contratação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de evento esportivo de Jiu-jitsu.

O processo foi instruído de acordo com o art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e art. 2º do Decreto Municipal nº 25/2024, tendo sido juntados: 1) documento de formalização da demanda; 2) estimativa de despesa; 3) termo de referência, com justificativa da escolha do contratado; 4) parecer contábil; 5) proposta do prestador; 6) documentos constitutivos do proponente/prestador, acompanhados de qualificação técnica e das certidões de regularidades fiscal e trabalhista, e; 7) minuta contratual.

Proponente: ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTÃO LTDA, CNPJ nº 53.220.791/0001-21.

Valor global: R$ 99.800,00.

Prazo de vigência/execução: 4 meses.

Fundamento legal: art. 74, inciso III, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021; art. 1º, § 2º, I, e art. 2º a 5º do Decreto Municipal nº 25/2024.

Face ao exposto, submetemos o presente processo à análise jurídica e à ratificação pelo prefeito municipal.

Campos de Júlio - MT, 28/09/2026.

Nadia Talal Nejem

Agente de Contratação.

Portaria nº 26/2024

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: NADIA TALAL NEJEM
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/AB29A439508A48758BB2855C2D885D97

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
AB29A439508A48758BB2855C2D885D97

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: NADIA TALAL NEJEM em 28/09/2026 14:02:21
CPF:***.***-.261-15
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/AB29A439508A48758BB2855C2D885D97

MINUTA DO CONTRATO Nº xx/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.516/0001-99, com sede administrativa à Av. Valdir Masutti, nº 779W, Loteamento Bom Jardim, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **Irineu Marcos Parmeggiani**;

CONTRATADO: ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 53.220.791/0001-21, com sede à R dos Girassóis, nº 1310SW, Qd 163, Lote 09, Bairro Cidezal II, CEP 78.366-092 Sapezal - MT, telefone (65) 9 9324-5092, e-mail alvosocial.ega@gmail.com.br, neste ato representada por **EBERSON GODOFREDO AMARO DA SILVA**, brasileiro inscrito no CPF sob o nº 006.xxx.xx1-80.

As partes acima identificadas firmam o presente contrato, atendendo as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL E VINCULAÇÃO

1.1 O presente contrato tem por fundamento legal a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como e especialmente o Processo Licitatório nº 104/2026 e Inexigibilidade de Licitação nº 32/2026, aos quais se vincula.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 É objeto do presente contrato a prestação, pela Contratada, de serviços técnicos profissionais de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de evento esportivo de Jiu-Jitsu, contempla uma solução integrada para a organização completa de campeonatos, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do Município de Campos de Júlio – MT.

2.2 As especificidades dos serviços estão previstas no Termo de Referência e na proposta apresentada pela contratada, partes integrantes e indissociáveis deste contrato.

2.3 Das especificações do serviço e quantitativo.

2.3.1 Na tabela a seguir consta a especificação do Serviço:

ITEM	UN	CÓDIGO SCPI CÓDIGO TCE/MT	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
1.	Serv.	048.006.001 316020-3	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação,	**R$ 99.800,00**

			gerenciamento e execução de competição esportiva de Jiu-Jitsu, compreendendo solução integrada para realização do campeonato, incluindo gestão operacional da competição, sistema de inscrições e chaves, coordenação técnica, arbitragem, estrutura das áreas de luta, premiação e demais serviços indispensáveis à realização do evento.	

2.4 A contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, materiais, profissionais e demais recursos necessários à execução integral do objeto, observadas as especificações constantes deste Termo de Referência.

2.5 A solução deverá compreender, no mínimo:

a) planejamento e coordenação geral do campeonato;

b) organização e gerenciamento técnico das competições;

c) disponibilização de 03 (três) áreas de luta completas;

d) fornecimento e instalação dos tatames e demais equipamentos específicos necessários às áreas de luta;

e) equipe técnica e operacional necessária à realização do evento;

f) equipe de arbitragem qualificada e compatível com a quantidade e características das disputas;

g) sistema de inscrições e gerenciamento das competições;

h) organização das categorias, divisões, pesos, faixas e demais critérios aplicáveis à modalidade;

i) elaboração e gerenciamento das chaves de competição;

j) controle, apuração e divulgação dos resultados;

k) organização e coordenação das atividades durante os dois dias do campeonato;

l) montagem, instalação e desmontagem de toda a estrutura disponibilizada pela contratada;

m) fornecimento integral da premiação prevista para o campeonato;

n) medalhas, troféus, cinturões e demais itens de premiação previstos na proposta da contratada;

o) apoio técnico e operacional durante a realização das competições;

p) demais serviços, materiais, equipamentos e recursos necessários à plena execução do objeto.

2.6 DA PROPOSTA

2.6.1. A proposta, que compreende a descrição do serviço ofertado, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com este Termo de Referência e seus anexos, bem como atender às seguintes

exigências:

a) conter as especificações do serviço de forma clara, descrevendo detalhadamente as características e condições de execução;

b) apresentar o valor global para execução integral do objeto;

c) no preço ofertado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos relacionados à execução do serviço, incluindo transporte, deslocamento, hospedagem, alimentação, montagem, desmontagem, equipamentos, materiais, profissionais, arbitragem, premiação, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto;

d) não será admitida cobrança adicional ao Município referente a despesas necessárias à execução integral do objeto.

2.6.2. O valor global da proposta deverá corresponder à execução completa do campeonato, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais para os serviços, materiais, equipamentos ou estrutura necessários ao cumprimento das especificações deste Termo de Referência.

2.7 O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 O preço contratado é de **R$ 99.800,00 (noventa e nove mil e oitocentos reais)**, conforme proposta apresentada pela contratada.

3.1.1 O valor será pago em parcela única no valor de **R$ 99.800,00 (noventa e nove mil e oitocentos reais)**, na forma da Cláusula Quarta.

3.2 No preço contratado estão inclusos toda estrutura, equipamentos, equipe técnica e de arbitragem, sistema de inscrições e gerenciamento das competições, organização das categorias, premiação, montagem e desmontagem e demais serviços necessários à adequada realização do evento, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do Município de Campos de Júlio – MT, sem quaisquer ônus ou solidariedade por parte da Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES RECEBIMENTO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

4.1 O pagamento pelos serviços será realizado em parcela única, após a conclusão do evento e o cumprimento integral das obrigações previstas neste Termo de Referência, até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao serviço prestado, mediante apresentação de nota fiscal, relatório dos serviços prestados e a liquidação da despesa.

4.2 O pagamento será creditado exclusivamente por meio de ordem bancária em conta corrente de titularidade do contratado.

4.3 Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

4.4 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a data da emissão;

b) os dados do contrato/ordem de serviço e do contratante;

c) o período respectivo de execução do contrato;

d) o valor a pagar;

e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

f) a descrição do objeto;

g) os dados bancários, com: nome do banco, agência e número da conta na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

4.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

4.6 A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada.

4.6.1 A Contratada deverá enviar para o e-mail certidoes@camposdejulio.mt.gov.br as seguintes certidões:

I. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

II. Certidão de Regularidade de Tributos Municipais;

III. Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais;

IV. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e

V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

4.7 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

4.8 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

4.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação irregular.

4.10 O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.11 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e/ou quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil e ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.13 Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

4.14 O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento de contratação.

4.15 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, observado o cronograma de pagamento estabelecido pela contratante, em conformidade com art. 141 da Lei 14.133/2021.

4.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela contratante, entre o término do prazo referido no item 4.15 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i/365 I = 6/100/365 I = 0,00016438

onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

4.17 Na emissão das notas fiscais para pagamento, as empresas deverão observar:

I. O disposto pela legislação regulamentar e eventuais orientações técnicas do setor de contabilidade.

II. As regras de retenção do Imposto de Renda, dispostas na Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e legislação municipal.

4.18 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.19 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.20 Caso o contratado seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

5.1 Os prazos de vigência e de execução do presente contrato são de 4 (quatro) meses, contados de sua assinatura.

5.2 Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA de acordo com o planejamento e cronograma estabelecidos em conjunto com a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, observando-se a data prevista para realização do campeonato, nos dias 21 e 22 de novembro de 2026.

5.3 A CONTRATADA deverá realizar previamente todo o planejamento necessário à adequada execução do evento, mantendo comunicação com a CONTRATANTE para alinhamento das informações, programação e demais providências necessárias.

5.4 A execução do objeto compreenderá, entre outras, as seguintes etapas:

I – Planejamento e organização: definição da programação, categorias, organização das inscrições, estrutura das competições e demais providências preparatórias;

II – Gerenciamento das inscrições e competições: recebimento e gerenciamento das inscrições, organização das categorias, elaboração das chaves e demais procedimentos necessários ao desenvolvimento das disputas;

III – Montagem e preparação: transporte, montagem, instalação e organização das três áreas de luta e demais equipamentos e materiais necessários;

IV – Execução do campeonato: coordenação das atividades, arbitragem, gerenciamento das áreas de luta, acompanhamento das disputas, apuração e divulgação dos resultados;

V – Premiação: organização e entrega da premiação prevista, integralmente às expensas da CONTRATADA;

VI – Desmontagem: retirada dos equipamentos, materiais e estruturas utilizados após o encerramento do evento.

5.5 A CONTRATADA deverá disponibilizar, durante todo o período de realização do campeonato, equipe técnica e operacional suficiente para garantir o adequado desenvolvimento das atividades.

5.6 A montagem da estrutura deverá ser concluída em prazo suficiente para que todas as áreas de luta e equipamentos estejam devidamente instalados e em condições de utilização antes do início das competições.

5.7 A CONTRATADA deverá observar as regras e procedimentos aplicáveis à modalidade de Jiu-Jitsu, bem como as orientações da CONTRATANTE relacionadas à programação e organização do evento.

5.8 A CONTRATADA deverá garantir a manutenção da estrutura e dos equipamentos durante todo o período de realização do campeonato, providenciando imediatamente a substituição ou correção de qualquer equipamento ou estrutura que apresente falha e comprometa a execução do evento.

5.9 A CONTRATADA será integralmente responsável pela premiação do campeonato, a qual deverá estar incluída no valor global contratado, não gerando qualquer custo adicional para o Município.

5.10 Os prazos de vigência e de execução do presente contrato poderão ser prorrogados, observadas, para tanto, as normas pertinentes da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1 A fiscalização da execução do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por Fiscal de Contrato, representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, especialmente designado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo com informações pertinentes a essa atribuição.
6.2 Compete ao fiscal acompanhar a execução do objeto, verificar o cumprimento das especificações estabelecidas neste Termo de Referência e registrar as ocorrências relacionadas à execução contratual.
6.3 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto e pelos danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DIREÇÃO TÉCNICA E PESSOAL DA CONTRATADA

7.1 A direção técnica dos serviços objeto deste contrato cabe à contratada, a qual responderá, na forma da lei, por qualquer imperfeição porventura constada na sua execução, de acordo como estabelecido na legislação vigente.

7.2 A omissão, ainda que eventual, da direção técnica e administrativa no desempenho de suas atribuições, não eximirá a contratada da responsabilidade pela perfeita execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

8.2 Informar à CONTRATADA sobre as orientações e procedimentos necessários à realização do evento, bem como comunicar eventuais alterações que possam impactar a execução dos serviços.

8.3 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à execução do objeto contratado, sempre que solicitados pela CONTRATADA.

8.4 Comunicar por escrito à CONTRATADAS quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando as correções necessárias quando os serviços prestados não estiverem de acordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

8.5 Efetuar o pagamento nas condições, valores e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, desde que os serviços tenham sido executados satisfatoriamente e a respectiva Nota Fiscal/Fatura esteja devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

8.6 Acompanhar o cronograma de execução dos serviços, exigindo da CONTRATADA a adoção das providências necessárias para a regularização de eventuais atrasos ou inconsistências, sob pena da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, neste Termo de Referência e demais disposições legais aplicáveis.

8.7 Comunicar, por escrito, à CONTRATADA o não aceite dos serviços executados, indicando as razões e as não conformidades verificadas em relação às condições contratuais estabelecidas.

8.8 Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir adequadamente as obrigações assumidas, disponibilizando, quando necessário, espaço físico, equipamentos e apoio institucional para a realização das atividades previstas.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Indicar um preposto responsável pelo atendimento às demandas da CONTRATANTE.

9.2. Executar os serviços conforme as especificações constantes deste Termo de Referência, observando integralmente as condições, prazos e demais requisitos estabelecidos.

9.3. Disponibilizar todos os profissionais, equipamentos, materiais e recursos necessários à execução integral do objeto.

9.4. Responsabilizar-se pela qualidade técnica dos serviços prestados, garantindo que as atividades sejam executadas por profissionais devidamente qualificados e com experiência compatível com o objeto contratado.

9.5. Disponibilizar equipe de arbitragem e demais profissionais necessários ao adequado desenvolvimento das competições.

9.6. Providenciar a montagem, instalação, manutenção e desmontagem de toda a estrutura necessária à realização do evento.

9.7. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT durante a execução dos serviços.

9.8. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços, observadas as disposições legais aplicáveis.

9.9. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a documentação de habilitação e qualificação cujas validades se encontrem vencidas.

9.10. Ressarcir eventuais prejuízos causados à Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT e/ou a terceiros, decorrentes de ineficiência, negligência ou irregularidades praticadas durante a execução contratual.

9.11. Arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo despesas com deslocamento, hospedagem, alimentação, transporte, montagem, desmontagem, equipamentos, materiais, premiação, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos envolvidos, não sendo admitida qualquer cobrança adicional à CONTRATANTE.

9.12. Comunicar à Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa comprometer o cumprimento do cronograma ou a adequada execução dos serviços, apresentando as devidas justificativas, ressalvadas situações emergenciais.

9.13. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação relacionada ao objeto deste Termo de Referência sem prévia autorização da Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT.

9.14. Prestar esclarecimentos à Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT sobre quaisquer fatos ou ocorrências relacionadas à execução dos serviços, sempre que solicitado.

9.15. Emitir Nota Fiscal discriminada, legível e sem rasuras, de acordo com os serviços efetivamente executados.

9.16. Manter durante toda a execução contratual a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, apresentando, quando solicitado, as certidões de regularidade pertinentes.

9.17. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pela Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT.

9.18. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio da Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT durante a execução das atividades contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A sanção prevista na letra “a” do item 10.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 10.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.5 A sanção prevista na letra “b” do item 10.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 deste Termo de Referência, nos seguintes termos:

a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

10.6 A sanção prevista na “d” do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 10.1 deste Termo de Referência, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1 deste Termo de Referência que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 10.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.7 A sanção estabelecida na letra “d” do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste Termo de Referência será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

10.8 As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 10.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 10.2 (multa) deste Termo de Referência.

10.9 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.10 A aplicação das sanções previstas no item 10.2 deste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.11 Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 10.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.12 A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 10.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.13 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.14 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.15 As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.

10.16 As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 A rescisão do presente Contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11.2 Serão observadas, ainda, as previsões dos arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DEMAIS RESPONSABILIDADES

12.1 Para execução do objeto, a contratada, entre outras condições estabelecidas no presente contrato:

a) deverá analisar todos os documentos referentes ao objeto contratado, identificando as principais funções envolvidas na gestão de projetos e suas relações de autoridade (matriz de responsabilidades);

b) deverá definir um responsável da equipe técnica para os serviços como coordenador, tendo este a responsabilidade e a autoridade para cumprir e fazer cumprir as ações definidas como premissas pela Contratante;

c) deverá definir as competências necessárias para manter a gestão e a boa execução dos serviços contratados, considerando cada função atribuída ao profissional habilitado;

d) deverá ser conhecedora das normas e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços, não sendo aceitas, portanto, nenhuma alegação que esta ou aquela norma/legislação não está contemplada neste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1 O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

14.1 Os serviços objeto deste contrato serão recebidos conforme previsto na Cláusula Quarta e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REAJUSTE E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

15.1 Os procedimentos para realização dos reajustes deverão obedecer aos critérios da Lei nº 14.133/2021.

15.2 Eventuais alterações no contrato serão realizadas observando-se os arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 Todas as despesas decorrentes deste contrato serão alocadas na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Unidade: 1 - Departamento de Cultura

Centro de Custo: 532 – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Ficha: 1141/2026; Compl. do Elemento: 3.3.90.39.33.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 Cada uma das Partes declara e garante que conhece, respeita e continuará respeitando a legislação referente à proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e ao Decreto Municipal nº 262/2022, que regulamenta a aplicação da LGPD no âmbito da Administração Municipal de Campos de Júlio - MT.

17.2 Para os fins desse contrato, as terminologias utilizadas encontram definição na LGPD, para além disso considerar-se-ão:

(I) Controlador: Município de Campos de Júlio - MT, a quem competem às decisões referentes ao tratamento de dados pessoais (“Controladora”);

(II) Operador: Contratada, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome da Controladora ("Operador");

17.3 O Operador deverá tratar os dados pessoais conforme instruções do Controlador e não receberá nenhuma instrução diretamente do titular de dados, exceto nos casos em que autorizado pelo Controlador e/ou pela legislação aplicável.

17.4 Com relação à proteção de dados pessoais, o Operador obriga-se:

a) A tratar os dados pessoais apenas na medida necessária para prestar serviços, nos limites do presente contrato;

b) A não utilizar os dados pessoais para qualquer outra finalidade que não seja a necessária para prestação dos serviços, nos limites deste instrumento;

c) A garantir que os empregados, assessores e/ou representantes que tenham sido autorizados a tratar os dados pessoais sujeitem-se a uma obrigação de confidencialidade, e recebam formação adequada sobre privacidade e proteção de dados pessoais;

d) A não compartilhar ou transferir os dados pessoais que tiver acesso em razão desse contrato, durante e/ou posteriormente ao prazo do término desse, a terceiros, salvo se necessário ao cumprimento próprio, mediante consulta ao Controlador;

e) A informar ao Controlador se, em sua opinião e dadas às informações à sua disposição, uma instrução infringir as disposições de proteção de dados da legislação aplicável;

f) Exceto se de outra forma determinado pela legislação aplicável ou por decisão cautelar da autoridade competente, informar imediatamente ao Controlador em caso de recebimento de solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD") ou outro órgão competente relacionado aos dados pessoais, e a limitar a comunicação de tais dados pessoais ao que a autoridade tenha expressamente requisitado;

g) Mediante solicitação por escrito do Controlador, fornecer assistência razoável na realização de avaliações de impacto sobre a proteção de dados e consultas prévias à ANPD ou outro órgão competente;

h) A nomear um encarregado pelo tratamento de dados, nos termos da LGPD e da Resolução nº 2/2022-ANPD;

i) A indenizar e manter o Controlador ileso de qualquer perda ou dano decorrente de descumprimento da legislação de proteção de dados e/ou deste Aditivo; e

j) A eliminar os dados pessoais após o término do seu tratamento, observados as condições e os prazos previstos no contrato e em normas específicas que regem a gestão de documentos e arquivos, bem como as exceções previstas no artigo 16, incisos I a IV da LGPD.

17.5 Além disso, o Operador compromete-se a implementar as seguintes medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais tratados em razão desse contrato:

a) Medidas de segurança física destinadas a impedir o acesso de pessoas não autorizadas à infraestrutura onde estão armazenados os dados pessoais;

b) Sistema de autenticação que permita a verificação de identidade e de acesso, bem como uma política de senhas;

c) Sistema de gestão que limite o acesso às instalações às pessoas que delas necessitem, no exercício das suas funções e no âmbito das suas responsabilidades;

d) Pessoal de segurança responsável pelo controle da segurança física das suas instalações; e

e) Processos e medidas para rastrear ações executadas em seu sistema de informação.

17.6 O Operador compromete-se, ainda, a disponibilizar ao Controlador todos os documentos e/ou informações necessárias para demonstrar o cumprimento dos requisitos legais e dos requisitos contratuais acima, bem como a permitir que o Controlador realize, por si ou por terceiros, auditorias relacionadas às práticas de proteção de dados do Operador, sempre que entender, ao seu critério, necessário. O Operador se compromete, ainda, a tomar todas as medidas para garantir que quaisquer vulnerabilidades de sistema, processos, governança e outros apontados no relatório de auditoria sejam tratados adequadamente.

17.7 O Operador deverá notificar o titular de dados e o Controlador em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da ciência do evento, caso tenha conhecimento de incidente que afete ou possa afetar os dados pessoais, tais como, mas não limitado a acesso não autorizado, perda, divulgação ou alteração dos dados pessoais.

17.8 A notificação deverá: **(I)** descrever a natureza do incidente; **(II)** descrever as consequências prováveis do incidente; **(III)** descrever as medidas tomadas ou propostas pelo Operador em resposta ao incidente; e **(IV)** fornecer o contato do encarregado pelo tratamento dos dados pessoais do Operador.

17.9 O Operador deverá notificar o Controlador em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo a ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais objeto do contrato principal.

17.10 Para o tratamento de dados pessoais, conforme previsto no presente instrumento, o Controlador deverá fornecer à Operadora as instruções e informações relevantes, sendo responsável por garantir que:

a) A coleta de dados pessoais está limitada ao mínimo necessário para o cumprimento da finalidade pública respectiva, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, nos termos do artigo 23 da LGPD;

b) Há compatibilidade entre a finalidade pública para qual o dado pessoal foi coletado e a finalidade do compartilhamento entre as Partes;

c) O tratamento de dados pessoais na execução das operações viabilizadas pelo presente instrumento tenha uma base legal apropriada (por exemplo, consentimento, legítimo interesse, cumprimento de obrigação legal e regulatória e execução de políticas públicas etc.);

d) Serão implementados todos os procedimentos e formalidades exigidas, bem como são adotadas boas práticas de conduta;

e) Os titulares de dados são informados sobre o tratamento dos respetivos dados pessoais de forma concisa, transparente, inteligível e de fácil acesso, utilizando uma linguagem clara e simples, em atenção ao princípio da transparência e do livre acesso, nos termos do artigo 9º, da LGPD;

f) Os titulares de dados serão informados e terão a todo o tempo a possibilidade de exercer facilmente seus direitos, conforme previsto no artigo 18, da LGPD; e

g) Há adoção de medidas de segurança, técnicas e administrativas no domínio de segurança dos recursos, sistemas, aplicações e operações que não estejam sob a responsabilidade do Operador.

17.11 O Operador se compromete a fornecer ao Controlador toda informação necessária para demonstrar conformidade com o presente contrato.

17.12 O Controlador responsabilizar-se-á por informar os titulares de dados sobre os seus direitos, e por respeitar esses direitos, incluindo os direitos de acesso, exclusão, limitação, portabilidade ou eliminação de dados.

17.13 O Operador fornecerá cooperação e assistência, conforme seja exigido para responder aos pedidos dos titulares de dados. A cooperação e a assistência podem consistir em: **(I)** comunicar o Controlador sobre qualquer solicitação recebida diretamente do titular de dados; e **(II)** permitir que o Controlador projete e implemente as medidas técnicas e administrativas necessárias para responder às solicitações dos titulares de dados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1 Os casos omissos decorrentes deste contrato serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie, em especial pela Lei n° 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Fica eleito o foro da Comarca de Comodoro, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, para que produza seus efeitos.

Campos de Júlio - MT, xx de setembro de 2026.

_____

MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO - MT

Irineu Marcos Parmeggiani - Prefeito

CONTRATANTE

_____

ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTÃO LTDA

CNPJ nº 53.220.791/0001-21

EBERSON GODOFREDO AMARO DA SILVA

CONTRATADA

Revisado e aprovado pela Procuradoria Jurídica em _____

De: Procuradoria Geral

Deferido

Enviado por: Maria Gabriela Pereira Bonotto (maria.bonotto)

Para: Procuradoria Jurídica (Organograma), Viviene Barbosa Silva (Interno)

Data: 28 de setembro de 2026 às 15:43

Solicito Parecer

De: Thais Silva Maciel
Para: Thais Silva Maciel (Interno)
Data: 29 de setembro de 2026 às 10:55

Segue Termo de Referência com a inclusão do subitem 6.9.

Anexo(s)
TERMO DE REFERENCIA CONTRATAÇÃO JIU-JITSU ALTERADO.pdf

TERMO DE REFERÊNCIA

Solicitação: 524/2026
Cotação: 524/2026

1. DO OBJETO

1.1. Inexigibilidade de Licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de evento esportivo de Jiu-Jitsu, compreendendo solução integrada para realização de campeonato, incluindo estrutura, equipamentos, equipe técnica e de arbitragem, sistema de inscrições e gerenciamento das competições, organização das categorias, premiação, montagem e desmontagem e demais serviços necessários à adequada realização do evento, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do Município de Campos de Júlio – MT.

1.2. O evento será realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2026, no Município de Campos de Júlio – MT, com previsão de participação de aproximadamente 400 (quatrocentos) atletas.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de viabilizar a realização de campeonato de Jiu-Jitsu no Município de Campos de Júlio – MT, como parte das ações da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo voltadas ao incentivo, desenvolvimento e fortalecimento das atividades esportivas no Município.

2.2. A realização de uma competição de Jiu-Jitsu dessa dimensão exige estrutura específica, planejamento técnico, organização das categorias, gerenciamento das inscrições e chaves de competição, equipe de arbitragem qualificada, coordenação das áreas de luta, controle dos resultados, premiação e apoio operacional durante os dois dias de evento.

2.3. A Administração Municipal não dispõe, em sua estrutura própria, de todos os equipamentos específicos, sistema de gerenciamento de competições, equipe técnica e de arbitragem e demais recursos necessários para a realização integral do campeonato, sendo necessária a contratação de empresa especializada que disponha da estrutura, experiência e capacidade operacional compatíveis com o objeto.

2.4. A contratação em solução integrada mostra-se adequada diante da interdependência entre as diversas atividades necessárias à realização da competição, uma vez que a organização das inscrições, categorias, chaves, arbitragem, áreas de luta, resultados, premiação e demais atividades precisam ser coordenadas de forma conjunta e contínua.

2.5. O objeto possui características específicas que ultrapassam a simples contratação de serviços comuns de organização de eventos, demandando conhecimento técnico próprio da modalidade e experiência na realização de competições de Jiu-Jitsu.

2.6. A contratação tem por finalidade assegurar a realização do campeonato com estrutura adequada, segurança aos atletas e participantes, regularidade das disputas, organização técnica e operacional e

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: THAIS SILVA MACIEL e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A9C3F564F1634D70BFDEDA20EB5C3E4D

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: TERMO DE REFERENCIA CONTRATAÇÃO JIU-JITSU ALTERADO.pdf (

adequado desenvolvimento das competições.

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. Será adotada a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, especialmente o art. 74, inciso III, alínea "c", § 3º, que prevê a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, considerando-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, experiência, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO E QUANTITATIVO

4.1. Na tabela a seguir consta a especificação do Serviço:

ITEM	UN	CÓDIGO SCPI CÓDIGO TCE/MT	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
1.	Serv.	048.006.001 316020-3	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de competição esportiva de Jiu-Jitsu, compreendendo solução integrada para realização do campeonato, incluindo gestão operacional da competição, sistema de inscrições e chaves, coordenação técnica, arbitragem, estrutura das áreas de luta, premiação e demais serviços indispensáveis à realização do evento.	**R$ 99.800,00**

4.2. A contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, materiais, profissionais e demais recursos necessários à execução integral do objeto, observadas as especificações constantes deste Termo de Referência.

4.3. A solução deverá compreender, no mínimo:

a) planejamento e coordenação geral do campeonato;

b) organização e gerenciamento técnico das competições;

c) disponibilização de 03 (três) áreas de luta completas;

d) fornecimento e instalação dos tatames e demais equipamentos específicos necessários às áreas de luta;

e) equipe técnica e operacional necessária à realização do evento;

f) equipe de arbitragem qualificada e compatível com a quantidade e características das disputas;

g) sistema de inscrições e gerenciamento das competições;

h) organização das categorias, divisões, pesos, faixas e demais critérios aplicáveis à modalidade;

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: THAIS SILVA MACIEL e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A9C3F564F1634D70BFDEDA20EB5C3E4D

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: TERMO DE REFERENCIA CONTRATAÇÃO JIU-JITSU ALTERADO.pdf (

i) elaboração e gerenciamento das chaves de competição;

j) controle, apuração e divulgação dos resultados;

k) organização e coordenação das atividades durante os dois dias do campeonato;

l) montagem, instalação e desmontagem de toda a estrutura disponibilizada pela contratada;

m) fornecimento integral da premiação prevista para o campeonato;

n) medalhas, troféus, cinturões e demais itens de premiação previstos na proposta da contratada;

o) apoio técnico e operacional durante a realização das competições;

p) demais serviços, materiais, equipamentos e recursos necessários à plena execução do objeto.

5. DA PROPOSTA

5.1. A proposta, que compreende a descrição do serviço ofertado, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com este Termo de Referência e seus anexos, bem como atender às seguintes exigências:

a) conter as especificações do serviço de forma clara, descrevendo detalhadamente as características e condições de execução;

b) apresentar o valor global para execução integral do objeto;

c) no preço ofertado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos relacionados à execução do serviço, incluindo transporte, deslocamento, hospedagem, alimentação, montagem, desmontagem, equipamentos, materiais, profissionais, arbitragem, premiação, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto;

d) não será admitida cobrança adicional ao Município referente a despesas necessárias à execução integral do objeto.

5.2. O valor global da proposta deverá corresponder à execução completa do campeonato, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais para os serviços, materiais, equipamentos ou estrutura necessários ao cumprimento das especificações deste Termo de Referência.

6. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA de acordo com o planejamento e cronograma estabelecidos em conjunto com a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, observando-se a data prevista para realização do campeonato, nos dias 21 e 22 de novembro de 2026.

6.2. A CONTRATADA deverá realizar previamente todo o planejamento necessário à adequada execução do evento, mantendo comunicação com a CONTRATANTE para alinhamento das informações, programação e demais providências necessárias.

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: THAIS SILVA MACIEL e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A9C3F564F1634D70BFDEDA20EB5C3E4D

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: TERMO DE REFERENCIA CONTRATAÇÃO JIU-JITSU ALTERADO.pdf (

6.3. A execução do objeto compreenderá, entre outras, as seguintes etapas:

I – Planejamento e organização: definição da programação, categorias, organização das inscrições, estrutura das competições e demais providências preparatórias;

II – Gerenciamento das inscrições e competições: recebimento e gerenciamento das inscrições, organização das categorias, elaboração das chaves e demais procedimentos necessários ao desenvolvimento das disputas;

III – Montagem e preparação: transporte, montagem, instalação e organização das três áreas de luta e demais equipamentos e materiais necessários;

IV – Execução do campeonato: coordenação das atividades, arbitragem, gerenciamento das áreas de luta, acompanhamento das disputas, apuração e divulgação dos resultados;

V – Premiação: organização e entrega da premiação prevista, integralmente às expensas da CONTRATADA;

VI – Desmontagem: retirada dos equipamentos, materiais e estruturas utilizados após o encerramento do evento.

6.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar, durante todo o período de realização do campeonato, equipe técnica e operacional suficiente para garantir o adequado desenvolvimento das atividades.

6.5. A montagem da estrutura deverá ser concluída em prazo suficiente para que todas as áreas de luta e equipamentos estejam devidamente instalados e em condições de utilização antes do início das competições.

6.6. A CONTRATADA deverá observar as regras e procedimentos aplicáveis à modalidade de Jiu-Jitsu, bem como as orientações da CONTRATANTE relacionadas à programação e organização do evento.

6.7. A CONTRATADA deverá garantir a manutenção da estrutura e dos equipamentos durante todo o período de realização do campeonato, providenciando imediatamente a substituição ou correção de qualquer equipamento ou estrutura que apresente falha e comprometa a execução do evento.

6.8. A CONTRATADA será integralmente responsável pela premiação do campeonato, a qual deverá estar incluída no valor global contratado, não gerando qualquer custo adicional para o Município.

6.9. Não será permitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual, devendo a CONTRATADA executar os serviços sob sua responsabilidade direta, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: THAIS SILVA MACIEL e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A9C3F564F1634D70BFDEDA20EB5C3E4D

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: TERMO DE REFERENCIA CONTRATAÇÃO JIU-JITSU ALTERADO.pdf (

7. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

7.1. A fiscalização da execução do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por Fiscal de Contrato, representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, especialmente designado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo com informações pertinentes a essa atribuição.

7.2. Compete ao fiscal acompanhar a execução do objeto, verificar o cumprimento das especificações estabelecidas neste Termo de Referência e registrar as ocorrências relacionadas à execução contratual.

7.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto e pelos danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Indicar um preposto responsável pelo atendimento às demandas da CONTRATANTE.

8.2. Executar os serviços conforme as especificações constantes deste Termo de Referência, observando integralmente as condições, prazos e demais requisitos estabelecidos.

8.3. Disponibilizar todos os profissionais, equipamentos, materiais e recursos necessários à execução integral do objeto.

8.4. Responsabilizar-se pela qualidade técnica dos serviços prestados, garantindo que as atividades sejam executadas por profissionais devidamente qualificados e com experiência compatível com o objeto contratado.

8.5. Disponibilizar equipe de arbitragem e demais profissionais necessários ao adequado desenvolvimento das competições.

8.6. Providenciar a montagem, instalação, manutenção e desmontagem de toda a estrutura necessária à realização do evento.

8.7. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT durante a execução dos serviços.

8.8. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços, observadas as disposições legais aplicáveis.

8.9. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a documentação de habilitação e qualificação cujas validades se encontrem vencidas.

8.10. Ressarcir eventuais prejuízos causados à Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT e/ou a terceiros, decorrentes de ineficiência, negligência ou irregularidades praticadas durante a execução contratual.

8.11. Arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo despesas com deslocamento, hospedagem, alimentação, transporte, montagem, desmontagem, equipamentos, materiais, premiação, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos envolvidos, não sendo admitida qualquer cobrança adicional à CONTRATANTE.

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: THAIS SILVA MACIEL e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A9C3F564F1634D70BFDEDA20EB5C3E4D

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: TERMO DE REFERENCIA CONTRATAÇÃO JIU-JITSU ALTERADO.pdf (

8.12. Comunicar à Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa comprometer o cumprimento do cronograma ou a adequada execução dos serviços, apresentando as devidas justificativas, ressalvadas situações emergenciais.

8.13. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação relacionada ao objeto deste Termo de Referência sem prévia autorização da Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT.

8.14. Prestar esclarecimentos à Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT sobre quaisquer fatos ou ocorrências relacionadas à execução dos serviços, sempre que solicitado.

8.15. Emitir Nota Fiscal discriminada, legível e sem rasuras, de acordo com os serviços efetivamente executados.

8.16. Manter durante toda a execução contratual a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, apresentando, quando solicitado, as certidões de regularidade pertinentes.

8.17. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pela Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT.

8.18. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio da Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT durante a execução das atividades contratadas.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

9.2. Informar à CONTRATADA sobre as orientações e procedimentos necessários à realização do evento, bem como comunicar eventuais alterações que possam impactar a execução dos serviços.

9.3. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à execução do objeto contratado, sempre que solicitados pela CONTRATADA.

9.4. Comunicar por escrito à CONTRATADA quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando as correções necessárias quando os serviços prestados não estiverem de acordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

9.5. Efetuar o pagamento nas condições, valores e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, desde que os serviços tenham sido executados satisfatoriamente e a respectiva Nota Fiscal/Fatura esteja devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

9.6. Acompanhar o cronograma de execução dos serviços, exigindo da CONTRATADA a adoção das providências necessárias para a regularização de eventuais atrasos ou inconsistências, sob pena da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, neste Termo de Referência e demais disposições legais aplicáveis.

9.7. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA o não aceite dos serviços executados, indicando as razões e as não conformidades verificadas em relação às condições contratuais estabelecidas.

9.8. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir adequadamente as obrigações assumidas, disponibilizando, quando necessário, espaço físico, equipamentos e apoio institucional para a realização das atividades previstas.

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: THAIS SILVA MACIEL e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A9C3F564F1634D70BFDEDA20EB5C3E4D

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: TERMO DE REFERENCIA CONTRATAÇÃO JIU-JITSU ALTERADO.pdf (

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A sanção prevista na letra “a” do item 10.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 10.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.5. A sanção prevista na letra “b” do item 10.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: THAIS SILVA MACIEL e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A9C3F564F1634D70BFDEDA20EB5C3E4D

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: TERMO DE REFERENCIA CONTRATAÇÃO JIU-JITSU ALTERADO.pdf (

e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 deste Termo de Referência, nos seguintes termos:

a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

10.6. A sanção prevista na “d” do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 10.1 deste Termo de Referência, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1 deste Termo de Referência que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 10.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.7. A sanção estabelecida na letra “d” do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste Termo de Referência será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

10.8. As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 10.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 10.2 (multa) deste Termo de Referência.

10.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.10. A aplicação das sanções previstas no item 10.2 deste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.11. Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 10.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.12. A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 10.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.13. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: THAIS SILVA MACIEL e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A9C3F564F1634D70BFDEDA20EB5C3E4D

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: TERMO DE REFERENCIA CONTRATAÇÃO JIU-JITSU ALTERADO.pdf (

julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.14. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.15. As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.

10.16. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento pelos serviços será realizado em parcela única, após a conclusão do evento e o cumprimento integral das obrigações previstas neste Termo de Referência, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

11.2. O pagamento será efetuado pela Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT, até o 10º (décimo) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e após a regular liquidação da despesa, por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pela CONTRATADA, devendo constar obrigatoriamente na Nota Fiscal o nome do banco, agência, localidade e número da conta para crédito.

11.3. Caso o fornecedor seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

11.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao fornecedor, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT.

11.5. Previamente à data do pagamento, o Departamento de Tesouraria verificará as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor.

11.6. Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à entrega dos serviços são de responsabilidade do fornecedor, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

11.7. Havendo atraso no pagamento de suas obrigações a Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT procederá à atualização financeira diária de seus débitos, por meio da média de índices de preços de abrangência nacional, na forma da regulamentação baixada pelo Poder Executivo (Decreto n.º 1.544, de 30.06.95) “pró rata”, tendo como base o dia limite para pagamento e como data final o dia anterior ao da emissão da ordem bancária, ou pelo índice que venha a substituí-lo.

11.8. Para fins de cálculos de utilização de correção, por atraso, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

R= V x I

Onde:

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: THAIS SILVA MACIEL e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A9C3F564F1634D70BFDEDA20EB5C3E4D

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: TERMO DE REFERENCIA CONTRATAÇÃO JIU-JITSU ALTERADO.pdf (

R = valor da correção procurada;

V = valor inicial do contrato;

I = média aritmética simples do INPC (IBGE) dos últimos 12 (doze) meses.

11.9. Havendo erro na Nota Fiscal, esta será restituída à empresa.

11.10. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao fornecedor, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Campos de Júlio - MT.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Campos de Júlio - MT, e serão indicadas quando as adjudicações forem realizadas.

Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo
Unidade: 1 - Departamento de Cultura
Centro de Custo: 532 – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo
Ficha: 1141/2026; Compl. do Elemento: 3.3.90.39.33.00.00

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos e despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução dos serviços, sem qualquer ônus adicional à Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT.

13.2. A execução do objeto deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta apresentada pela CONTRATADA e no instrumento contratual.

13.3. A CONTRATADA será responsável pela execução integral do objeto, incluindo todos os equipamentos, materiais, profissionais, estrutura, arbitragem, premiação, montagem, desmontagem e demais recursos necessários à realização do campeonato.

13.4. A premiação do campeonato ficará integralmente sob responsabilidade da CONTRATADA e estará incluída no valor global da contratação, não representando custo adicional para o Município.

13.5. Os casos omissos serão solucionados com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à contratação.

Campos de Júlio – MT, 21 de Setembro de 2026.

Milton Borges Peixoto
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Thais Silva Maciel
Port. 011/2007, Mat. 613

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: THAIS SILVA MACIEL e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A9C3F564F1634D70BFDEDA20EB5C3E4D

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: TERMO DE REFERENCIA CONTRATAÇÃO JIU-JITSU ALTERADO.pdf (

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
A9C3F564F1634D70BFDEDA20EB5C3E4D

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: THAIS SILVA MACIEL em 29/09/2026 10:54:44
  CPF:***.***-.551-08
  Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT
- Assinante: MILTON BORGES PEIXOTO em 29/09/2026 11:00:23
  CPF:***.***-.150-72 Assinou como: SECRETARIO
  Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A9C3F564F1634D70BFDEDA20EB5C3E4D

De: Procuradoria Jurídica
Enviado por: Viviene Barbosa Silva (viviene.silva)
Para: Procuradoria Geral (Organograma)
Data: 29 de setembro de 2026 às 15:15

Boa tarde;

Segue anexo o parecer, com recomendações.

Att;

Anexo(s)
PARECER CONTRAT DIRETA POR INEXIGIBIL IL 32 PARA CONTR EMPRESA ESPECIALIZ PREST SERV REAL EVENTO JIU JITSU 9177 2026.pdf

PARECER JURÍDICO Nº. 86/2026.

PROCEDIMENTO SOB A HIPÓTESE DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 32/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO, GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE COMPETIÇÃO ESPORTIVA NA MODALIDADE DE JIU-JITSU, INCLUINDO SISTEMA DE INSCRIÇÕES E CHAVES, ARBITRAGEM, ESTRUTURA DAS ÁREAS DE LUTA, PREMIAÇÃO, DENTRE OUTROS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DO EVENTO
PROTOCOLO *FLOWDOC's* nº 9177/2026

I-RELATÓRIO PRELIMINAR

Trata-se de solicitação visando à análise jurídica-formal da **fase preparatória** de procedimento administrativo licitatório de contratação direta, sob a hipótese de **inexigibilidade de licitação nº 32/2026**, destinada à contratação da empresa **Alvo Social Eventos e Gestão Ltda.**, inscrita no CNPJ nº **53.220.791/0001-21**, tendo por objeto os serviços de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de competição esportiva, na modalidade de **JIU-JITSU**, incluindo sistema de inscrições e chaves, arbitragem, estrutura das áreas de luta, premiação e demais serviços necessários à realização do evento, a ser realizado nos dias **21 e 22 de novembro de 2026.**

O valor global indicado nos autos é de **R$ 99.800,00** (noventa e nove mil e oitocentos reais).

O órgão demandante enquadrou a contratação no **artigo 74, inciso III, "c",** da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, doravante referida apenas como NLLCA, sob o argumento de que se trata de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, prestado por empresa de notória especialização.

Conforme os elementos técnicos constantes nos autos, processual, a instrução processual conta com os documentos fundamentais à análise na **fase interna da contratação direta**, para a emissão do presente parecer técnico-jurídico, nos moldes do artigo 72 da NLLCA, destacando-se:

1) **Comunicação Interna nº.95/2026,** subscrita pelo **Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo**, formalizando a necessidade da contratação direta;

2) **Estudo Técnico Preliminar (ETP):** Justificando a adequação da solução escolhida e a inviabilidade de competição;

3)Termo de Referência **(TR):** Detalhando as funcionalidades do *softwa*re, migração de dados e suporte;

4) **Termo de Justificativa:** delimitando o escopo do trabalho técnico e a escolha da empresa executora, **Alvo Social Eventos e Gestão Ltda**, inscrita no **CNPJ sob nº. 53.220.791/0001-21**;

5) cotação de preços referenciais;

6)parecer contábil atestando a existência de saldo e dotação orçamentária suficiente para fazer frente à despesa;

7) atestado de notório saber, atestados de capacidade técnica e documentos constitutivos da empresa, acompanhados das certidões de regularidades fiscal e trabalhista;

8) autorização da autoridade competente;

9)Minuta de **Contrato Administrativo**, encartada pela Gerência de Contratações Públicas.

Consta ainda a **designação formal dos agentes públicos responsáveis pela condução do processo**, realizada por meio da **Portaria nº 95, de 23 de abril de 2026**, nos termos do artigo 7º, incisos I a III, combinado com o artigo 8º, §1º, da NLLCA.

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: PARECER CONTRAT DIRETA POR INEXIGIBIL IL 32 PARA CONTR EM

Com efeito, a realização do **controle prévio de legalidade**, fundamenta-se no **artigo 53, § 4º da NLLCA** e nas prerrogativas funcionais previstas no **artigo 4º, inciso V, da Lei Municipal nº 2.308, de 5 de agosto de 2025**, *verbis:*

> *Art. 53. Ao final da **fase preparatória**, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*
> *(…)*
>
> *§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de **contratações diretas**, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. (g.n)*

Expondo, em síntese, o contexto fático, passa-se a análise do presente procedimento, com fundamento na legislação vigente **e** nos princípios orientadores da Administração Pública.

II- DAS QUESTÕES PRELIMINARES

Em linhas iniciais, cumpre ressaltar que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídico-formais do procedimento, com base nos documentos e informações fornecidos pelos setores técnicos competentes.

Nessa perspectiva, excluem-se do escopo deste parecer os juízos de mérito administrativo, como a conveniência, oportunidade e adequação técnica do objeto, cuja responsabilidade recai sobre o gestor e a equipe de planejamento da contratação, não abrangidos pelas atribuições dessa Procuradoria.

Ressalta-se, ainda, que esse opinativo possui natureza opinativa e consultiva, não vinculando a decisão da autoridade administrativa. Contudo, a eventual discordância deve ser devidamente motivada, sob pena

de caracterização de erro grosseiro, conforme o art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2599/2021 – Plenário).

III- FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Na hipótese vertente, o órgão requisitante enquadrou a pretendida contratação no artigo 74, inciso III, alínea "c", da NLLCA, posto que o núcleo do objeto envolve serviço técnico especializado intelectual (planejamento, organização, coordenação, gerenciamento) e operacionais (execução de competição esportiva, com fornecimento de estrutura, arbitragem, sistema de inscrições e premiação).

O citado dispositivo estabelece:

> *"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
> *(...)*
> *III- contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*
> *(...)*
> *c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;"*

A análise do dispositivo legal em tela exige que o processo de contratação direta seja instruído, entre outros elementos, com **documento de formalização da demanda, estudo técnico preliminar quando cabível, termo de referência, estimativa de despesa, parecer jurídico, demonstração da disponibilidade orçamentária, comprovação da habilitação, razão da escolha do contratado, justificativa de preço e autorização da autoridade competente.**

Pela descrição apresentada, o processo contém os principais documentos exigidos para a fase preparatória, porquanto o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Justificativa demonstram, de maneira concreta e individualizada: (i) a necessidade administrativa; (ii) a solução escolhida; (iii) a impossibilidade de competição; (iv) a razão pela qual a empresa escolhida seria essencialmente adequada ao objeto; (v) a compatibilidade do preço; (vi) a composição detalhada do valor global e (vii) a impossibilidade de divisão ou contratação separada dos serviços.

A notória especialização da empresa **Alvo Social Eventos e Gestão Ltda,** inscrita no **CNPJ sob nº. 53.220.791/0001-21**, resta comprovada através da **experiência prévia em organização e execução do objeto,** corroborada pelos **atestados de capacidade técnica**, **fotografias de eventos similares**, bem como do **aparelhamento, equipe técnica e outros elementos relacionados à atividade**, de modo a permitir a conclusão de que o trabalho do contratado é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto.

No tocante à justificativa do preço, exigida no artigo 72, inciso VII, da NLLCA, cumpre destacar que o valor global fixado em **R$ 99.800.00** para a realização do evento, incluindo a premiação, conforme **item 8 da proposta apresentada pela empresa**, mostra-se compatível com a complexidade técnica exigida.

Além disso, consta dos autos o **Parecer Contábil**, confirmando a existência de disponibilidade orçamentária e financeira, cumprindo as exigências do artigo 16 da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e do artigo 72, inciso IV, da NLLCA.

IV-INCONSISTENCIAS E RECOMENDAÇÕES:

IV.1. Da incompatibilidade do critério de "menor preço"

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: PARECER CONTRAT DIRETA POR INEXIGIBIL IL 32 PARA CONTR EM

A referência ao **critério de julgamento pelo menor preço deve ser excluída**, posto que **na contratação direta por inexigibilidade não há disputa entre propostas nem julgamento competitivo por critério de menor preço.**

Na hipótese, o procedimento deve utilizar expressões compatíveis com a contratação direta, tais como **razão da escolha do contratado; justificativa de preço; proposta apresentada; compatibilidade com os preços de mercado e vantajosidade da contratação.**

III.2. Da vedação à subcontratação e à substituição da equipe

Como cediço, o artigo 74, § 4º, da NLLCA **veda**, nas contratações fundamentadas no inciso III, **a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que justificaram a inexigibilidade**, a conferir:

> *Art. 74.*
> *§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade".*

Assim, antes da formalização, **RECOMENDA-SE** inserir no **Termo de Referência** e na **minuta contratual** cláusula ou item prevendo que **a execução dos serviços técnicos especializados deverá ser desempenhada pessoalmente pelos profissionais vinculados à empresa cuja qualificação integra a justificativa de notória especialização, sendo vedada a repasse parcial ou total do objeto a terceiros**, em observância à regra supra.

Contudo, a cláusula não deve impedir a contratação de **fornecedores auxiliares estritamente materiais**, se isso for tecnicamente

indispensável e juridicamente admitido, mas deverá preservar a **atuação direta da equipe que justificou a inexigibilidade.**

Deverá, igualmente, ser suprimida da minuta contratual a expressão "critério de julgamento menor preço", uma vez que não. **há disputa entre propostas nem julgamento competitivo por critério de menor preço** na inexigibilidade sob exame.

Quanto aos demais requisitos da **minuta do Contrato**, foram examinadas as cláusulas relativas ao objeto, especificações, execução, vigência, valor, pagamento, obrigações das partes, fiscalização, sanções, extinção, alteração, proteção de dados, publicação e foro.

Nesse prisma, após os ajustes, não se vislumbra óbice jurídico à aprovação da minuta contratual.

IV–CONCLUSÃO:

Ante o exposto e com base na análise dos documentos que instruem a fase preparatória desse procedimento, **OPINO FAVORÁVEL** à aprovação e continuidade da contratação direta, sob a hipótese de **Inexigibilidade de Licitação nº 32/2026**, figurando como contratada a empresa **Alvo Social Eventos e Gestão Ltda**, **desde que sejam integralmente observadas as recomendações consignadas no bojo desse parecer**, especialmente quanto ao **saneamento do Termo de Referência e da minuta contratual**, previamente à sua formalização.

Não é demais lembrar que os critérios e a análise do mérito (oportunidade e conveniência do pedido) constituem análise técnica do órgão demandante, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidades do objeto do procedimento licitatório, pelo que o presente

parecer se cinge, exclusivamente, aos contornos jurídicos formais do caso em comento.

Registre-se, por fim, que **não há determinação legal a impor a fiscalização posterior de cumprimento de recomendações feitas**, conforme o Enunciado n° 5 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU:

> **"*Ao Órgão Consultivo que em caso concreto haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta de edital ou contrato e tenha sugerido as alterações necessárias, não incumbe pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas*".**

Circunscrito ao exposto, são os termos do parecer, que se submete à elevada consideração superior, nos termos do artigo 156 da Lei Orgânica do Município.

Campos de Júlio,29 de setembro de 2026.

VIVIENE BARBOSA SILVA:51894777115

VIVIENE BARBOSA SILVA:51894777115
2026.09.29 15:13:31 -04'00'

De: Procuradoria Geral

Deferido

Enviado por: Maria Gabriela Pereira Bonotto (maria.bonotto)

Para: Gerência de Contratações Públicas (Organograma)

Data: 30 de setembro de 2026 às 07:54

Segue

De: Nadia Talal Nejem
Para: Nadia Talal Nejem (Interno)
Data: 30 de setembro de 2026 às 08:57

SEGUE .
MINUTA CORRIGIDA

Anexo(s)
6 Minuta do contrato e Parecer juridico.pdf

MINUTA DO CONTRATO Nº xx/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.516/0001-99, com sede administrativa à Av. Valdir Masutti, nº 779W, Loteamento Bom Jardim, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **Irineu Marcos Parmeggiani**;

CONTRATADO: ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 53.220.791/0001-21, com sede à R dos Girassóis, nº 1310SW, Qd 163, Lote 09, Bairro Cidezal II, CEP 78.366-092 Sapezal - MT, telefone (65) 9 9324-5092, e-mail alvosocial.ega@gmail.com.br, neste ato representada por **EBERSON GODOFREDO AMARO DA SILVA**, brasileiro inscrito no CPF sob o nº 006.xxx.xx1-80.

As partes acima identificadas firmam o presente contrato, atendendo as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL E VINCULAÇÃO

1.1 O presente contrato tem por fundamento legal a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como e especialmente o Processo Licitatório nº 104/2026 e Inexigibilidade de Licitação nº 32/2026, aos quais se vincula.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 É objeto do presente contrato a prestação, pela Contratada, de serviços técnicos profissionais de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de evento esportivo de Jiu-Jitsu, contempla uma solução integrada para a organização completa de campeonatos, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do Município de Campos de Júlio – MT.

2.2 As especificidades dos serviços estão previstas no Termo de Referência e na proposta apresentada pela contratada, partes integrantes e indissociáveis deste contrato.

2.3 Das especificações do serviço e quantitativo.

2.3.1 Na tabela a seguir consta a especificação do Serviço:

ITEM	UN	CÓDIGO SCPI CÓDIGO TCE/MT	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
1.	Serv.	048.006.001 316020-3	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação,	**R$ 99.800,00**

			gerenciamento e execução de competição esportiva de Jiu-Jitsu, compreendendo solução integrada para realização do campeonato, incluindo gestão operacional da competição, sistema de inscrições e chaves, coordenação técnica, arbitragem, estrutura das áreas de luta, premiação e demais serviços indispensáveis à realização do evento.	

2.4 A contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, materiais, profissionais e demais recursos necessários à execução integral do objeto, observadas as especificações constantes deste Termo de Referência.

2.5 A solução deverá compreender, no mínimo:

a) planejamento e coordenação geral do campeonato;

b) organização e gerenciamento técnico das competições;

c) disponibilização de 03 (três) áreas de luta completas;

d) fornecimento e instalação dos tatames e demais equipamentos específicos necessários às áreas de luta;

e) equipe técnica e operacional necessária à realização do evento;

f) equipe de arbitragem qualificada e compatível com a quantidade e características das disputas;

g) sistema de inscrições e gerenciamento das competições;

h) organização das categorias, divisões, pesos, faixas e demais critérios aplicáveis à modalidade;

i) elaboração e gerenciamento das chaves de competição;

j) controle, apuração e divulgação dos resultados;

k) organização e coordenação das atividades durante os dois dias do campeonato;

l) montagem, instalação e desmontagem de toda a estrutura disponibilizada pela contratada;

m) fornecimento integral da premiação prevista para o campeonato;

n) medalhas, troféus, cinturões e demais itens de premiação previstos na proposta da contratada;

o) apoio técnico e operacional durante a realização das competições;

p) demais serviços, materiais, equipamentos e recursos necessários à plena execução do objeto.

2.6 DA PROPOSTA

2.6.1. A proposta, que compreende a descrição do serviço ofertado, preço global, deverá ser compatível com este Termo de Referência e seus anexos, bem como atender às seguintes exigências:

a) conter as especificações do serviço de forma clara, descrevendo detalhadamente as características e condições de execução;

b) apresentar o valor global para execução integral do objeto;

c) no preço ofertado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos relacionados à execução do serviço, incluindo transporte, deslocamento, hospedagem, alimentação, montagem, desmontagem, equipamentos, materiais, profissionais, arbitragem, premiação, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto;

d) não será admitida cobrança adicional ao Município referente a despesas necessárias à execução integral do objeto.

2.6.2. O valor global da proposta deverá corresponder à execução completa do campeonato, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais para os serviços, materiais, equipamentos ou estrutura necessários ao cumprimento das especificações deste Termo de Referência.

2.7 O regime de execução do presente contrato é integral.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 O preço contratado é de **R$ 99.800,00 (noventa e nove mil e oitocentos reais)**, conforme proposta apresentada pela contratada.

3.1.1 O valor será pago em parcela única no valor de **R$ 99.800,00 (noventa e nove mil e oitocentos reais)**, na forma da Cláusula Quarta.

3.2 No preço contratado estão inclusos toda estrutura, equipamentos, equipe técnica e de arbitragem, sistema de inscrições e gerenciamento das competições, organização das categorias, premiação, montagem e desmontagem e demais serviços necessários à adequada realização do evento, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do Município de Campos de Júlio – MT, sem quaisquer ônus ou solidariedade por parte da Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES RECEBIMENTO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

4.1 O pagamento pelos serviços será realizado em parcela única, após a conclusão do evento e o cumprimento integral das obrigações previstas neste Termo de Referência, até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao serviço prestado, mediante apresentação de nota fiscal, relatório dos serviços prestados e a liquidação da despesa.

4.2 O pagamento será creditado exclusivamente por meio de ordem bancária em conta corrente de titularidade do contratado.

4.3 Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

4.4 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a data da emissão;

b) os dados do contrato/ordem de serviço e do contratante;

c) o período respectivo de execução do contrato;

d) o valor a pagar;

e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

f) a descrição do objeto;

g) os dados bancários, com: nome do banco, agência e número da conta na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

4.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

4.6 A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada.

4.6.1 A Contratada deverá enviar para o e-mail certidoes@camposdejulio.mt.gov.br as seguintes certidões:

I. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

II. Certidão de Regularidade de Tributos Municipais;

III. Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais;

IV. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e

V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

4.7 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

4.8 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

4.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação irregular.

4.10 O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.11 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e/ou quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil e ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.13 Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

4.14 O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento de contratação.

4.15 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, observado o cronograma de pagamento estabelecido pela contratante, em conformidade com art. 141 da Lei 14.133/2021.

4.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela contratante, entre o término do prazo referido no item 4.15 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i/365 I = 6/100/365 I = 0,00016438

onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

4.17 Na emissão das notas fiscais para pagamento, as empresas deverão observar:

I. O disposto pela legislação regulamentar e eventuais orientações técnicas do setor de contabilidade.

II. As regras de retenção do Imposto de Renda, dispostas na Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e legislação municipal.

4.18 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.19 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.20 Caso o contratado seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

5.1 Os prazos de vigência e de execução do presente contrato são de 4 (quatro) meses, contados de sua assinatura.

5.2 Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA de acordo com o planejamento e cronograma estabelecidos em conjunto com a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, observando-se a data prevista para realização do campeonato, nos dias 21 e 22 de novembro de 2026.

5.3 A CONTRATADA deverá realizar previamente todo o planejamento necessário à adequada execução do evento, mantendo comunicação com a CONTRATANTE para alinhamento das informações, programação e demais providências necessárias.

5.4 A execução do objeto compreenderá, entre outras, as seguintes etapas:

I – Planejamento e organização: definição da programação, categorias, organização das inscrições, estrutura das competições e demais providências preparatórias;

II – Gerenciamento das inscrições e competições: recebimento e gerenciamento das inscrições, organização das categorias, elaboração das chaves e demais procedimentos necessários ao desenvolvimento das disputas;

III – Montagem e preparação: transporte, montagem, instalação e organização das três áreas de luta e demais equipamentos e materiais necessários;

IV – Execução do campeonato: coordenação das atividades, arbitragem, gerenciamento das áreas de luta, acompanhamento das disputas, apuração e divulgação dos resultados;

V – Premiação: organização e entrega da premiação prevista, integralmente às expensas da CONTRATADA;

VI – Desmontagem: retirada dos equipamentos, materiais e estruturas utilizados após o encerramento do evento.

5.5 A CONTRATADA deverá disponibilizar, durante todo o período de realização do campeonato, equipe técnica e operacional suficiente para garantir o adequado desenvolvimento das atividades.

5.6 A montagem da estrutura deverá ser concluída em prazo suficiente para que todas as áreas de luta e equipamentos estejam devidamente instalados e em condições de utilização antes do início das competições.

5.7 A CONTRATADA deverá observar as regras e procedimentos aplicáveis à modalidade de Jiu-Jitsu, bem como as orientações da CONTRATANTE relacionadas à programação e organização do evento.

5.8 A CONTRATADA deverá garantir a manutenção da estrutura e dos equipamentos durante todo o período de realização do campeonato, providenciando imediatamente a substituição ou correção de qualquer equipamento ou estrutura que apresente falha e comprometa a execução do evento.

5.9 A CONTRATADA será integralmente responsável pela premiação do campeonato, a qual deverá estar incluída no valor global contratado, não gerando qualquer custo adicional para o Município.

5.10 Os prazos de vigência e de execução do presente contrato poderão ser prorrogados, observadas, para tanto, as normas pertinentes da Lei nº 14.133/2021.

5.11 Não será permitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual, devendo a CONTRATADA executar os serviços sob sua responsabilidade direta, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1 A fiscalização da execução do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por Fiscal de Contrato, representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, especialmente designado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo com informações pertinentes a essa atribuição.

6.2 Compete ao fiscal acompanhar a execução do objeto, verificar o cumprimento das especificações estabelecidas neste Termo de Referência e registrar as ocorrências relacionadas à execução contratual.

6.3 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto e pelos danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DIREÇÃO TÉCNICA E PESSOAL DA CONTRATADA

7.1 A direção técnica dos serviços objeto deste contrato cabe à contratada, a qual responderá, na forma da lei, por qualquer imperfeição porventura constada na sua execução, de acordo como estabelecido na legislação vigente.

7.2 A omissão, ainda que eventual, da direção técnica e administrativa no desempenho de suas atribuições, não eximirá a contratada da responsabilidade pela perfeita execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

8.2 Informar à CONTRATADA sobre as orientações e procedimentos necessários à realização do evento, bem como comunicar eventuais alterações que possam impactar a execução dos serviços.

8.3 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à execução do objeto contratado, sempre que solicitados pela CONTRATADA.

8.4 Comunicar por escrito à CONTRATADAS quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando as correções necessárias quando os serviços prestados não estiverem de acordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

8.5 Efetuar o pagamento nas condições, valores e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, desde que os serviços tenham sido executados satisfatoriamente e a respectiva Nota Fiscal/Fatura esteja devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

8.6 Acompanhar o cronograma de execução dos serviços, exigindo da CONTRATADA a adoção das providências necessárias para a regularização de eventuais atrasos ou inconsistências, sob pena da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, neste Termo de Referência e demais disposições legais aplicáveis.

8.7 Comunicar, por escrito, à CONTRATADA o não aceite dos serviços executados, indicando as razões e as não conformidades verificadas em relação às condições contratuais estabelecidas.

8.8 Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir adequadamente as obrigações assumidas, disponibilizando, quando necessário, espaço físico, equipamentos e apoio institucional para a realização das atividades previstas.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Indicar um preposto responsável pelo atendimento às demandas da CONTRATANTE.

9.2. Executar os serviços conforme as especificações constantes deste Termo de Referência, observando integralmente as condições, prazos e demais requisitos estabelecidos.

9.3. Disponibilizar todos os profissionais, equipamentos, materiais e recursos necessários à execução integral do objeto.

9.4. Responsabilizar-se pela qualidade técnica dos serviços prestados, garantindo que as atividades sejam executadas por profissionais devidamente qualificados e com experiência compatível com o objeto contratado.

9.5. Disponibilizar equipe de arbitragem e demais profissionais necessários ao adequado desenvolvimento das competições.

9.6. Providenciar a montagem, instalação, manutenção e desmontagem de toda a estrutura necessária à realização do evento.

9.7. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT durante a execução dos serviços.

9.8. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços, observadas as disposições legais aplicáveis.

9.9. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a documentação de habilitação e qualificação cujas validades se encontrem vencidas.

9.10. Ressarcir eventuais prejuízos causados à Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT e/ou a terceiros, decorrentes de ineficiência, negligência ou irregularidades praticadas durante a execução contratual.

9.11. Arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo despesas com deslocamento, hospedagem, alimentação, transporte, montagem, desmontagem, equipamentos, materiais, premiação, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos envolvidos, não sendo admitida qualquer cobrança adicional à CONTRATANTE.

9.12. Comunicar à Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa comprometer o cumprimento do cronograma ou a adequada execução dos serviços, apresentando as devidas justificativas, ressalvadas situações emergenciais.

9.13. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação relacionada ao objeto deste Termo de Referência sem prévia autorização da Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT.

9.14. Prestar esclarecimentos à Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT sobre quaisquer fatos ou ocorrências relacionadas à execução dos serviços, sempre que solicitado.

9.15. Emitir Nota Fiscal discriminada, legível e sem rasuras, de acordo com os serviços efetivamente executados.

9.16. Manter durante toda a execução contratual a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, apresentando, quando solicitado, as certidões de regularidade pertinentes.

9.17. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pela Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT.

9.18. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio da Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT durante a execução das atividades contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A sanção prevista na letra “a” do item 10.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 10.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.5 A sanção prevista na letra “b” do item 10.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 deste Termo de Referência, nos seguintes termos:

a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

10.6 A sanção prevista na “d” do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 10.1 deste Termo de Referência, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1 deste Termo de Referência que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 10.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.7 A sanção estabelecida na letra “d” do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste Termo de Referência será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

10.8 As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 10.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 10.2 (multa) deste Termo de Referência.

10.9 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.10 A aplicação das sanções previstas no item 10.2 deste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.11 Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 10.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.12 A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 10.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.13 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.14 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.15 As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.

10.16 As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 A rescisão do presente Contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11.2 Serão observadas, ainda, as previsões dos arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DEMAIS RESPONSABILIDADES

12.1 Para execução do objeto, a contratada, entre outras condições estabelecidas no presente contrato:

a) deverá analisar todos os documentos referentes ao objeto contratado, identificando as principais funções envolvidas na gestão de projetos e suas relações de autoridade (matriz de responsabilidades);

b) deverá definir um responsável da equipe técnica para os serviços como coordenador, tendo este a responsabilidade e a autoridade para cumprir e fazer cumprir as ações definidas como premissas pela Contratante;

c) deverá definir as competências necessárias para manter a gestão e a boa execução dos serviços contratados, considerando cada função atribuída ao profissional habilitado;

d) deverá ser conhecedora das normas e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços, não sendo aceitas, portanto, nenhuma alegação que esta ou aquela norma/legislação não está contemplada neste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1 O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

14.1 Os serviços objeto deste contrato serão recebidos conforme previsto na Cláusula Quarta e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REAJUSTE E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

15.1 Os procedimentos para realização dos reajustes deverão obedecer aos critérios da Lei nº 14.133/2021.

15.2 Eventuais alterações no contrato serão realizadas observando-se os arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 Todas as despesas decorrentes deste contrato serão alocadas na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Unidade: 1 - Departamento de Cultura

Centro de Custo: 532 – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Ficha: 1141/2026; Compl. do Elemento: 3.3.90.39.33.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 Cada uma das Partes declara e garante que conhece, respeita e continuará respeitando a legislação referente à proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e ao Decreto Municipal nº 262/2022, que regulamenta a aplicação da LGPD no âmbito da Administração Municipal de Campos de Júlio - MT.

17.2 Para os fins desse contrato, as terminologias utilizadas encontram definição na LGPD, para além disso considerar-se-ão:

(I) Controlador: Município de Campos de Júlio - MT, a quem competem às decisões referentes ao tratamento de dados pessoais (“Controladora”);

(II) Operador: Contratada, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome da Controladora (“Operador”);

17.3 O Operador deverá tratar os dados pessoais conforme instruções do Controlador e não receberá nenhuma instrução diretamente do titular de dados, exceto nos casos em que autorizado pelo Controlador e/ou pela legislação aplicável.

17.4 Com relação à proteção de dados pessoais, o Operador obriga-se:

a) A tratar os dados pessoais apenas na medida necessária para prestar serviços, nos limites do presente contrato;

b) A não utilizar os dados pessoais para qualquer outra finalidade que não seja a necessária para prestação dos serviços, nos limites deste instrumento;

c) A garantir que os empregados, assessores e/ou representantes que tenham sido autorizados a tratar os dados pessoais sujeitem-se a uma obrigação de confidencialidade, e recebam formação adequada sobre privacidade e proteção de dados pessoais;

d) A não compartilhar ou transferir os dados pessoais que tiver acesso em razão desse contrato, durante e/ou posteriormente ao prazo do término desse, a terceiros, salvo se necessário ao cumprimento próprio, mediante consulta ao Controlador;

e) A informar ao Controlador se, em sua opinião e dadas às informações à sua disposição, uma instrução infringir as disposições de proteção de dados da legislação aplicável;

f) Exceto se de outra forma determinado pela legislação aplicável ou por decisão cautelar da autoridade competente, informar imediatamente ao Controlador em caso de recebimento de solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”) ou outro órgão competente relacionado aos dados pessoais, e a limitar a comunicação de tais dados pessoais ao que a autoridade tenha expressamente requisitado;

g) Mediante solicitação por escrito do Controlador, fornecer assistência razoável na realização de avaliações de impacto sobre a proteção de dados e consultas prévias à ANPD ou outro órgão competente;

h) A nomear um encarregado pelo tratamento de dados, nos termos da LGPD e da Resolução nº 2/2022-ANPD;

i) A indenizar e manter o Controlador ileso de qualquer perda ou dano decorrente de descumprimento da legislação de proteção de dados e/ou deste Aditivo; e

j) A eliminar os dados pessoais após o término do seu tratamento, observados as condições e os prazos previstos no contrato e em normas específicas que regem a gestão de documentos e arquivos, bem como as exceções previstas no artigo 16, incisos I a IV da LGPD.

17.5 Além disso, o Operador compromete-se a implementar as seguintes medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais tratados em razão desse contrato:

a) Medidas de segurança física destinadas a impedir o acesso de pessoas não autorizadas à infraestrutura onde estão armazenados os dados pessoais;

b) Sistema de autenticação que permita a verificação de identidade e de acesso, bem como uma política de senhas;

c) Sistema de gestão que limite o acesso às instalações às pessoas que delas necessitem, no exercício das suas funções e no âmbito das suas responsabilidades;

d) Pessoal de segurança responsável pelo controle da segurança física das suas instalações; e

e) Processos e medidas para rastrear ações executadas em seu sistema de informação.

17.6 O Operador compromete-se, ainda, a disponibilizar ao Controlador todos os documentos e/ou informações necessárias para demonstrar o cumprimento dos requisitos legais e dos requisitos contratuais acima, bem como a permitir que o Controlador realize, por si ou por terceiros, auditorias relacionadas às práticas de proteção de dados do Operador, sempre que entender, ao seu critério, necessário. O Operador se compromete, ainda, a tomar todas as medidas para garantir que quaisquer vulnerabilidades de sistema, processos, governança e outros apontados no relatório de auditoria sejam tratados adequadamente.

17.7 O Operador deverá notificar o titular de dados e o Controlador em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da ciência do evento, caso tenha conhecimento de incidente que afete ou possa afetar os dados pessoais, tais como, mas não limitado a acesso não autorizado, perda, divulgação ou alteração dos dados pessoais.

17.8 A notificação deverá: **(I)** descrever a natureza do incidente; **(II)** descrever as consequências prováveis do incidente; **(III)** descrever as medidas tomadas ou propostas pelo Operador em resposta ao incidente; e **(IV)** fornecer o contato do encarregado pelo tratamento dos dados pessoais do Operador.

17.9 O Operador deverá notificar o Controlador em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo a ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais objeto do contrato principal.

17.10 Para o tratamento de dados pessoais, conforme previsto no presente instrumento, o Controlador deverá fornecer à Operadora as instruções e informações relevantes, sendo responsável por garantir que:

a) A coleta de dados pessoais está limitada ao mínimo necessário para o cumprimento da finalidade pública respectiva, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, nos termos do artigo 23 da LGPD;

b) Há compatibilidade entre a finalidade pública para qual o dado pessoal foi coletado e a finalidade do compartilhamento entre as Partes;

c) O tratamento de dados pessoais na execução das operações viabilizadas pelo presente instrumento tenha uma base legal apropriada (por exemplo, consentimento, legítimo interesse, cumprimento de obrigação legal e regulatória e execução de políticas públicas etc.);

d) Serão implementados todos os procedimentos e formalidades exigidas, bem como são adotadas boas práticas de conduta;

e) Os titulares de dados são informados sobre o tratamento dos respetivos dados pessoais de forma concisa, transparente, inteligível e de fácil acesso, utilizando uma linguagem clara e simples, em atenção ao princípio da transparência e do livre acesso, nos termos do artigo 9º, da LGPD;

f) Os titulares de dados serão informados e terão a todo o tempo a possibilidade de exercer facilmente seus direitos, conforme previsto no artigo 18, da LGPD; e

g) Há adoção de medidas de segurança, técnicas e administrativas no domínio de segurança dos recursos, sistemas, aplicações e operações que não estejam sob a responsabilidade do Operador.

17.11 O Operador se compromete a fornecer ao Controlador toda informação necessária para demonstrar conformidade com o presente contrato.

17.12 O Controlador responsabilizar-se-á por informar os titulares de dados sobre os seus direitos, e por respeitar esses direitos, incluindo os direitos de acesso, exclusão, limitação, portabilidade ou eliminação de dados.

17.13 O Operador fornecerá cooperação e assistência, conforme seja exigido para responder aos pedidos dos titulares de dados. A cooperação e a assistência podem consistir em: **(I)** comunicar o Controlador sobre qualquer solicitação recebida diretamente do titular de dados; e **(II)** permitir que o Controlador projete e implemente as medidas técnicas e administrativas necessárias para responder às solicitações dos titulares de dados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1 Os casos omissos decorrentes deste contrato serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie, em especial pela Lei n° 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Fica eleito o foro da Comarca de Comodoro, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, para que produza seus efeitos.

Campos de Júlio - MT, xx de setembro de 2026.

_____

MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO - MT

Irineu Marcos Parmeggiani - Prefeito

CONTRATANTE

_____

ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTÃO LTDA

CNPJ nº 53.220.791/0001-21

EBERSON GODOFREDO AMARO DA SILVA

CONTRATADA

Revisado e aprovado pela Procuradoria Jurídica em _____

De: Nadia Talal Nejem
Para: Nadia Talal Nejem (Interno)
Data: 30 de setembro de 2026 às 09:00

Segue:
Ratificação .
Termo de Adjudicação .
Termo de Homologação .

Anexo(s)
7 Ratificação.pdf
8 TERMO DE ADJUDICAÇÃO.pdf
9 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO.pdf

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 032/2026

ATO DE RATIFICAÇÃO

Tendo a Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Turismo a justificativa de notória especialização e juntado documentos adicionais de experiência e resultados da proponente, conforme acostado aos autos, RATIFICO o procedimento de inexigibilidade de licitação para contratação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de evento esportivo de Jiu-jitsu.

Proponente/contratado: ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTÃO LTDA, CNPJ nº 53.220.791/0001-21.

Valor global: R$ 99.800,00.

Vigência: 4 meses

Fundamento legal: art. 74, inciso III, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021; art. 1º, § 2º, I, e art. 2º a 5º do Decreto Municipal nº 25/2024.

Face ao exposto, publique-se o presente ato de ratificação e proceda-se a contratação, nos termos acima.

Campos de Júlio - MT, 30 de setembro de 2026

Irineu Marcos Parmeggiani

Prefeito

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/4EB4917CC2084975B9E55993C94D6CEE

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
4EB4917CC2084975B9E55993C94D6CEE

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI em 30/09/2026 09:15:48
CPF:***.***-.780-34
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/4EB4917CC2084975B9E55993C94D6CEE

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

CNPJ:01.614.516/0001-99
AVENIDA VALDIR MASUTTI 779-W
C.E.P.:78319-000- Campos de Júlio - MT

INEXIGIBILIDADE
0032/2026

Processo Licitatório: 000104/26
Data do Processo: 21/09/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, Irineu Marcos Parmeggiani, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nº. 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº: 000104/26

b) Licitação Nº: 032/2026

c) Modalidade: INEXIGIBILIDADE

d) Data Homologação: 30/09/2026

e) Objeto da Licitação: Inexigibilidade de Licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de evento esportivo de Jiu-Jitsu.

Fornecedores e Itens declarados Vencedores:

Item	Descrição do Item Proponente / Fornecedor	Unidade Classificação	QTD	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CAMPEONATO DE JIU-JITSU	SERV	1		
	ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA	Vencedor		99.800,00	99.800,00
	Total Geral				99.800,00

Item	11282 Código	ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA CNPJ: 53.220.791/0001-21 DOS GIRASSOIS, 1310SW QUADRA 163;LOTE 09 - CIDEZAL II, SAPEZAL - MT, CEP: 78366-092 Telefone: Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	048.006.001	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CAMPEONATO DE JIU-JITSU	SERV	1	99.800,00	99.800,00
		Total do Proponente				99.800,00

TOTAL GERAL: 99.800,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Ficha	Exer. Fic.	Unid. Exec.	Funcional	Categoria	Fonte Recurso	Valor	Saldo	Saldo Com Reserva
1141	2026	020901	04.122.0002.1181.0000	3.3.90.39.33.00	1.1.500	99.800,00	99.800,00	0,00

Campos de Júlio, Em 30/09/2026.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Documento assinado digitalmente eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/C81D6C2C18844A5F882C14F01E0C925C

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
C81D6C2C18844A5F882C14F01E0C925C

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI em 30/09/2026 09:15:51
CPF:***.***-.780-34
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/C81D6C2C18844A5F882C14F01E0C925C

ESTADO DO MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO CNPJ:01.614.516/0001-99 AVENIDA VALDIR MASUTTI 779-W C.E.P.:78319-000- Campos de Júlio - MT	**INEXIGIBILIDADE** 0032/2026 Processo Licitatório: 000104/26 Data do Processo: 21/09/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Irineu Marcos Parmeggiani, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nº. 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos :

Processo Nº.: 000104/26

Licitação Nº.: 0032/2026

Modalidade: INEXIGIBILIDADE

Data Homologação: 30/09/2026

Objeto da Licitação: Inexigibilidade de Licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de evento esportivo de Jiu-Jitsu.

Fornecedores e Itens declarados Vencedores:

Item	11282 Código	ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA CNPJ: 53.220.791/0001-21 DOS GIRASSOIS, 1310SW QUADRA 163;LOTE 09 - CIDEZAL II, SAPEZAL - MT, CEP: 78366-092 Telefone: Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	048.006.001	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CAMPEONATO DE JIU-JITSU Total do Proponente	SERV	1	99.800,00	99.800,00 99.800,00

TOTAL GERAL: 99.800,00

ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA. Perfazendo o valor total de R$ 99.800,00 (noventa e nove mil e oitocentos reais). Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 99.800,00 (noventa e nove mil e oitocentos reais).

Campos de Júlio, Em 30/09/2026

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/BE85DE63BE9945FFB5023A1652E91FDE

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
BE85DE63BE9945FFB5023A1652E91FDE

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI em 30/09/2026 09:15:54
CPF:***.***-.780-34
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/BE85DE63BE9945FFB5023A1652E91FDE

De: Gerência de Contratações Públicas
Enviado por: Nadia Talal Nejem (nadia.nejem)
Para: Gerência de Contratações Públicas (Organograma)
Data: 30 de setembro de 2026 às 10:17

Segue :
Extrato ato de ratificação

Anexo(s)
10 Extrato ato de ratificação - Agente de contratação.pdf

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 32/2026

EXTRATO DO ATO DE RATIFICAÇÃO

O Município de Campos de Júlio – MT torna público, a quem possa interessar, que a contratação direta abaixo descrita foi autorizada e ratificada pelo Prefeito Municipal, nos termos do art. 72, VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme despacho exarado no processo respectivo.

Objeto: Contratação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de evento esportivo de Jiu-jitsu.

Proponente/contratado: ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTÃO LTDA, CNPJ nº 53.220.791/0001-21.

Valor global: R$ 99.800,00.

Fundamento legal: art. 74, inciso III, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021; art. 1º, § 2º, I, e art. 2º a 5º do Decreto Municipal nº 25/2024.

Campos de Júlio - MT, 30 de setembro de 2026.

Nadia Talal Nejem

Agente de Contratação

Portaria nº 95/2026

Processo 9177/2026. Assinado por 1 pessoa: NADIA TALAL NEJEM
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/80634FD0704A4609B985413110F9CD13

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
80634FD0704A4609B985413110F9CD13

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: NADIA TALAL NEJEM em 30/09/2026 10:17:48
CPF:***.***-.261-15
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/80634FD0704A4609B985413110F9CD13

De: Gerência de Contratações Públicas
Enviado por: Nadia Talal Nejem (nadia.nejem)
Para: Gerência de Contratações Públicas (Organograma)
Data: 30 de setembro de 2026 às 10:29

Segue :

Contrato nº 177/2026 para assinaturas

Anexo(s)

CONTRATO 177.2026 - ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTÃO LTDA - Campeonato de Jiu-Jitsu.pdf

CONTRATO Nº 177/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.516/0001-99, com sede administrativa à Av. Valdir Masutti, nº 779W, Loteamento Bom Jardim, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **Irineu Marcos Parmeggiani**;

CONTRATADO: ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 53.220.791/0001-21, com sede à R dos Girassóis, nº 1310SW, Qd 163, Lote 09, Bairro Cidezal II, CEP 78.366-092 Sapezal - MT, telefone (65) 9 9324-5092, e-mail alvosocial.ega@gmail.com.br, neste ato representada por **EBERSON GODOFREDO AMARO DA SILVA**, brasileiro inscrito no CPF sob o nº 006.xxx.xx1-80.

As partes acima identificadas firmam o presente contrato, atendendo as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL E VINCULAÇÃO

1.1 O presente contrato tem por fundamento legal a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como e especialmente o Processo Licitatório nº 104/2026 e Inexigibilidade de Licitação nº 32/2026, aos quais se vincula.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 É objeto do presente contrato a prestação, pela Contratada, de serviços técnicos profissionais de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de evento esportivo de Jiu-Jitsu, contempla uma solução integrada para a organização completa de campeonatos, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do Município de Campos de Júlio – MT.

2.2 As especificidades dos serviços estão previstas no Termo de Referência e na proposta apresentada pela contratada, partes integrantes e indissociáveis deste contrato.

2.3 Das especificações do serviço e quantitativo.

2.3.1 Na tabela a seguir consta a especificação do Serviço:

ITEM	UN	CÓDIGO SCPI CÓDIGO TCE/MT	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
1.	Serv.	048.006.001 316020-3	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação,	**R$ 99.800,00**

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/06FF05C3235748788EACBDA577BD4756

			gerenciamento e execução de competição esportiva de Jiu-Jitsu, compreendendo solução integrada para realização do campeonato, incluindo gestão operacional da competição, sistema de inscrições e chaves, coordenação técnica, arbitragem, estrutura das áreas de luta, premiação e demais serviços indispensáveis à realização do evento.	

2.4 A contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, materiais, profissionais e demais recursos necessários à execução integral do objeto, observadas as especificações constantes deste Termo de Referência.

2.5 A solução deverá compreender, no mínimo:

a) planejamento e coordenação geral do campeonato;

b) organização e gerenciamento técnico das competições;

c) disponibilização de 03 (três) áreas de luta completas;

d) fornecimento e instalação dos tatames e demais equipamentos específicos necessários às áreas de luta;

e) equipe técnica e operacional necessária à realização do evento;

f) equipe de arbitragem qualificada e compatível com a quantidade e características das disputas;

g) sistema de inscrições e gerenciamento das competições;

h) organização das categorias, divisões, pesos, faixas e demais critérios aplicáveis à modalidade;

i) elaboração e gerenciamento das chaves de competição;

j) controle, apuração e divulgação dos resultados;

k) organização e coordenação das atividades durante os dois dias do campeonato;

l) montagem, instalação e desmontagem de toda a estrutura disponibilizada pela contratada;

m) fornecimento integral da premiação prevista para o campeonato;

n) medalhas, troféus, cinturões e demais itens de premiação previstos na proposta da contratada;

o) apoio técnico e operacional durante a realização das competições;

p) demais serviços, materiais, equipamentos e recursos necessários à plena execução do objeto.

2.6 DA PROPOSTA

2.6.1. A proposta, que compreende a descrição do serviço ofertado, preço global, deverá ser compatível com este Termo de Referência e seus anexos, bem como atender às seguintes exigências:

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/06FF05C3235748788EACBDA577BD4756

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: CONTRATO 177.2026 - ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTÃO LTDA - Ca

a) conter as especificações do serviço de forma clara, descrevendo detalhadamente as características e condições de execução;

b) apresentar o valor global para execução integral do objeto;

c) no preço ofertado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos relacionados à execução do serviço, incluindo transporte, deslocamento, hospedagem, alimentação, montagem, desmontagem, equipamentos, materiais, profissionais, arbitragem, premiação, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto;

d) não será admitida cobrança adicional ao Município referente a despesas necessárias à execução integral do objeto.

2.6.2. O valor global da proposta deverá corresponder à execução completa do campeonato, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais para os serviços, materiais, equipamentos ou estrutura necessários ao cumprimento das especificações deste Termo de Referência.

2.7 O regime de execução do presente contrato é integral.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 O preço contratado é de **R$ 99.800,00 (noventa e nove mil e oitocentos reais)**, conforme proposta apresentada pela contratada.

3.1.1 O valor será pago em parcela única no valor de **R$ 99.800,00 (noventa e nove mil e oitocentos reais)**, na forma da Cláusula Quarta.

3.2 No preço contratado estão inclusos toda estrutura, equipamentos, equipe técnica e de arbitragem, sistema de inscrições e gerenciamento das competições, organização das categorias, premiação, montagem e desmontagem e demais serviços necessários à adequada realização do evento, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo do Município de Campos de Júlio – MT, sem quaisquer ônus ou solidariedade por parte da Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES RECEBIMENTO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

4.1 O pagamento pelos serviços será realizado em parcela única, após a conclusão do evento e o cumprimento integral das obrigações previstas neste Termo de Referência, até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao serviço prestado, mediante apresentação de nota fiscal, relatório dos serviços prestados e a liquidação da despesa.

4.2 O pagamento será creditado exclusivamente por meio de ordem bancária em conta corrente de titularidade do contratado.

4.3 Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/06FF05C3235748788EACBDA577BD4756

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: CONTRATO 177.2026 - ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTÃO LTDA - Ca

4.4 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a data da emissão;

b) os dados do contrato/ordem de serviço e do contratante;

c) o período respectivo de execução do contrato;

d) o valor a pagar;

e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

f) a descrição do objeto;

g) os dados bancários, com: nome do banco, agência e número da conta na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

4.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

4.6 A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada.

4.6.1 A Contratada deverá enviar para o e-mail certidoes@camposdejulio.mt.gov.br as seguintes certidões:

I. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

II. Certidão de Regularidade de Tributos Municipais;

III. Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais;

IV. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e

V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

4.7 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

4.8 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

4.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação irregular.

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/06FF05C3235748788EACBDA577BD4756

4.10 O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.11 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e/ou quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil e ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.13 Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

4.14 O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento de contratação.

4.15 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, observado o cronograma de pagamento estabelecido pela contratante, em conformidade com art. 141 da Lei 14.133/2021.

4.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela contratante, entre o término do prazo referido no item 4.15 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i/365 I = 6/100/365 I = 0,00016438

onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

4.17 Na emissão das notas fiscais para pagamento, as empresas deverão observar:

I. O disposto pela legislação regulamentar e eventuais orientações técnicas do setor de contabilidade.

II. As regras de retenção do Imposto de Renda, dispostas na Instrução Normativa nº RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, e legislação municipal.

4.18 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.19 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/06FF05C3235748788EACBDA577BD4756

4.20 Caso o contratado seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

5.1 Os prazos de vigência e de execução do presente contrato são de 4 (quatro) meses, contados de sua assinatura.

5.2 Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA de acordo com o planejamento e cronograma estabelecidos em conjunto com a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, observando-se a data prevista para realização do campeonato, nos dias 21 e 22 de novembro de 2026.

5.3 A CONTRATADA deverá realizar previamente todo o planejamento necessário à adequada execução do evento, mantendo comunicação com a CONTRATANTE para alinhamento das informações, programação e demais providências necessárias.

5.4 A execução do objeto compreenderá, entre outras, as seguintes etapas:

I – Planejamento e organização: definição da programação, categorias, organização das inscrições, estrutura das competições e demais providências preparatórias;

II – Gerenciamento das inscrições e competições: recebimento e gerenciamento das inscrições, organização das categorias, elaboração das chaves e demais procedimentos necessários ao desenvolvimento das disputas;

III – Montagem e preparação: transporte, montagem, instalação e organização das três áreas de luta e demais equipamentos e materiais necessários;

IV – Execução do campeonato: coordenação das atividades, arbitragem, gerenciamento das áreas de luta, acompanhamento das disputas, apuração e divulgação dos resultados;

V – Premiação: organização e entrega da premiação prevista, integralmente às expensas da CONTRATADA;

VI – Desmontagem: retirada dos equipamentos, materiais e estruturas utilizados após o encerramento do evento.

5.5 A CONTRATADA deverá disponibilizar, durante todo o período de realização do campeonato, equipe técnica e operacional suficiente para garantir o adequado desenvolvimento das atividades.

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/06FF05C3235748788EACBDA577BD4756

5.6 A montagem da estrutura deverá ser concluída em prazo suficiente para que todas as áreas de luta e equipamentos estejam devidamente instalados e em condições de utilização antes do início das competições.

5.7 A CONTRATADA deverá observar as regras e procedimentos aplicáveis à modalidade de Jiu-Jitsu, bem como as orientações da CONTRATANTE relacionadas à programação e organização do evento.

5.8 A CONTRATADA deverá garantir a manutenção da estrutura e dos equipamentos durante todo o período de realização do campeonato, providenciando imediatamente a substituição ou correção de qualquer equipamento ou estrutura que apresente falha e comprometa a execução do evento.

5.9 A CONTRATADA será integralmente responsável pela premiação do campeonato, a qual deverá estar incluída no valor global contratado, não gerando qualquer custo adicional para o Município.

5.10 Os prazos de vigência e de execução do presente contrato poderão ser prorrogados, observadas, para tanto, as normas pertinentes da Lei nº 14.133/2021.

5.11 Não será permitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual, devendo a CONTRATADA executar os serviços sob sua responsabilidade direta, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1 A fiscalização da execução do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por Fiscal de Contrato, representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, especialmente designado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo com informações pertinentes a essa atribuição.

6.2 Compete ao fiscal acompanhar a execução do objeto, verificar o cumprimento das especificações estabelecidas neste Termo de Referência e registrar as ocorrências relacionadas à execução contratual.

6.3 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto e pelos danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DIREÇÃO TÉCNICA E PESSOAL DA CONTRATADA

7.1 A direção técnica dos serviços objeto deste contrato cabe à contratada, a qual responderá, na forma da lei, por qualquer imperfeição porventura constada na sua execução, de acordo como estabelecido na legislação vigente.

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/06FF05C3235748788EACBDA577BD4756

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: CONTRATO 177.2026 - ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTÃO LTDA - Ca

7.2 A omissão, ainda que eventual, da direção técnica e administrativa no desempenho de suas atribuições, não eximirá a contratada da responsabilidade pela perfeita execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

8.2 Informar à CONTRATADA sobre as orientações e procedimentos necessários à realização do evento, bem como comunicar eventuais alterações que possam impactar a execução dos serviços.

8.3 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à execução do objeto contratado, sempre que solicitados pela CONTRATADA.

8.4 Comunicar por escrito à CONTRATADAS quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando as correções necessárias quando os serviços prestados não estiverem de acordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

8.5 Efetuar o pagamento nas condições, valores e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, desde que os serviços tenham sido executados satisfatoriamente e a respectiva Nota Fiscal/Fatura esteja devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

8.6 Acompanhar o cronograma de execução dos serviços, exigindo da CONTRATADA a adoção das providências necessárias para a regularização de eventuais atrasos ou inconsistências, sob pena da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, neste Termo de Referência e demais disposições legais aplicáveis.

8.7 Comunicar, por escrito, à CONTRATADA o não aceite dos serviços executados, indicando as razões e as não conformidades verificadas em relação às condições contratuais estabelecidas.

8.8 Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir adequadamente as obrigações assumidas, disponibilizando, quando necessário, espaço físico, equipamentos e apoio institucional para a realização das atividades previstas.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Indicar um preposto responsável pelo atendimento às demandas da CONTRATANTE.

9.2. Executar os serviços conforme as especificações constantes deste Termo de Referência, observando integralmente as condições, prazos e demais requisitos estabelecidos.

9.3. Disponibilizar todos os profissionais, equipamentos, materiais e recursos necessários à execução integral do objeto.

9.4. Responsabilizar-se pela qualidade técnica dos serviços prestados, garantindo que as atividades sejam executadas por profissionais devidamente qualificados e com experiência compatível com o objeto contratado.

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/06FF05C3235748788EACBDA577BD4756

9.5. Disponibilizar equipe de arbitragem e demais profissionais necessários ao adequado desenvolvimento das competições.

9.6. Providenciar a montagem, instalação, manutenção e desmontagem de toda a estrutura necessária à realização do evento.

9.7. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT durante a execução dos serviços.

9.8. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços, observadas as disposições legais aplicáveis.

9.9. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a documentação de habilitação e qualificação cujas validades se encontrem vencidas.

9.10. Ressarcir eventuais prejuízos causados à Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT e/ou a terceiros, decorrentes de ineficiência, negligência ou irregularidades praticadas durante a execução contratual.

9.11. Arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo despesas com deslocamento, hospedagem, alimentação, transporte, montagem, desmontagem, equipamentos, materiais, premiação, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos envolvidos, não sendo admitida qualquer cobrança adicional à CONTRATANTE.

9.12. Comunicar à Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa comprometer o cumprimento do cronograma ou a adequada execução dos serviços, apresentando as devidas justificativas, ressalvadas situações emergenciais.

9.13. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação relacionada ao objeto deste Termo de Referência sem prévia autorização da Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT.

9.14. Prestar esclarecimentos à Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT sobre quaisquer fatos ou ocorrências relacionadas à execução dos serviços, sempre que solicitado.

9.15. Emitir Nota Fiscal discriminada, legível e sem rasuras, de acordo com os serviços efetivamente executados.

9.16. Manter durante toda a execução contratual a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, apresentando, quando solicitado, as certidões de regularidade pertinentes.

9.17. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pela Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT.

9.18. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio da Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT durante a execução das atividades contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/06FF05C3235748788EACBDA577BD4756

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: CONTRATO 177.2026 - ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTÃO LTDA - Ca

10.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/06FF05C3235748788EACBDA577BD4756

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A sanção prevista na letra “a” do item 10.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 10.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.5 A sanção prevista na letra “b” do item 10.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 deste Termo de Referência, nos seguintes termos:

a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

10.6 A sanção prevista na “d” do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 10.1 deste Termo de Referência, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 10.1 deste Termo de Referência que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 10.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.7 A sanção estabelecida na letra “d” do item 10.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste Termo de Referência será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

10.8 As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 10.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 10.2 (multa) deste Termo de Referência.

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/06FF05C3235748788EACBDA577BD4756

10.9 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.10 A aplicação das sanções previstas no item 10.2 deste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.11 Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 10.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.12 A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 10.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.13 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.14 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.15 As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.

10.16 As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 A rescisão do presente Contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11.2 Serão observadas, ainda, as previsões dos arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DEMAIS RESPONSABILIDADES

12.1 Para execução do objeto, a contratada, entre outras condições estabelecidas no presente contrato:

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/06FF05C3235748788EACBDA577BD4756

a) deverá analisar todos os documentos referentes ao objeto contratado, identificando as principais funções envolvidas na gestão de projetos e suas relações de autoridade (matriz de responsabilidades);

b) deverá definir um responsável da equipe técnica para os serviços como coordenador, tendo este a responsabilidade e a autoridade para cumprir e fazer cumprir as ações definidas como premissas pela Contratante;

c) deverá definir as competências necessárias para manter a gestão e a boa execução dos serviços contratados, considerando cada função atribuída ao profissional habilitado;

d) deverá ser conhecedora das normas e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços, não sendo aceitas, portanto, nenhuma alegação que esta ou aquela norma/legislação não está contemplada neste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1 O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

14.1 Os serviços objeto deste contrato serão recebidos conforme previsto na Cláusula Quarta e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REAJUSTE E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

15.1 Os procedimentos para realização dos reajustes deverão obedecer aos critérios da Lei nº 14.133/2021.

15.2 Eventuais alterações no contrato serão realizadas observando-se os arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 Todas as despesas decorrentes deste contrato serão alocadas na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Unidade: 1 - Departamento de Cultura

Centro de Custo: 532 – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Ficha: 1141/2026; Compl. do Elemento: 3.3.90.39.33.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/06FF05C3235748788EACBDA577BD4756

17.1 Cada uma das Partes declara e garante que conhece, respeita e continuará respeitando a legislação referente à proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e ao Decreto Municipal nº 262/2022, que regulamenta a aplicação da LGPD no âmbito da Administração Municipal de Campos de Júlio - MT.

17.2 Para os fins desse contrato, as terminologias utilizadas encontram definição na LGPD, para além disso considerar-se-ão:

(I) Controlador: Município de Campos de Júlio - MT, a quem competem às decisões referentes ao tratamento de dados pessoais (“Controladora”);

(II) Operador: Contratada, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome da Controladora (“Operador”);

17.3 O Operador deverá tratar os dados pessoais conforme instruções do Controlador e não receberá nenhuma instrução diretamente do titular de dados, exceto nos casos em que autorizado pelo Controlador e/ou pela legislação aplicável.

17.4 Com relação à proteção de dados pessoais, o Operador obriga-se:

a) A tratar os dados pessoais apenas na medida necessária para prestar serviços, nos limites do presente contrato;

b) A não utilizar os dados pessoais para qualquer outra finalidade que não seja a necessária para prestação dos serviços, nos limites deste instrumento;

c) A garantir que os empregados, assessores e/ou representantes que tenham sido autorizados a tratar os dados pessoais sujeitem-se a uma obrigação de confidencialidade, e recebam formação adequada sobre privacidade e proteção de dados pessoais;

d) A não compartilhar ou transferir os dados pessoais que tiver acesso em razão desse contrato, durante e/ou posteriormente ao prazo do término desse, a terceiros, salvo se necessário ao cumprimento próprio, mediante consulta ao Controlador;

e) A informar ao Controlador se, em sua opinião e dadas às informações à sua disposição, uma instrução infringir as disposições de proteção de dados da legislação aplicável;

f) Exceto se de outra forma determinado pela legislação aplicável ou por decisão cautelar da autoridade competente, informar imediatamente ao Controlador em caso de recebimento de solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”) ou outro órgão competente relacionado aos dados pessoais, e a limitar a comunicação de tais dados pessoais ao que a autoridade tenha expressamente requisitado;

g) Mediante solicitação por escrito do Controlador, fornecer assistência razoável na realização de avaliações de impacto sobre a proteção de dados e consultas prévias à ANPD ou outro órgão competente;

h) A nomear um encarregado pelo tratamento de dados, nos termos da LGPD e da Resolução nº 2/2022-ANPD;

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/06FF05C3235748788EACBDA577BD4756

i) A indenizar e manter o Controlador ileso de qualquer perda ou dano decorrente de descumprimento da legislação de proteção de dados e/ou deste Aditivo; e

j) A eliminar os dados pessoais após o término do seu tratamento, observados as condições e os prazos previstos no contrato e em normas específicas que regem a gestão de documentos e arquivos, bem como as exceções previstas no artigo 16, incisos I a IV da LGPD.

17.5 Além disso, o Operador compromete-se a implementar as seguintes medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais tratados em razão desse contrato:

a) Medidas de segurança física destinadas a impedir o acesso de pessoas não autorizadas à infraestrutura onde estão armazenados os dados pessoais;

b) Sistema de autenticação que permita a verificação de identidade e de acesso, bem como uma política de senhas;

c) Sistema de gestão que limite o acesso às instalações às pessoas que delas necessitem, no exercício das suas funções e no âmbito das suas responsabilidades;

d) Pessoal de segurança responsável pelo controle da segurança física das suas instalações; e

e) Processos e medidas para rastrear ações executadas em seu sistema de informação.

17.6 O Operador compromete-se, ainda, a disponibilizar ao Controlador todos os documentos e/ou informações necessárias para demonstrar o cumprimento dos requisitos legais e dos requisitos contratuais acima, bem como a permitir que o Controlador realize, por si ou por terceiros, auditorias relacionadas às práticas de proteção de dados do Operador, sempre que entender, ao seu critério, necessário. O Operador se compromete, ainda, a tomar todas as medidas para garantir que quaisquer vulnerabilidades de sistema, processos, governança e outros apontados no relatório de auditoria sejam tratados adequadamente.

17.7 O Operador deverá notificar o titular de dados e o Controlador em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da ciência do evento, caso tenha conhecimento de incidente que afete ou possa afetar os dados pessoais, tais como, mas não limitado a acesso não autorizado, perda, divulgação ou alteração dos dados pessoais.

17.8 A notificação deverá: **(I)** descrever a natureza do incidente; **(II)** descrever as consequências prováveis do incidente; **(III)** descrever as medidas tomadas ou propostas pelo Operador em resposta ao incidente; e **(IV)** fornecer o contato do encarregado pelo tratamento dos dados pessoais do Operador.

17.9 O Operador deverá notificar o Controlador em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo a ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais objeto do contrato principal.

17.10 Para o tratamento de dados pessoais, conforme previsto no presente instrumento, o Controlador deverá fornecer à Operadora as instruções e informações relevantes, sendo responsável por garantir que:

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/06FF05C3235748788EACBDA577BD4756

a) A coleta de dados pessoais está limitada ao mínimo necessário para o cumprimento da finalidade pública respectiva, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, nos termos do artigo 23 da LGPD;

b) Há compatibilidade entre a finalidade pública para qual o dado pessoal foi coletado e a finalidade do compartilhamento entre as Partes;

c) O tratamento de dados pessoais na execução das operações viabilizadas pelo presente instrumento tenha uma base legal apropriada (por exemplo, consentimento, legítimo interesse, cumprimento de obrigação legal e regulatória e execução de políticas públicas etc.);

d) Serão implementados todos os procedimentos e formalidades exigidas, bem como são adotadas boas práticas de conduta;

e) Os titulares de dados são informados sobre o tratamento dos respetivos dados pessoais de forma concisa, transparente, inteligível e de fácil acesso, utilizando uma linguagem clara e simples, em atenção ao princípio da transparência e do livre acesso, nos termos do artigo 9º, da LGPD;

f) Os titulares de dados serão informados e terão a todo o tempo a possibilidade de exercer facilmente seus direitos, conforme previsto no artigo 18, da LGPD; e

g) Há adoção de medidas de segurança, técnicas e administrativas no domínio de segurança dos recursos, sistemas, aplicações e operações que não estejam sob a responsabilidade do Operador.

17.11 O Operador se compromete a fornecer ao Controlador toda informação necessária para demonstrar conformidade com o presente contrato.

17.12 O Controlador responsabilizar-se-á por informar os titulares de dados sobre os seus direitos, e por respeitar esses direitos, incluindo os direitos de acesso, exclusão, limitação, portabilidade ou eliminação de dados.

17.13 O Operador fornecerá cooperação e assistência, conforme seja exigido para responder aos pedidos dos titulares de dados. A cooperação e a assistência podem consistir em: **(I)** comunicar o Controlador sobre qualquer solicitação recebida diretamente do titular de dados; e **(II)** permitir que o Controlador projete e implemente as medidas técnicas e administrativas necessárias para responder às solicitações dos titulares de dados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1 Os casos omissos decorrentes deste contrato serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie, em especial pela Lei n° 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/06FF05C3235748788EACBDA577BD4756

19.1 Fica eleito o foro da Comarca de Comodoro, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, para que produza seus efeitos.

Campos de Júlio - MT, 30 de setembro de 2026.

_____

MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO - MT

Irineu Marcos Parmeggiani - Prefeito

CONTRATANTE

_____

ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTÃO LTDA

CNPJ nº 53.220.791/0001-21

EBERSON GODOFREDO AMARO DA SILVA

CONTRATADA

Revisado e aprovado pela Procuradoria Jurídica em _____

Processo 9177/2026. Assinado por 2 pessoas: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI e VIVIENE BARBOSA SILVA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/06FF05C3235748788EACBDA577BD4756

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: CONTRATO 177.2026 - ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTÃO LTDA - Ca

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
06FF05C3235748788EACBDA577BD4756

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI em 30/09/2026 13:08:23
  CPF:***.***-.780-34
  Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT
- Assinante: VIVIENE BARBOSA SILVA em 30/09/2026 19:13:22
  CPF:***.***-.771-15
  Certificadora: ICP-BRASIL - AC SOLUTI MULTIPLA V5

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/06FF05C3235748788EACBDA577BD4756

De: Gerência de Contratações Públicas

Deferido

Enviado por: Nadia Talal Nejem (nadia.nejem)

Para: Ass. Central de Aquisições (Organograma), Wilma (Interno)

Data: 01 de outubro de 2026 às 08:24

Segue em anexo Extrato da Publicação do Ato de Ratificação para envio de carga de APLIC : IL. nº 32.2026 - Processo Licitatório nº 104.2026

Anexo(s)

Extrato da Publicação do Ato de Ratificação 01.10.2026 -.pdf

e *considerando:*

I. **a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990,** que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

II. **a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990,** que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

III. **o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011,** que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

IV. **a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012**, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

V. **a Resolução CNS nº 453, de 10 de maio de 2012,** que aprova as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde;

VI. as diretrizes do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso para prevenção, vigilância, controle e resposta às arboviroses urbanas;

VII. a necessidade de planejamento, organização e integração das ações de vigilância, prevenção, controle e assistência relacionadas às arboviroses urbanas, especialmente dengue, chikungunya e Zika;

VIII. a importância da adoção de medidas oportunas para redução do risco de transmissão das arboviroses, controle do *Aedes aegypti*, organização da rede assistencial, vigilância epidemiológica, vigilância ambiental, comunicação em saúde, mobilização social e resposta a situações de aumento da transmissão e ocorrência de epidemias;

IX. a necessidade de articulação entre a Vigilância em Saúde, Atenção Primária à Saúde, assistência hospitalar e demais setores envolvidos na prevenção e resposta às arboviroses no âmbito municipal;

X. **o Ofício nº. 26486/2026/DIRERSPL/SES - Pontes e Lacerda/MT, 28 de julho de 2026,** onde comunica o início do processo de atualização dos Planos Regionais e Municipais de Enfrentamento às Arboviroses, com vigência para o biênio 2027-2028;

XI. **o OFÍCIO nº. 21/2026/SMS, Campos de Júlio/MT, 01 de setembro de 2026,** onde solicita a apresentação e apreciação do Plano Municipal de Contingência para Enfrentamento das Arboviroses pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde;

XII. as deliberações do Conselho Municipal de Saúde de acordo com **a 9ª Reunião Ordinária realizada em 29 de setembro de 2026;**

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Plano Municipal de Contingência para o enfrentamento das Arboviroses Urbanas – Dengue, Chikungunya e Zika, vigência 2027–2028, para o Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, Região de Saúde Sudoeste Mato-grossense.

Art. 2º. O Plano aprovado deverá orientar as ações da Secretaria Municipal de Saúde relacionadas à prevenção, vigilância epidemiológica, controle vetorial, assistência, comunicação de risco, monitoramento e resposta às arboviroses durante o período de sua vigência.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Campos de Júlio – MT, 30 de setembro de 2026.

ROSILDA CALIXTO DA SILVA PASSOS

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campos de Júlio/MT

Homologação:

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 32/2026 EXTRATO DO ATO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 32/2026

EXTRATO DO ATO DE RATIFICAÇÃO

O Município de Campos de Júlio – MT torna público, a quem possa interessar, que a contratação direta abaixo descrita foi autorizada e ratificada pelo Prefeito Municipal, nos termos do art. 72, VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme despacho exarado no processo respectivo.

Objeto: Contratação de serviços técnicos de planejamento, organização, coordenação, gerenciamento e execução de evento esportivo de Jiu-jitsu.

Proponente/contratado: ALVO SOCIAL EVENTOS E GESTÃO LTDA, CNPJ nº 53.220.791/0001-21.

Valor global: R$ 99.800,00.

Fundamento legal: art. 74, inciso III, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021; art. 1º, § 2º, I, e art. 2º a 5º do Decreto Municipal nº 25/2024.

Campos de Júlio - MT, 30 de setembro de 2026.

Nadia Talal Nejem

Agente de Contratação

Portaria nº 95/2026

PORTARIA Nº. 222, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026.

CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDORA QUE MENCIONA, EM DECORRÊNCIA DE FALECIMENTO DE SEU IRMÃO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas em lei e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 122, inciso III, alínea “b” do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 12, de 02 de abril de 2025;*

CONSIDERANDO *a declaração de óbito corroborando o falecimento do irmão da servidora adiante nominada,*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento do serviço a servidora **DENISE**

FlowDocs: 9177 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: Extrato da Publicação do Ato de Ratificação 01.10.2026 -.pdf (1/1) 179/